

---

# **Regulação e Supervisão do Sistema Bancário**



**Apresentação na Comissão Parlamentar de  
Orçamento e Finanças da Assembleia da  
República em 27/05/2009**

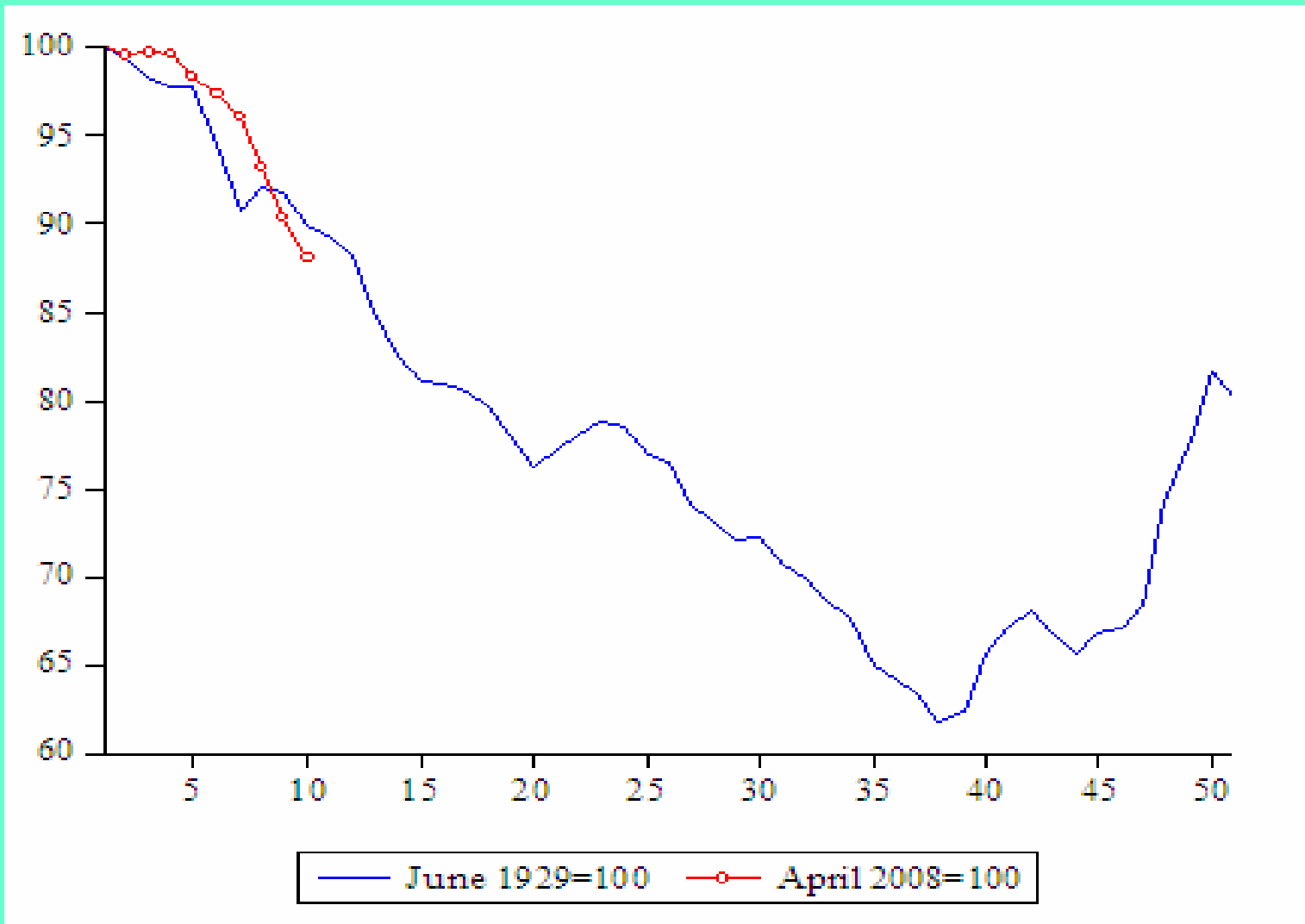
**Vítor Constâncio**

# Índice

## A CRISE INTERNACIONAL E A REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO SISTEMA BANCÁRIO :

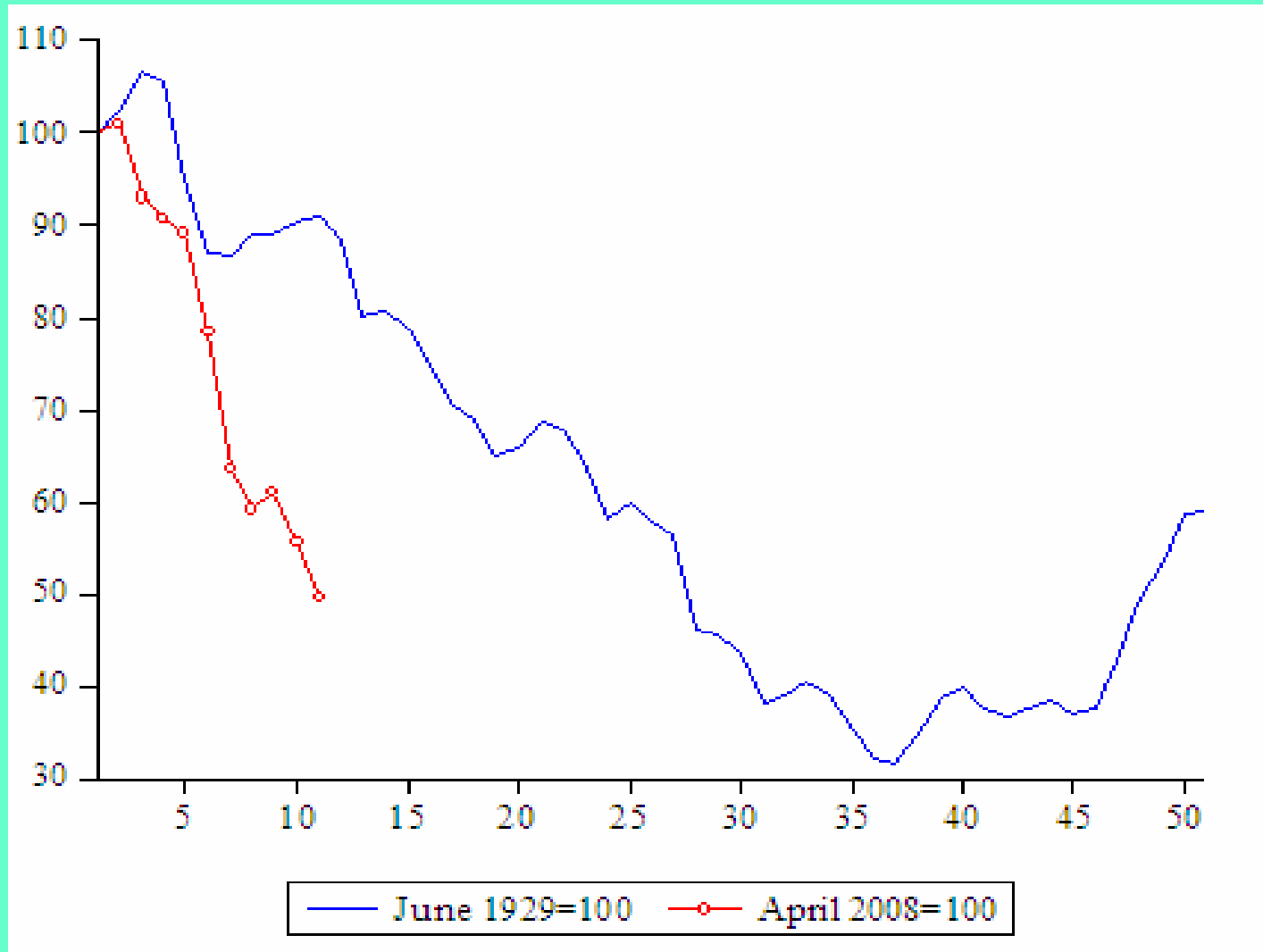
- 1. Agravamento da crise e recessão mundial**
- 2. Desempenho do sistema bancário nacional**
- 3. Respostas da regulação e da supervisão prudencial**
- 4. Supervisão comportamental**

# Produção industrial mundial



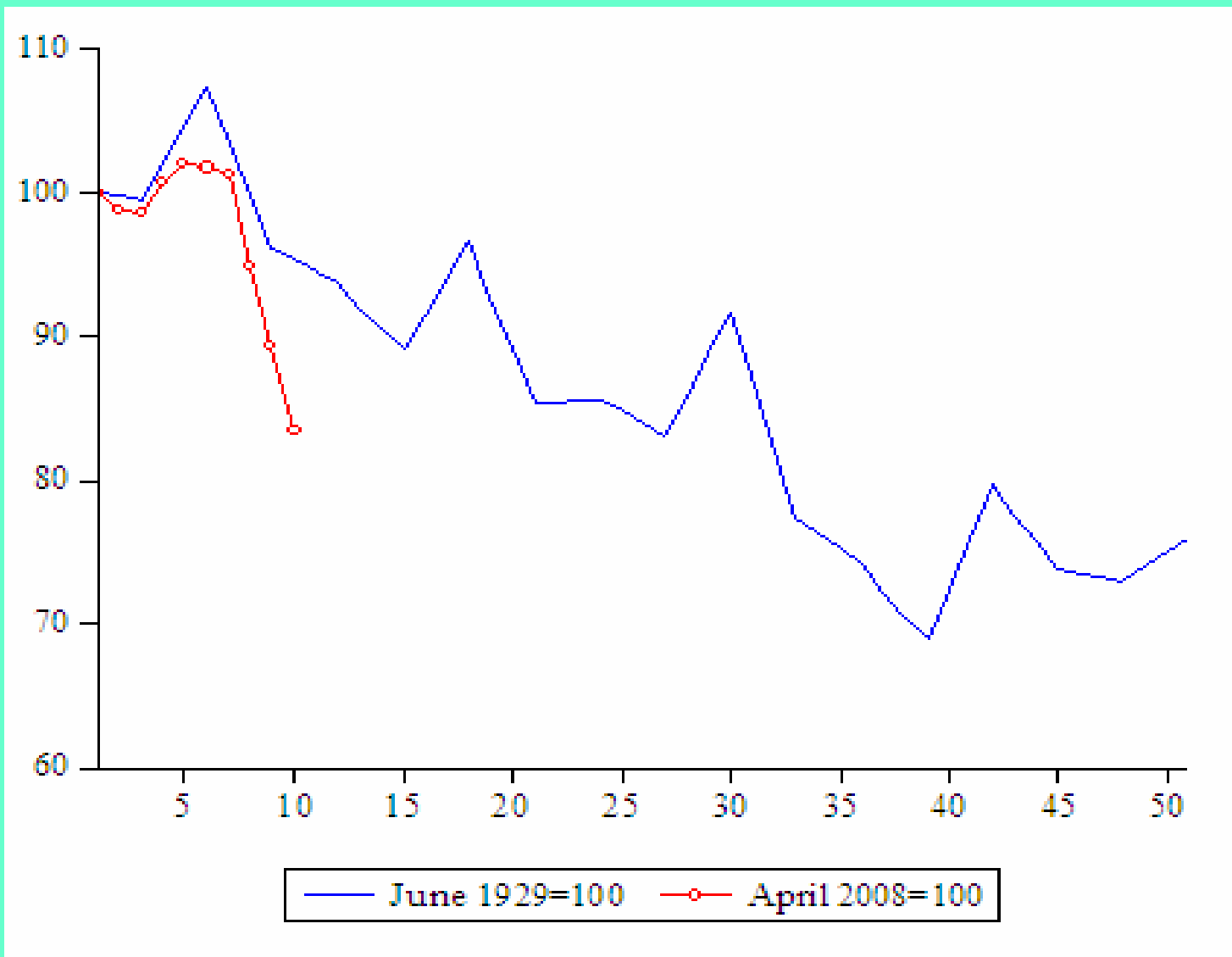
Desde há um ano que a produção industrial mundial desce mais rapidamente do que na Grande Depressão de 1929 durante os primeiros 12 meses após o crash

# Média dos Índices de Acções das principais Bolsas



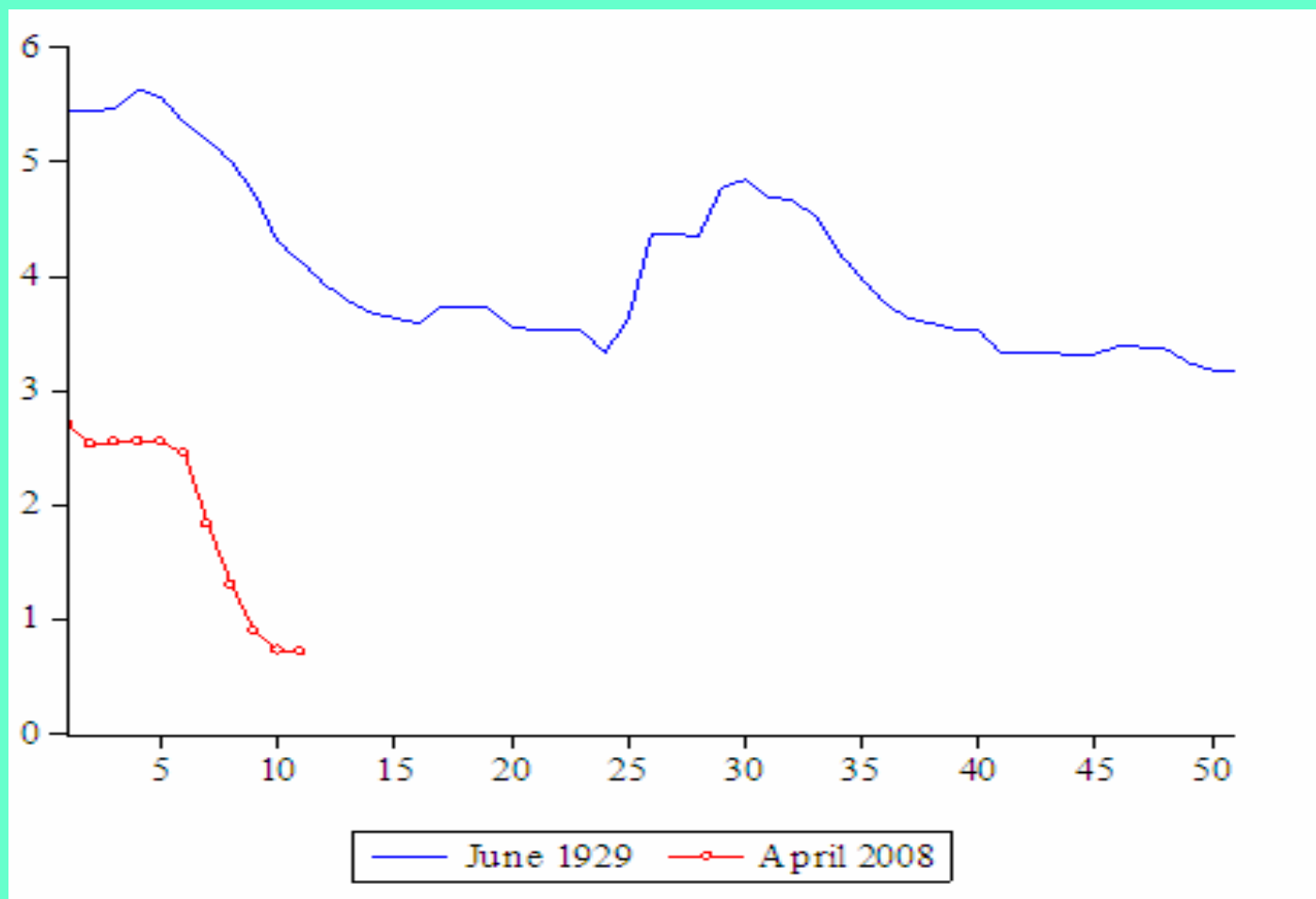
No caso do índice das principais bolsas a evolução (até Abril) parece ainda mais negativa desta vez

# Comércio Mundial



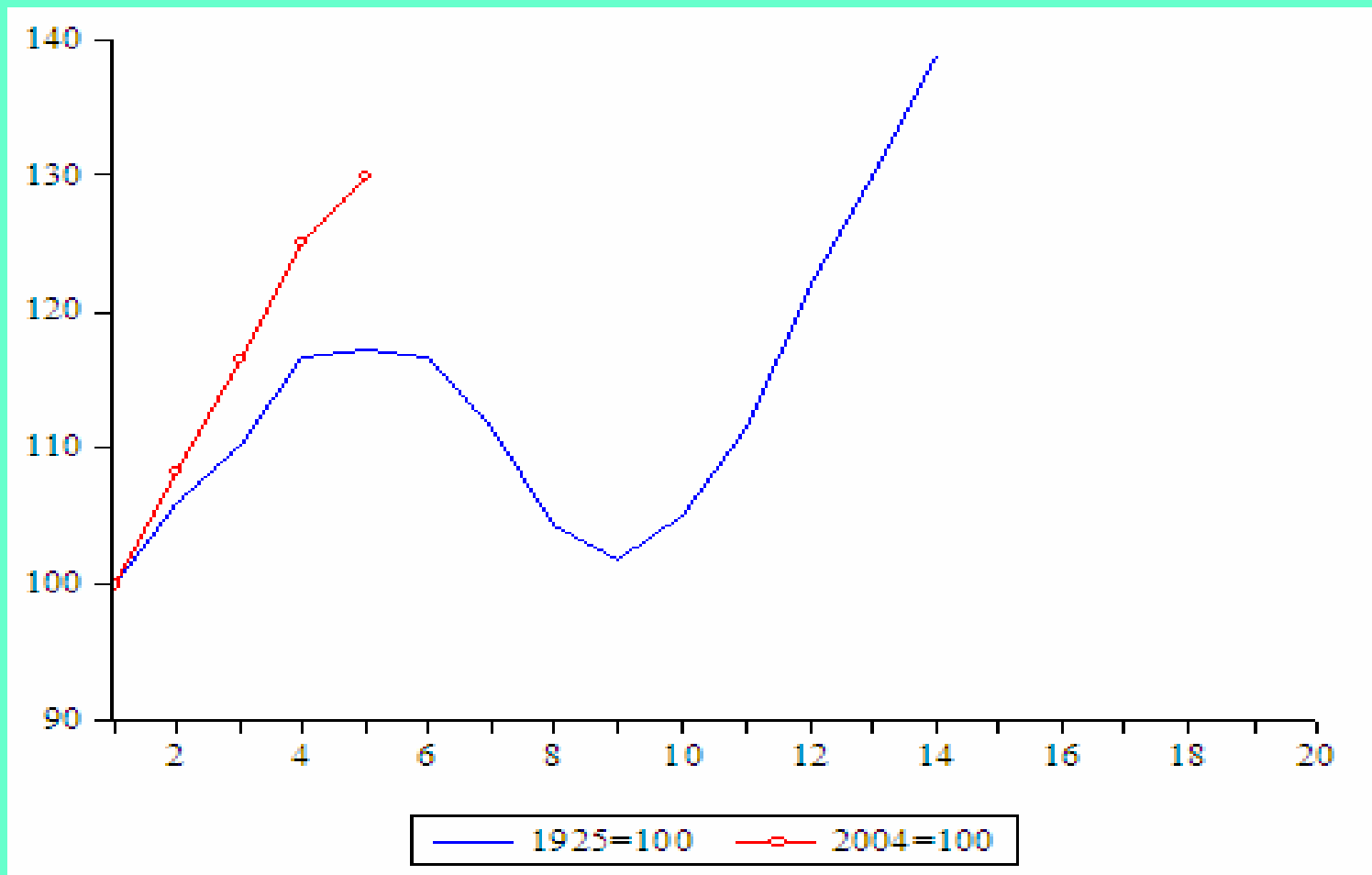
O comércio mundial caiu desde o ano passado mais abruptamente do que em igual número de meses no início da Grande Depressão.

# Taxas de desconto dos Bancos Centrais principais (7 países)



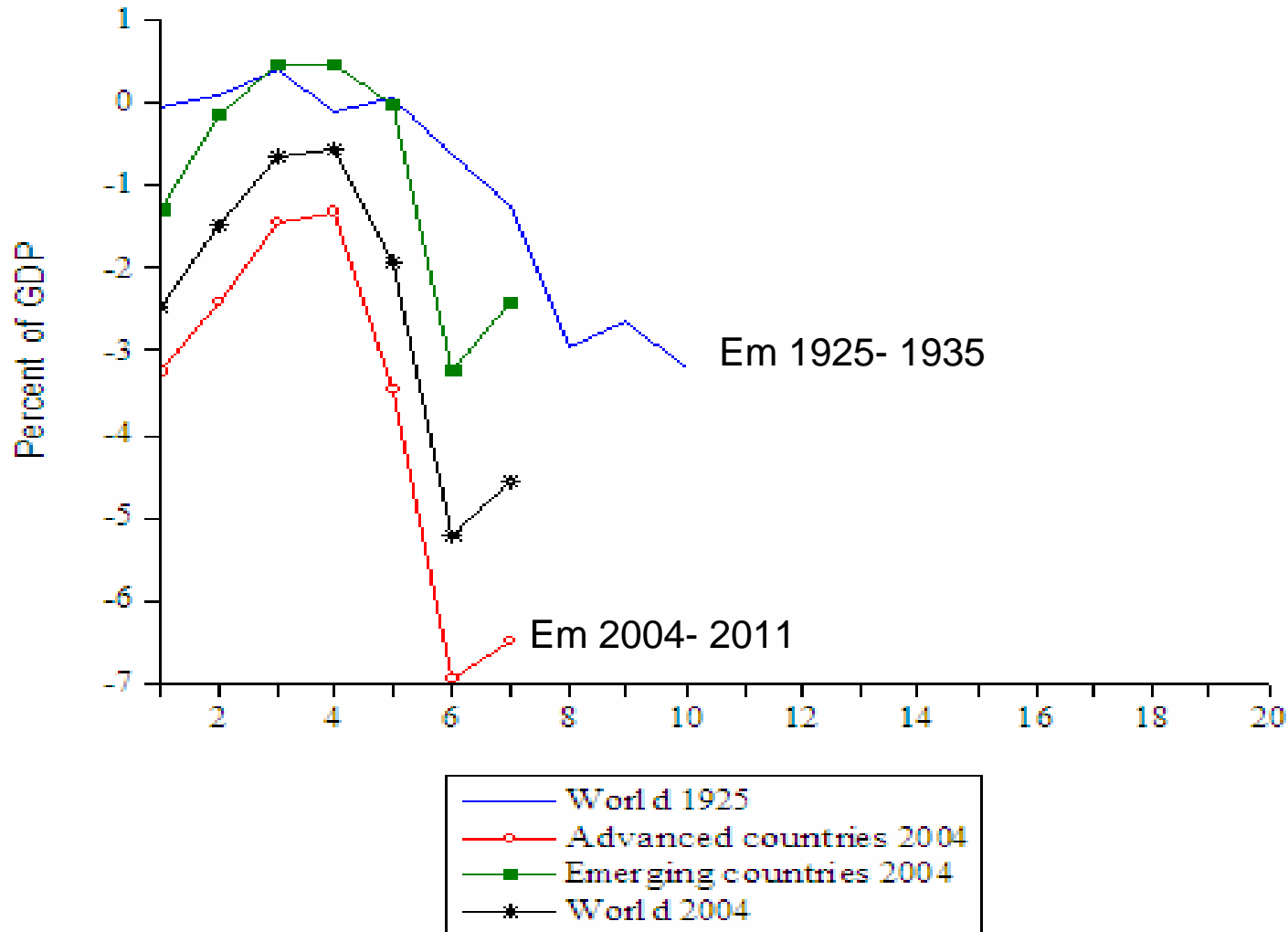
A grande diferença agora é que as políticas macroeconómicas responderam de forma muito mais agressiva para sustentar a recessão.

# Evolução da Massa Monetária mundial (19 países)



Em particular a política monetária, quer quanto ao nível das taxas de juro, quer na expansão da oferta de moeda.

# Défices Orçamentais



A resposta da política orçamental também tem sido significativa

# PREVISÕES DA COMISSÃO EUROPEIA (Abril 09)

	Crescimento do PIB		Inflação		Desemprego		Saldo Orçamental		Rácio da Dívida	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>Área do Euro</b>	<b>-4.0</b>	<b>-0.1</b>	<b>0.5</b>	<b>1.2</b>	<b>9.9</b>	<b>11.4</b>	<b>-5.3</b>	<b>-6.5</b>	<b>77.7</b>	<b>83.8</b>
Alemanha	-5.4	0.3	0.5	0.7	8.6	10.4	-3.9	-5.9	73.4	78.7
França	-3.0	-0.2	0.3	1.0	9.6	10.7	-6.6	-6.7	79.7	86.0
Espanha	-3.2	-1.0	0.2	1.7	17.3	20.5	-8.6	-9.8	50.8	62.3
<b>Portugal</b>	<b>-3.7</b>	<b>-0.8</b>	<b>-0.2</b>	<b>1.5</b>	<b>9.1</b>	<b>9.8</b>	<b>-6.5</b>	<b>-6.7</b>	<b>75.4</b>	<b>81.5</b>
Grécia	-0.9	0.1	2.0	2.1	9.1	9.7	-5.1	-5.7	103	108.0
Itália	-4.4	0.1	0.8	1.8	8.8	9.4	-4.5	-4.8	113	116.1
Irlanda	-9.0	-2.6	-1.6	0.3	13.3	16.0	-12.0	-15.6	61.2	79.7
<b>EUA</b>	<b>-4.0</b>	<b>-0.1</b>	<b>0.8</b>	<b>1.3</b>	<b>8.9</b>	<b>10.2</b>	<b>-12.1</b>	<b>-14.2</b>	<b>85.2</b>	<b>84.0</b>
U.K.	-3.8	0.1	1.1	1.2	8.2	9.4	-11.5	-13.8	68.4	81.7
Japão	-5.3	0.1	-1.0	-0.5	5.8	6.3	-6.7	-8.7		

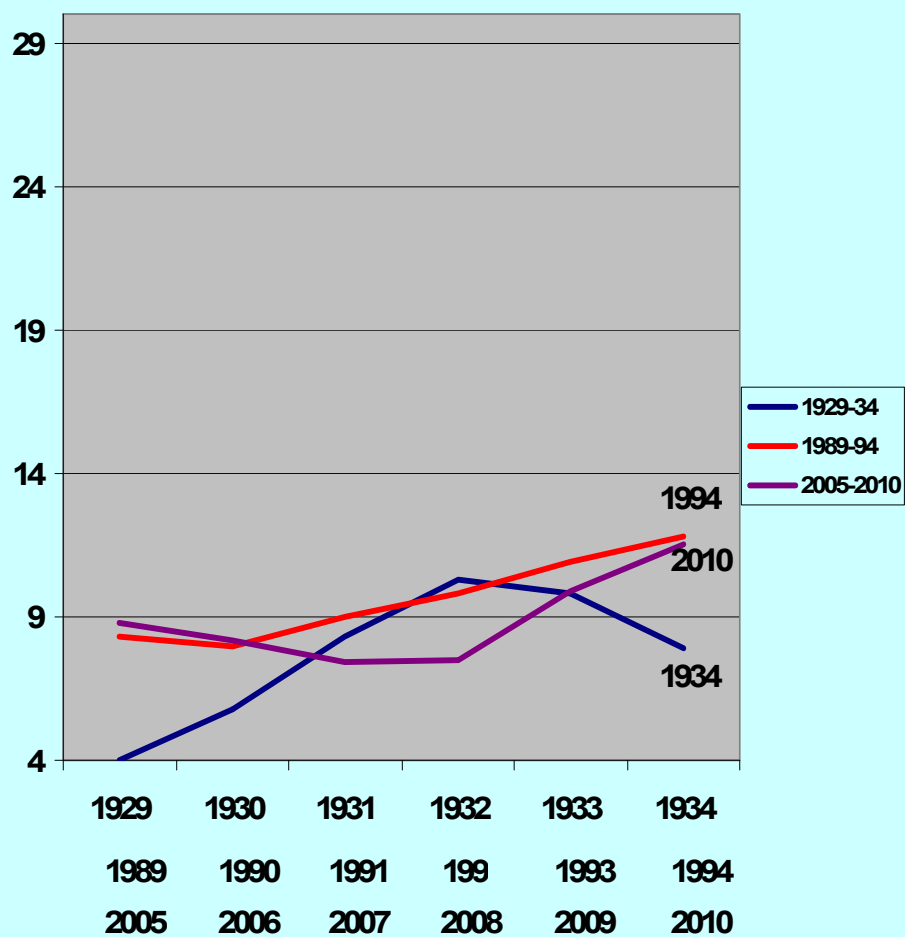
FMI:

217.2

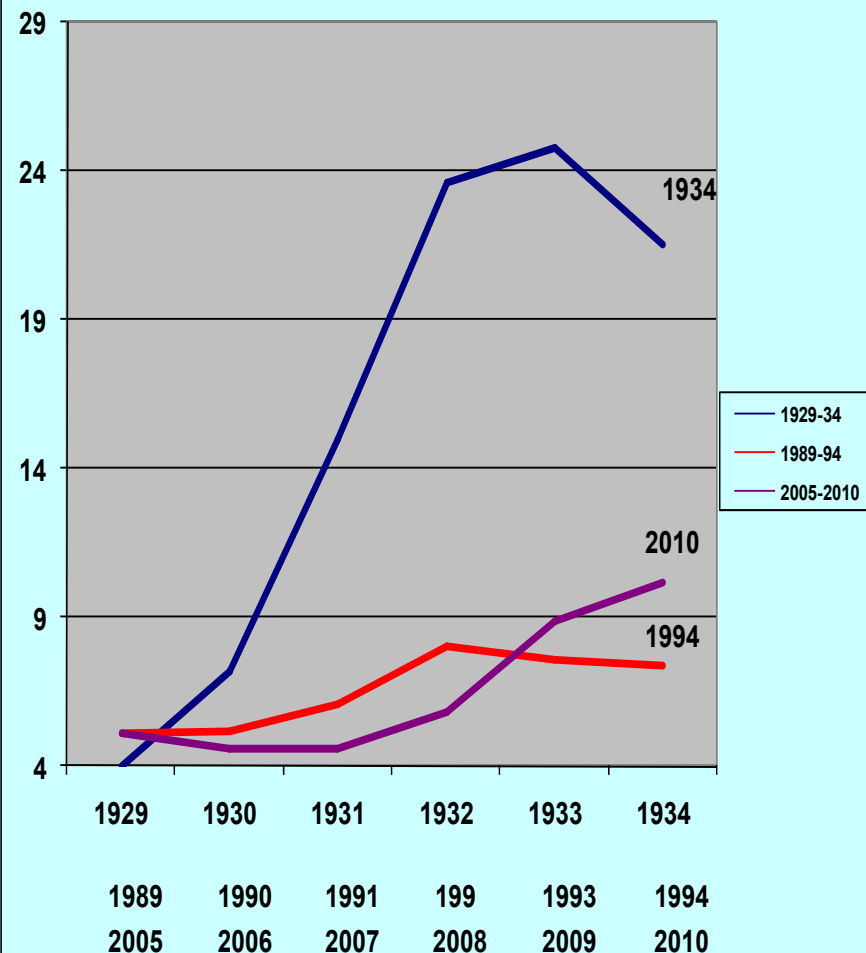
227.4

A taxa média de desemprego na Europa estará em 2010 acima da verificada no pico da Grande Depressão. A diferença é que agora existe o Estado-Providência

**Taxa de Desemprego na Europa**



**Taxa de Desemprego nos EUA**



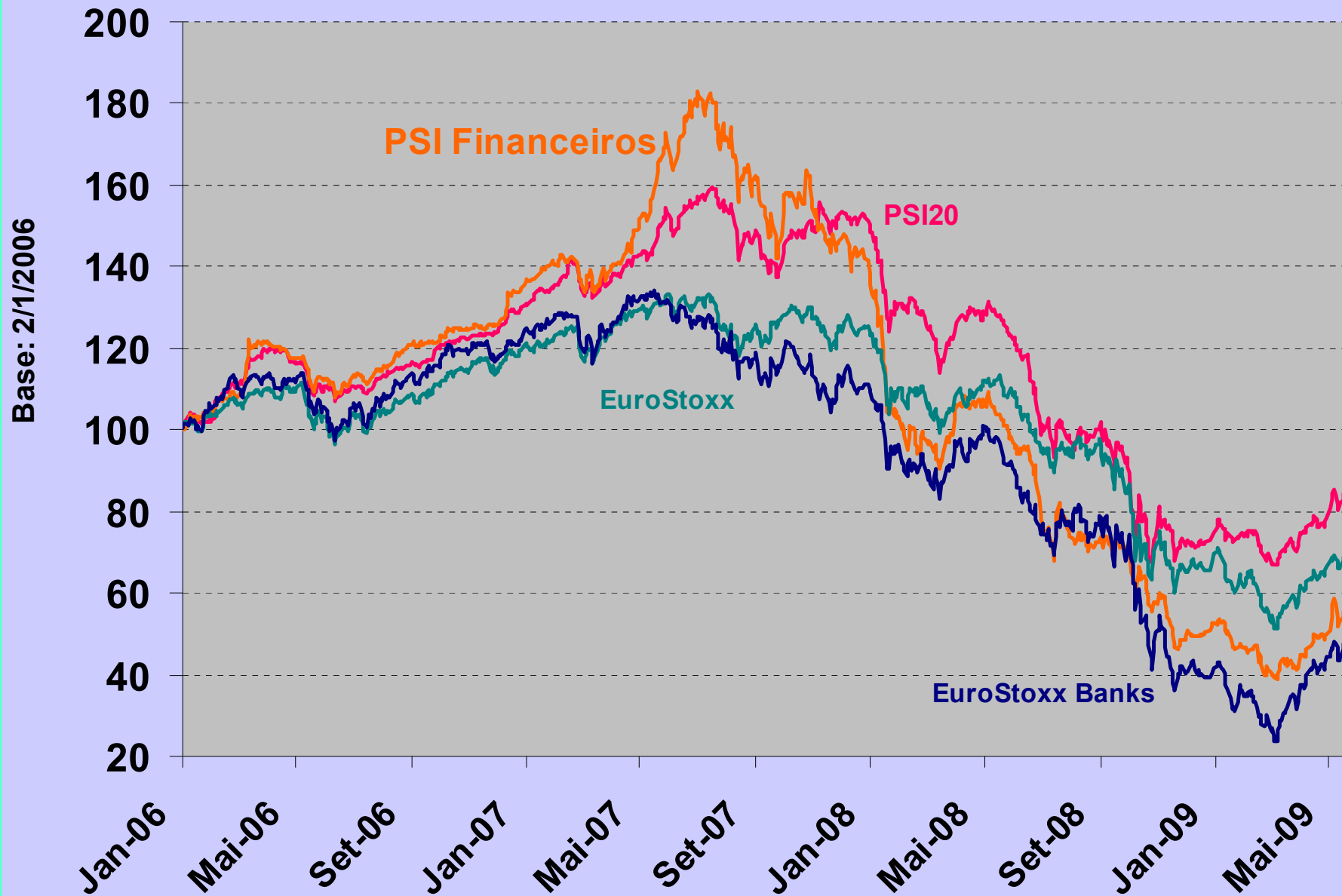
Fontes: para 1929-34, A. Boltho, Oxford Econometrics Forecasting : Para 1989-94 e 2005-2010, Comissão Europeia

# Indicador de apetite ao risco - Global



Redução recente da aversão ao risco. Princípio do fim da queda livre recessiva ou o efeito de um ciclo curto de stocks e de um «bear rally» ?

# Mercados accionistas - Globais e sector financeiro

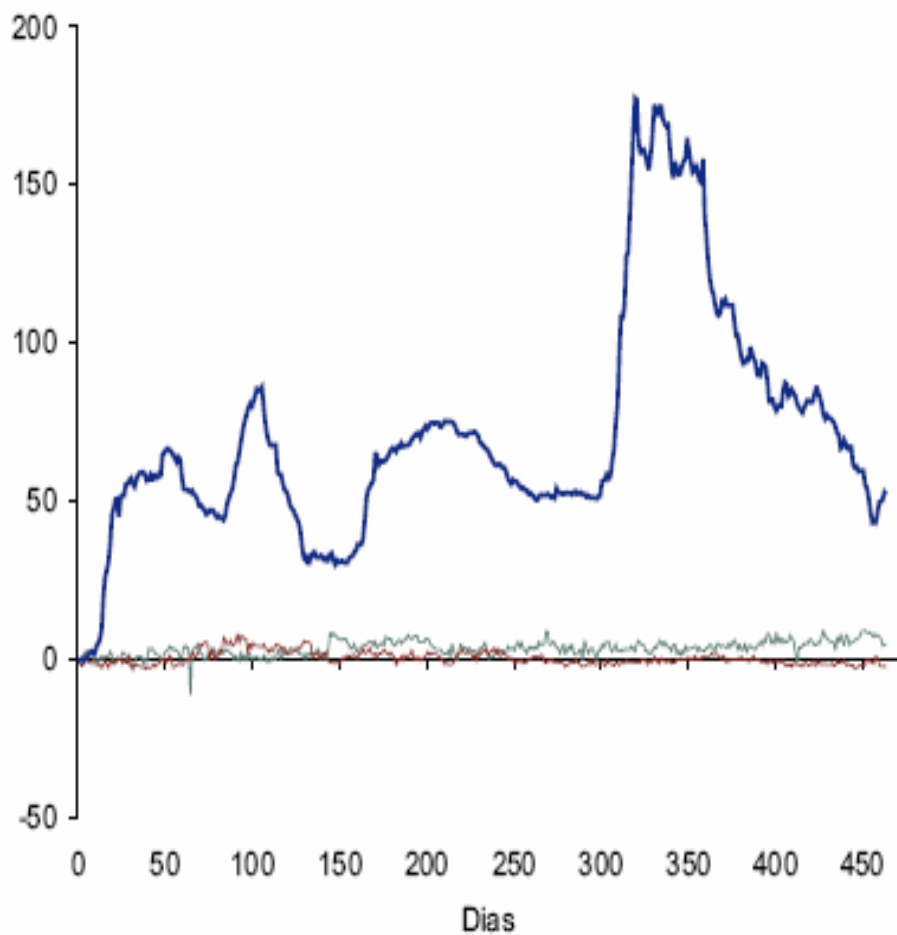


## COMPARAÇÃO COM EPISÓDIOS ANTERIORES DE TURBULÊNCIA

— LTCM/Default Rússia — Bolha tecnológica — Escândalos contábilísticos — Subprime

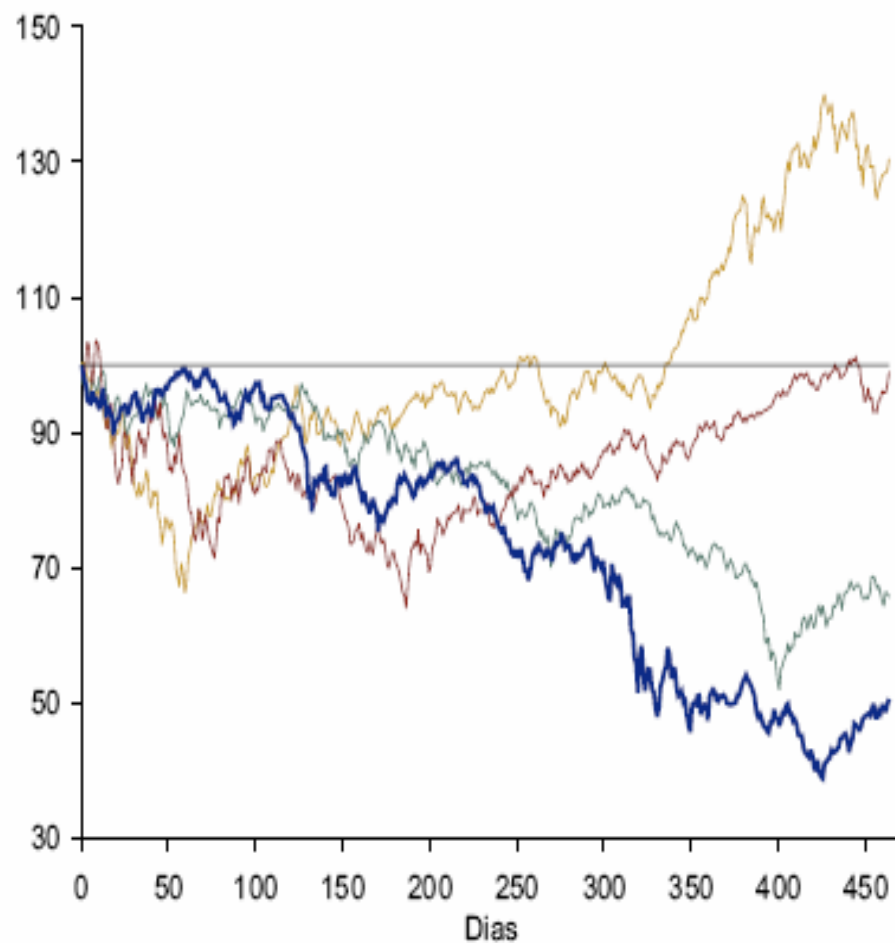
### MERCADOS MONETÁRIOS INTERBANCÁRIOS

*Repo spread – área do euro*



### MERCADOS ACCIONISTAS

*Dow Jones Euro Stoxx*



- **Da crise financeira à crise económica**

1. **Processo endógeno de endividamento e fragilidade financeira:**

**Papel da Política Monetária**

**Influência dos desequilíbrios macroeconómicos globais: défice externo americano e excesso de poupança nos países emergentes e produtores de petróleo.**

2. **Ambiente de baixas taxas de juro, search for yield**

3. **Utilização abusiva do modelo de negócio «originate and distribute» e da titularização e inovação financeira com produtos opacos: relaxamento do controle do risco de crédito**

4. **Fracasso da regulação a nível internacional: desenvolvimento do «shadow banking system»; aumento inconsiderado do «leverage»; expansão de SPV's fora de balanço; desenvolvimento de complexos derivados de crédito (vg CDS's, CDO's) sem mercado organizado; ausência de supervisão das agências de rating; efeitos pró-cíclicos da contabilidade com «mark-to-market» e de Basileia II.**

5. **Fracasso da função de gestão do risco nas Instituições Financeiras e falência da teoria moderna de quantificação do risco (VAR etc...)**

- **Da crise financeira à crise económica: processos em curso na espiral recessiva**
- **Processo de deflação da dívida, liquidação de activos e aumento da poupança**
- **Processo de «desalavancagem», restrição do crédito, ciclo de liquidação de activos**
- **Efeitos riqueza negativos, fragilidade de balanços e redução de consumo e investimento**
- **Crise geral de confiança**
- **Crises cambiais e de balança de pagamentos em países emergentes**

- **Da crise financeira à crise económica: as mudanças de paradigma**
- 1. A actual crise é estrutural e de mudança de paradigma; não é uma simples crise cíclica usual ou uma crise de liquidez. Crise de sobreendividamento seguida de deflação da dívida, liquidação de activos. «Desalavancagem», ajustamento de balanço e reposição de rácios de capital.**
  - 2. A mudança de paradigma envolve novo tipo de funcionamento do sector financeiro; uma alteração do modelo de crescimento assente no endividamento e no aumento da desigualdade da distribuição; uma nova fronteira entre o mercado e o Estado. Superação do «Washington consensus» (Gordon Brown no fim do G20); revisão da interpretação estrita do modelo do «shareholder's value» (Jack Welch ao FT) ; o sector financeiro não é auto-regulável ou auto-equilibrador (Ackerman)**
  - 3. Riscos de um prolongado período de fraco crescimento. Necessidade de novos sectores de crescimento e de uma nova onda de inovação tecnológica. Necessidade de resolver (gradualmente...) o problema central do sistema monetário internacional: os desequilíbrios externos excessivos e a estabilidade financeira mundial**
  - 4. Consequências geopolíticas: alteração gradual do poder relativo entre a Ásia, a América e a Europa.. Possível recuo (temporário?...) da globalização e riscos de protecção.**

- **Da crise financeira à crise económica: as mudanças no sector financeiro**
  1. **Perda de peso do sector financeiro no conjunto da economia. Aumento da consolidação no sector. O problema das instituições «too big to fail»**
  2. **Redução dos níveis de alavancagem, em consequência do efeito das perdas registadas nas necessidades de capital; do maior rigor na gestão do risco de crédito e da futura regulação**
  3. **Redução do uso do modelo de «originar e distribuir»: a titularização voltará, mas com menor expressão e produtos mais simples. Desaparecimento de certos produtos e mercados (v.g. tipos de CDO's, ABS com plexos etc) Perda de importância da inovação dos bancos de investimento e um certo regresso ao modelo da banca tradicional, mas com os mercados de capitais a manter ou aumentar o peso que têm na intermediação financeira.**
  4. **Aumento da regulação do sector**
  5. **Redução dos níveis de rentabilidade do sector para valores mais normais.**
  6. **Com excepção do movimento de alguma consolidação, que é desejável, o modelo de funcionamento do sistema bancário português não deve sofrer grandes alterações.**

# Índice

## A CRISE INTERNACIONAL E A REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO SISTEMA BANCÁRIO :

1. Agravamento da crise e recessão mundial

**2. *Desempenho do sistema bancário nacional***

3. Respostas da regulação e da supervisão prudencial

4. Supervisão comportamental

# Balanço consolidado do sistema bancário

(em milhares de milhões de euros)	2007	2008	Variação %
<b>Rubricas do Activo:</b>			
<b>Crédito líquido a clientes</b>	285.6	313.8	9.9
<b>Activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	22.6	21.0	-6.8
<b>Activos Financeiros disponíveis para venda</b>	26.5	26.0	-1.9
<b>Investimentos detidos até à maturidade</b>	1.4	4.9	240.6
<b>Activos titularizados e não desreconhecidos</b>	19.2	27.3	42.0
<b>Activo Total</b>	<b>428.2</b>	<b>463.3</b>	<b>8.2</b>
<b>Rubricas do Passivo:</b>			
<b>Recursos de clientes</b>	188.5	210.6	11.7
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>	96.6	92.8	-4.0
<b>Passivos Subordinados</b>	11.2	11.3	1.0
<b>Passivo Total</b>	<b>401.7</b>	<b>435.5</b>	<b>8.4</b>
<b>Capitais Próprios</b>	26.5	27.8	4.9

# Demonstração de Resultados consolidada

(em milhares de milhões de euros)	2007	2008	Variação %
<b>Margem Financeira</b>	7.9	8.7	9.9
<b>Comissões</b>	3.1	3.2	4.3
<b>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor</b>	-0.2	0.1	134.4
<b>Resultados de activos disponíveis para venda</b>	1.1	0.5	-50.6
<b>Alienação de outros activos</b>	0.2	0.3	101.0
<b>Produto Bancário</b>	13.4	14.0	4.5
<b>Custos com o Pessoal</b>	3.9	4.0	2.6
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>	2.7	2.9	4.7
<b>Amortizações</b>	0.6	0.6	6.9
<b>Imparidades e outras correcções de valores</b>	1.7	3.6	115.1
<b>Impostos sobre os lucros</b>	0.8	0.6	-21.3
<b>Resultado Líquido</b>	3.2	1.8	-44.2

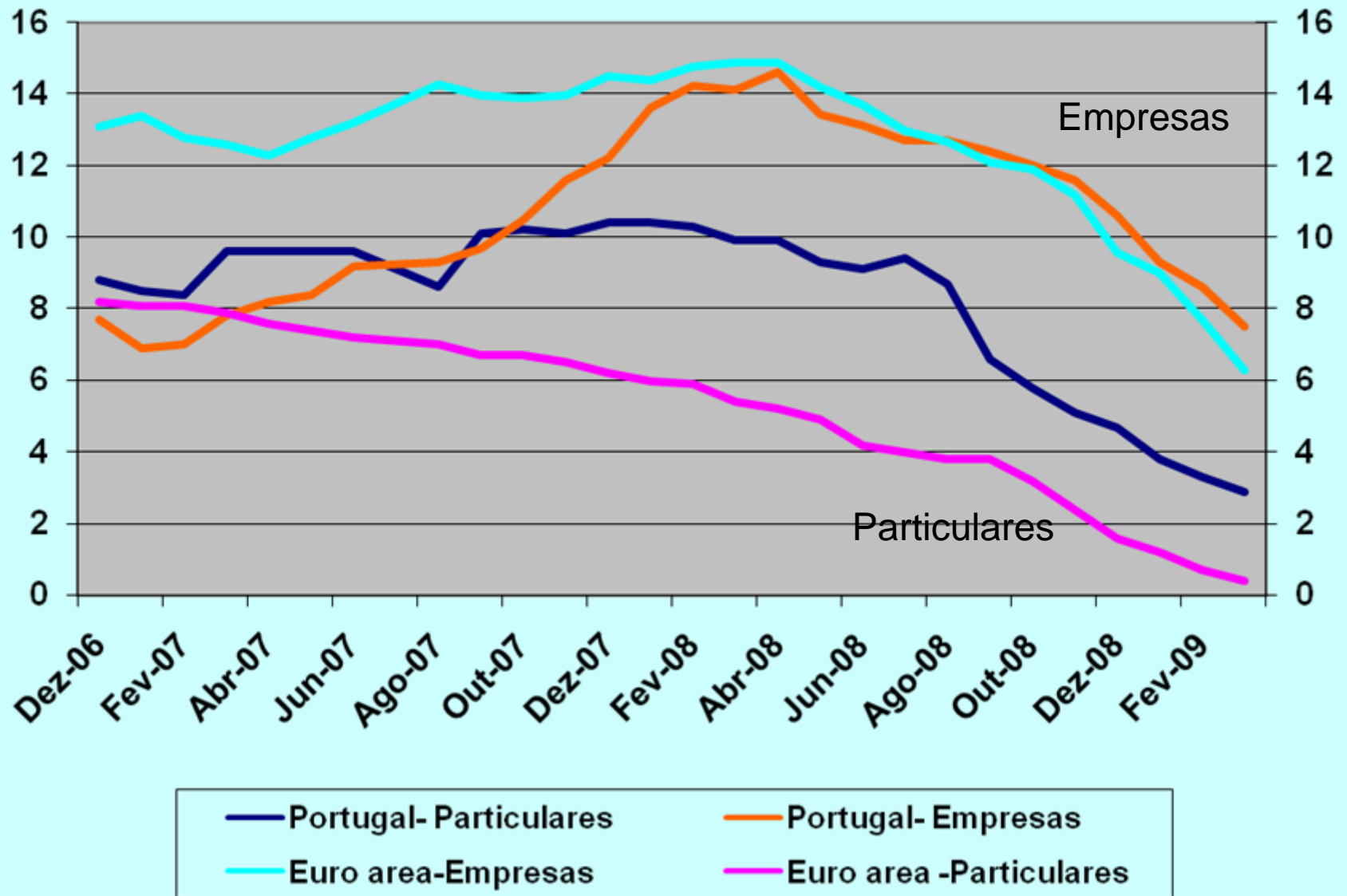
# Actividade internacional e doméstica

	2007		2008		
<b>Actividade e resultados gerados pelas filiais no estrangeiro:</b>	<b>Em milhões de euros</b>	<b>Peso em %</b>	<b>Em milhões de euros</b>	<b>Peso em %</b>	<b>tvh %</b>
Total do Activo	37,862	8.8	51,046	11.0	34.8%
Produto da actividade bancária	1,923	14.4	2,568	18.4	33.5%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	864	19.2	1,139	42.0	31.8%
<b>Actividade e resultados gerados na «actividade doméstica»:</b>					
Total do Activo	390,343	91.2	412,277	89.0	5.6%
Produto da actividade bancária	11,433	85.6	11,388	81.6	-0.4%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	3,624	80.8	1,574	58.0	-56.6%
<b>Total</b>					
Total do Activo	428,205		463,323		8.2%
Produto da actividade bancária	13,356		13,956		4.5%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	4,487		2,713		-39.5%

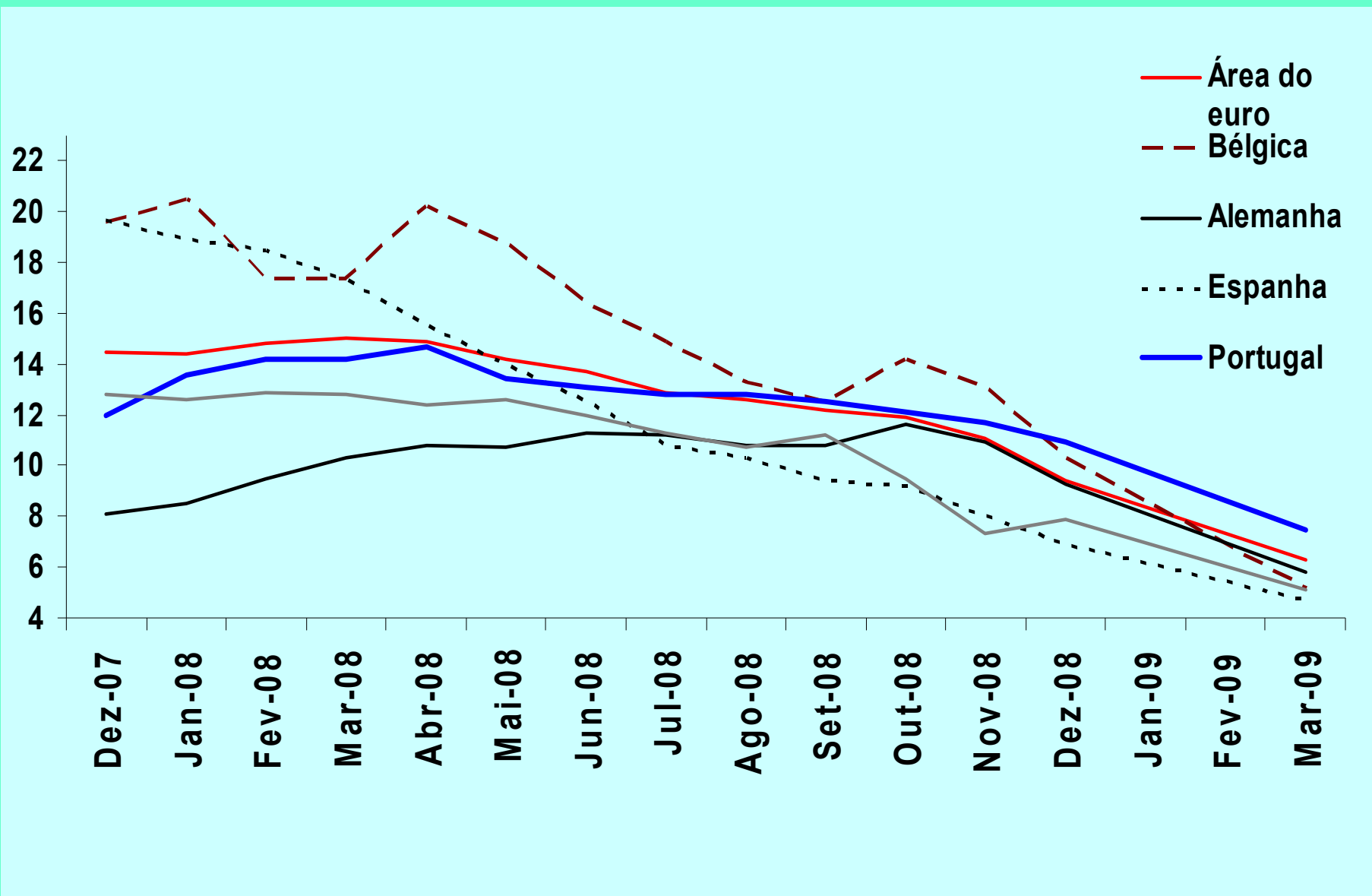
# Indicadores do Sistema Bancário

(em percentagem)	2007	2008
	Dez	Dez
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>10.3</b>	<b>10.3</b>
Activos líquidos sobre passivos interbancários – Bancos domésticos	110.1	103.4
Crédito em incumprimento (% do crédito total)	1.41	1.69
Margem Financeira em % do Activo	1.96	1.95
Outros Proveitos (Comissões, LOF etc) em % do Activo	1.34	1.17
Rácio de eficiência (custos adminst. sobre o produto bancário)	54.1	53.7
<b>Rendibilidade do Activo (ROA)</b>	<b>1.15</b>	<b>0.64</b>
<b>Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)</b>	<b>18.2</b>	<b>10.6</b>
Resultados antes de impostos e interesses minoritários (tvh)	1.7	-38.3
Resultado líquido do exercício (tvh)	2.9	-44.2

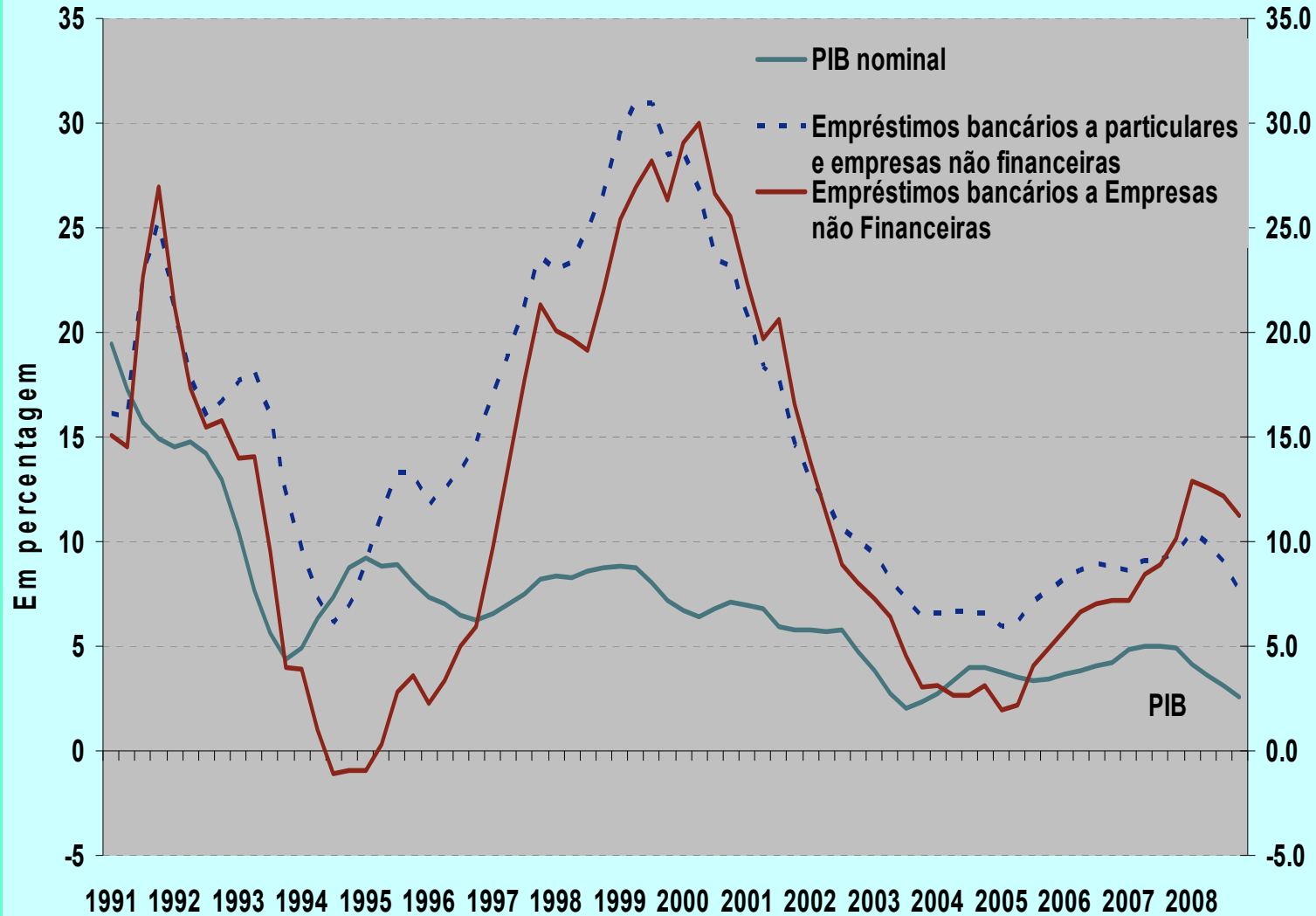
# Crescimento do crédito a Particulares e Empresas



# Crescimento do crédito a Empresas não financeiras

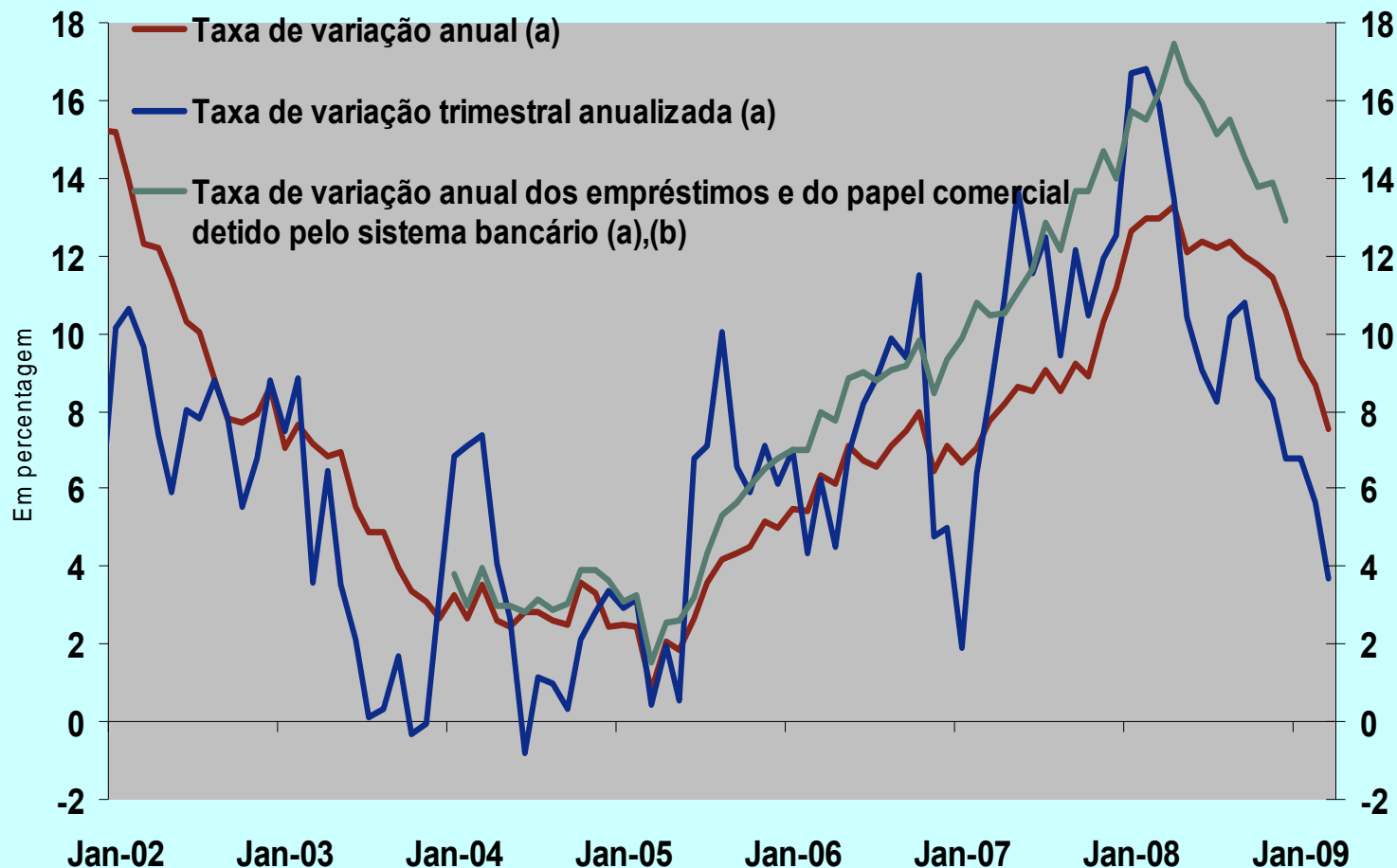


### Portugal: PIB nominal e empréstimos bancários (taxas anuais de crescimento)



Desde 2005, crédito a crescer de novo muito acima do PIB nominal. O financiamento pelo crédito não criou nem acentuou a recessão

## Crédito concedido a sociedades não financeiras



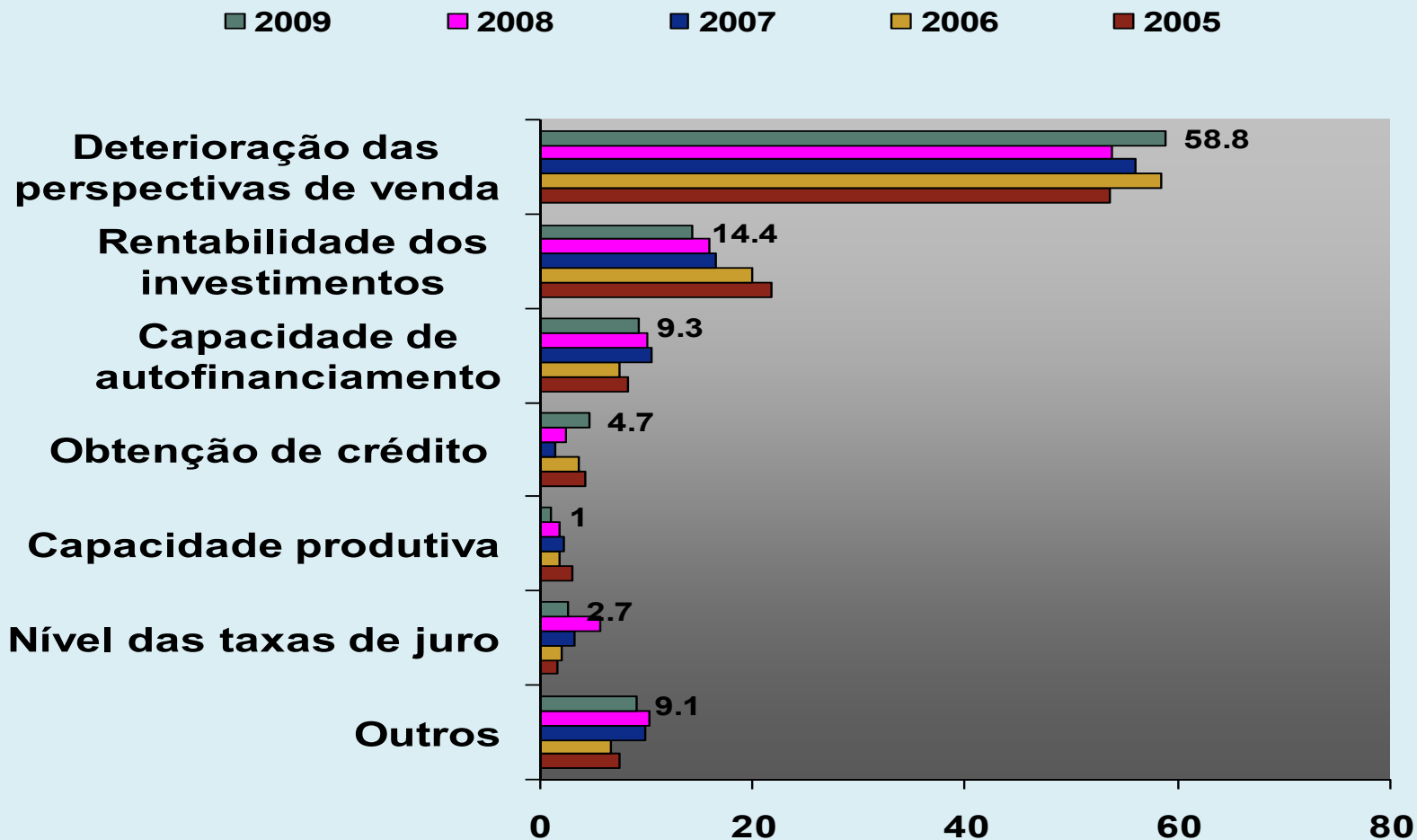
**Crédito, incluindo papel comercial, a crescer ainda a mais de 12% em 2008!**

(a) A taxa de variação anual é calculada com base na relação entre saldos de empréstimos bancários (ou saldo de empréstimos bancários e papel comercial detido pelo sistema bancário) em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações e de abatimentos ao activo. (b) O papel comercial detido pelos bancos é medido pelos títulos de prazo inferior a uma ano emitidos pelas sociedades não financeiras e pertencentes às carteiras das instituições financeiras.

# PRINCIPAL FACTOR LIMITATIVO AO INVESTIMENTO

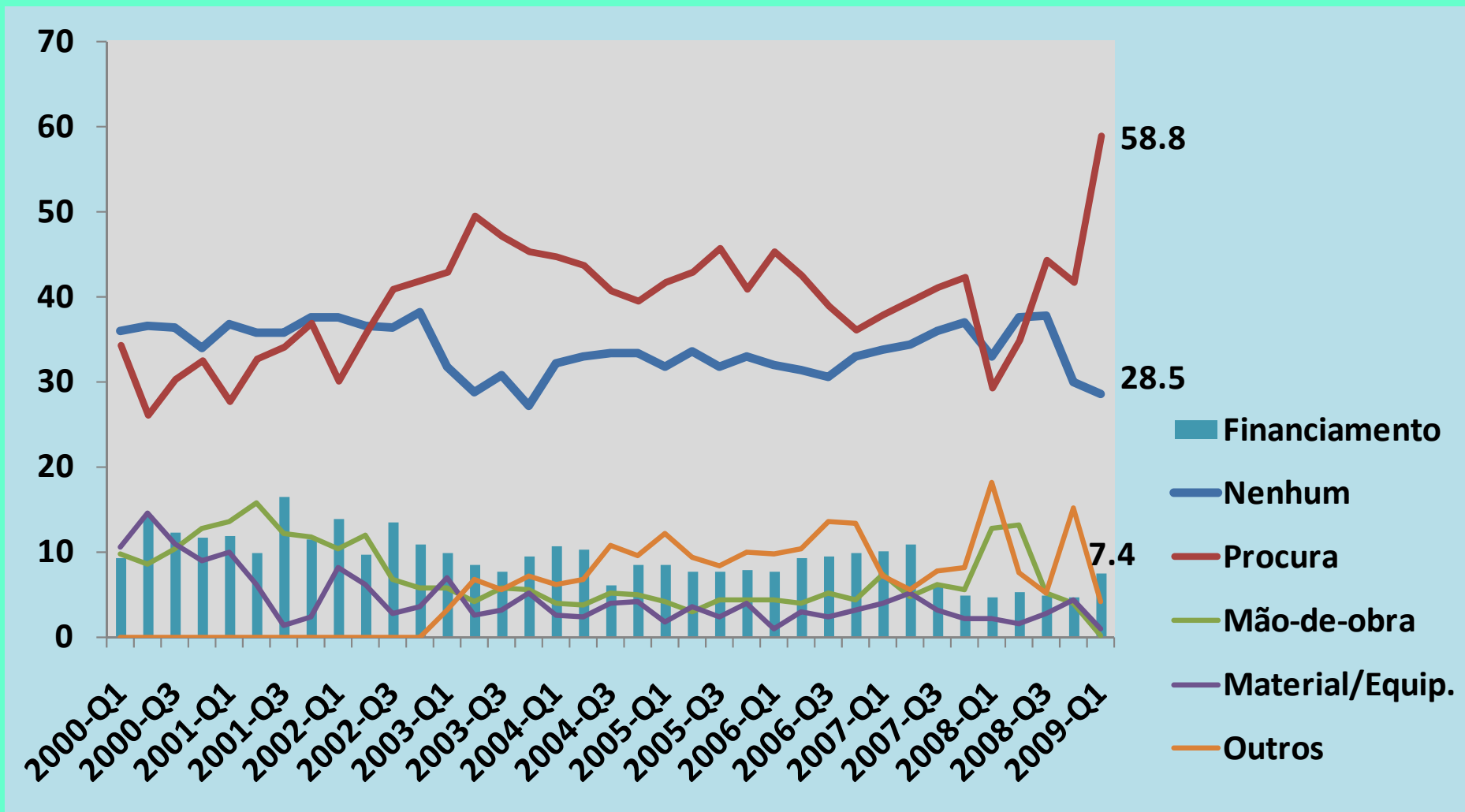
- avaliação prospectiva

Em percentagem do número total de empresas com limitações ao investimento

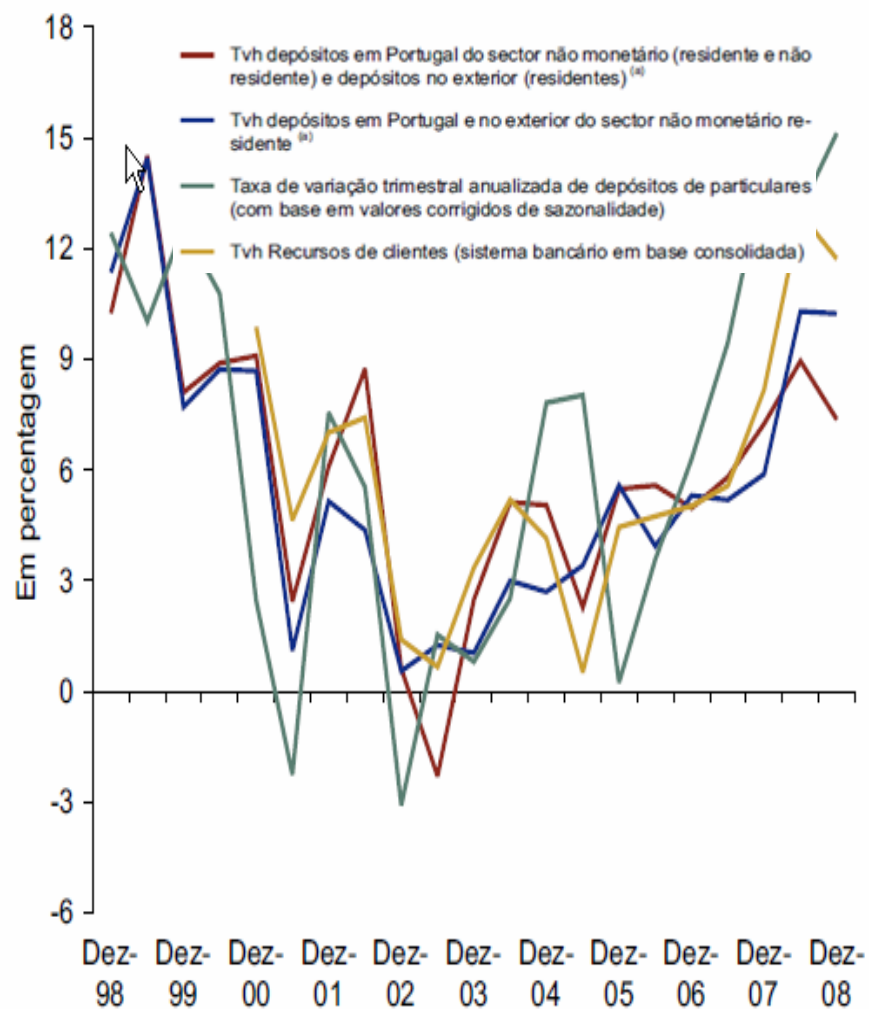


Fonte: INE (Inquérito ao Investimento). Os resultados apresentados para cada ano têm por base o primeiro Inquérito ao Investimento publicado no início desse ano.

# Factores de restrição da produção na indústria transformadora

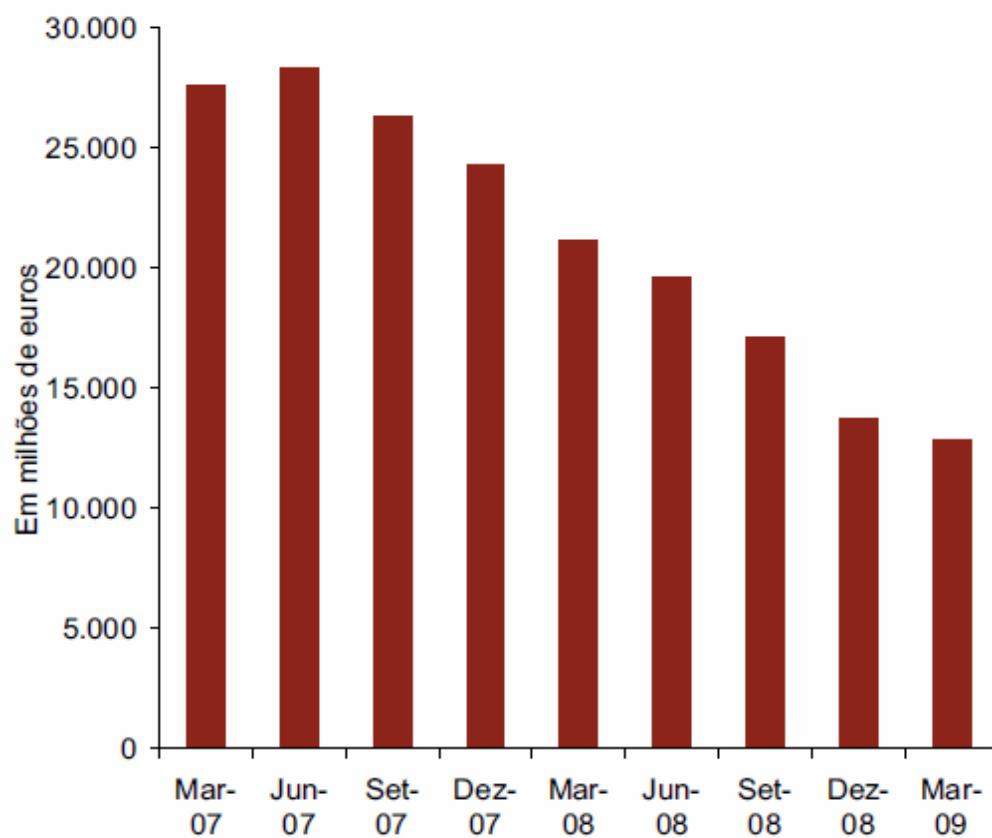


## TAXAS DE VARIAÇÃO DOS DEPÓSITOS



## MONTANTE GERIDO POR FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO E MERCADO MONETÁRIO

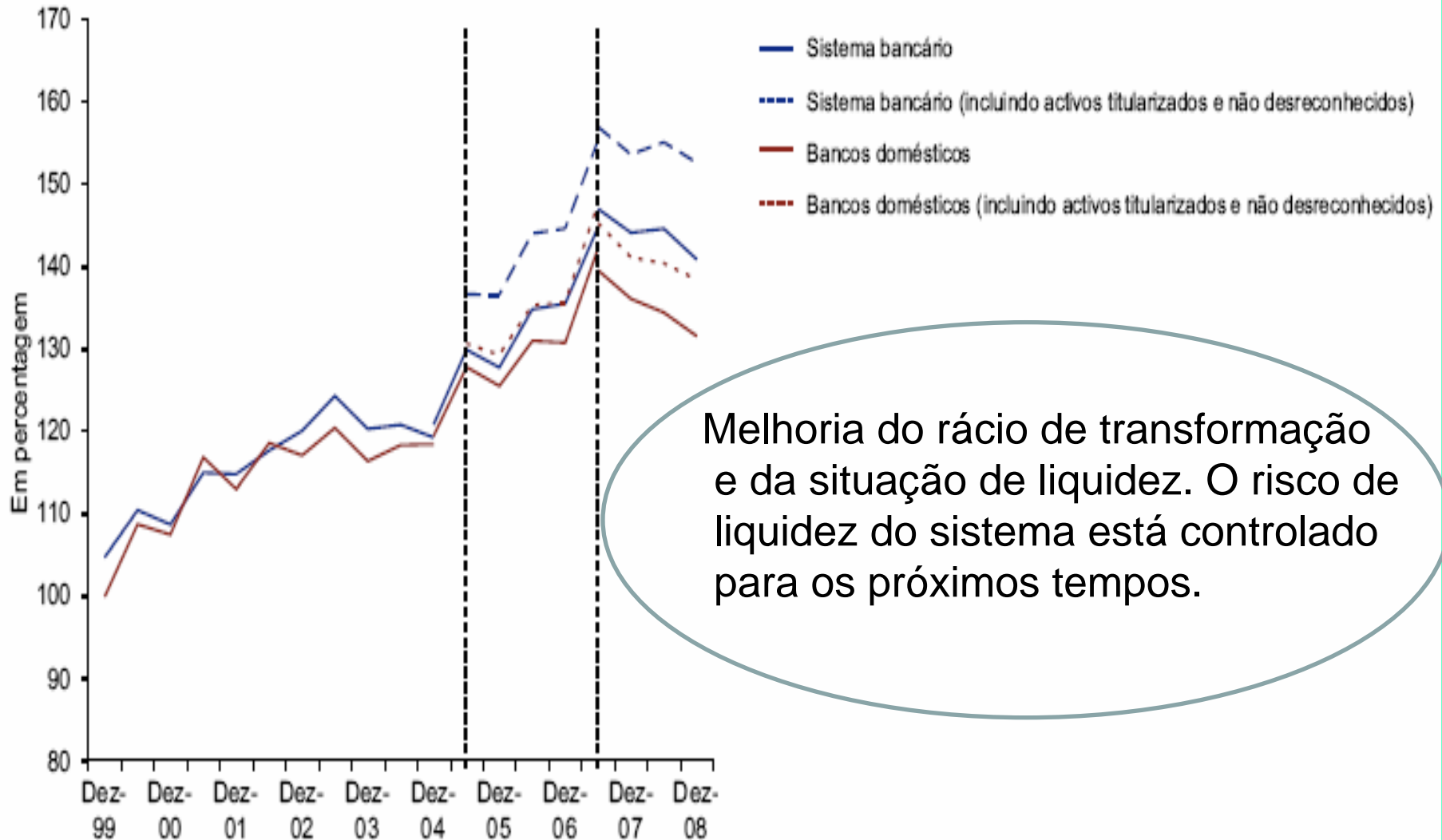
Posição em fim de período



Fonte: APFIPP.

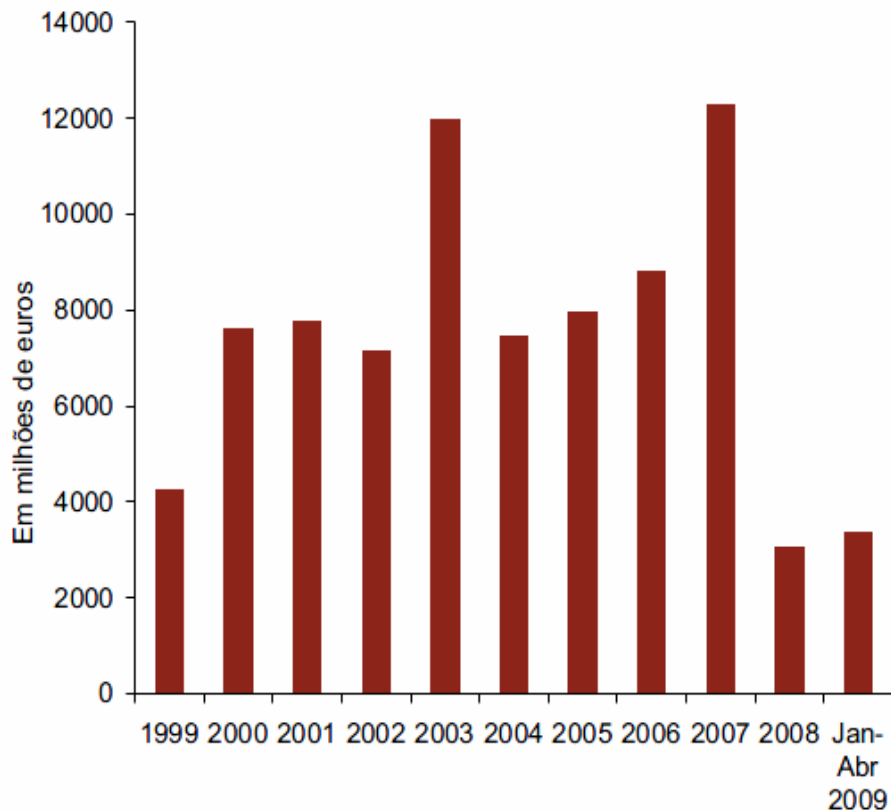
# RÁCIO ENTRE CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES

Incluindo títulos emitidos por bancos e colocados junto de clientes



## ESTIMATIVA DE EMISSÕES LÍQUIDAS DE OBRIGAÇÕES DE BANCOS PORTUGUESES

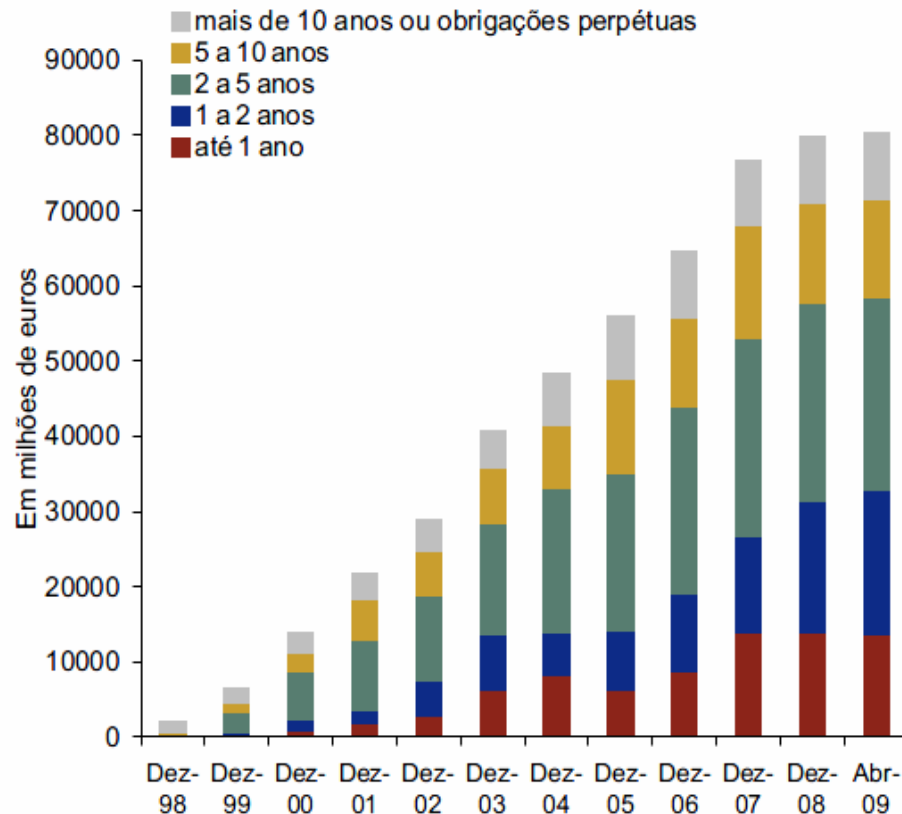
Em Portugal e no exterior



Fontes: Bloomberg, Dealogic Bondware e Thomson Reuters.

## SALDO VIVO DAS OBRIGAÇÕES EMITIDAS POR BANCOS PORTUGUESES POR MATURIDADE RESIDUAL

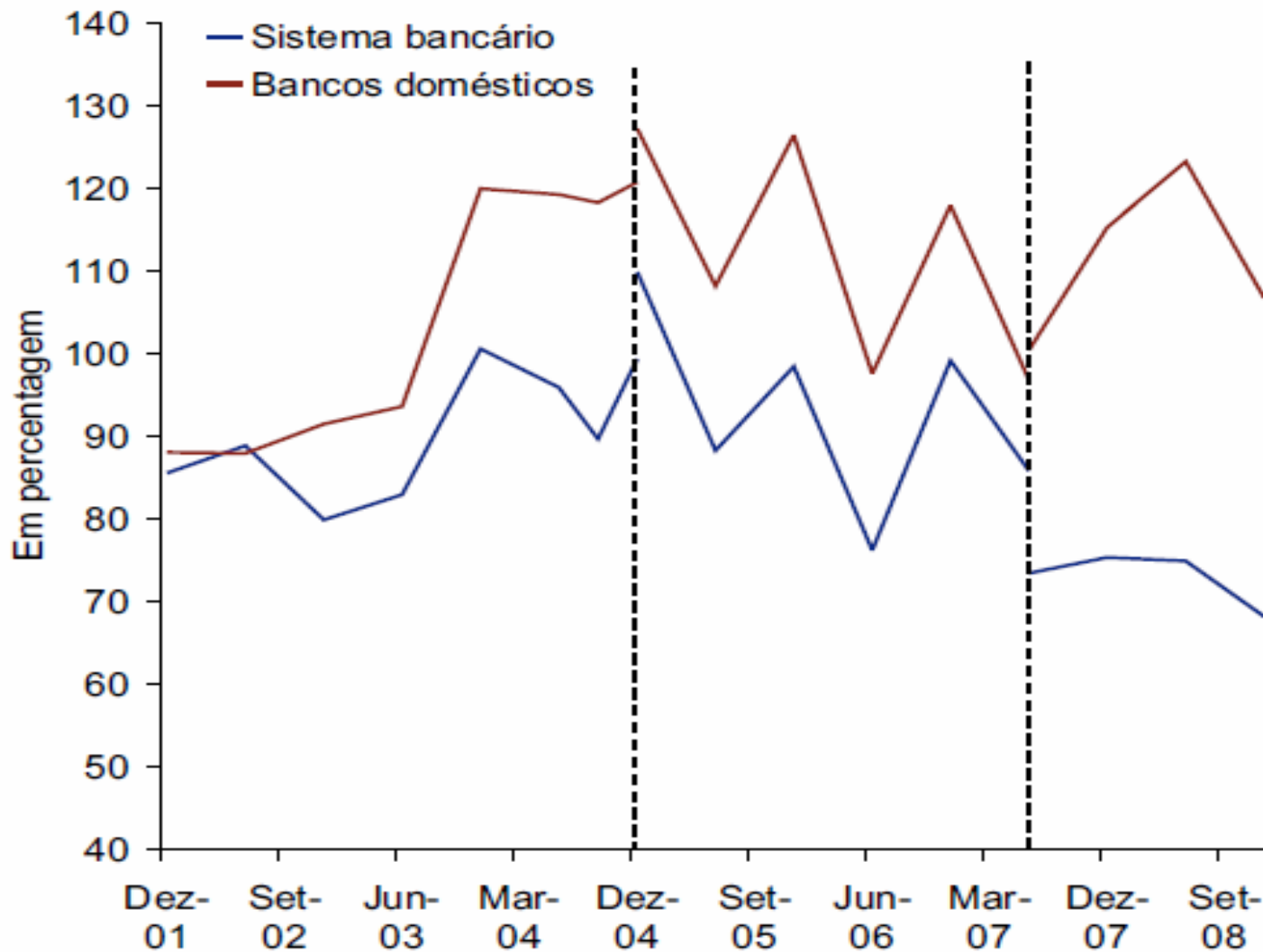
Em Portugal e no exterior



Fontes: Bloomberg, Dealogic Bondware e Thomson Reuters.

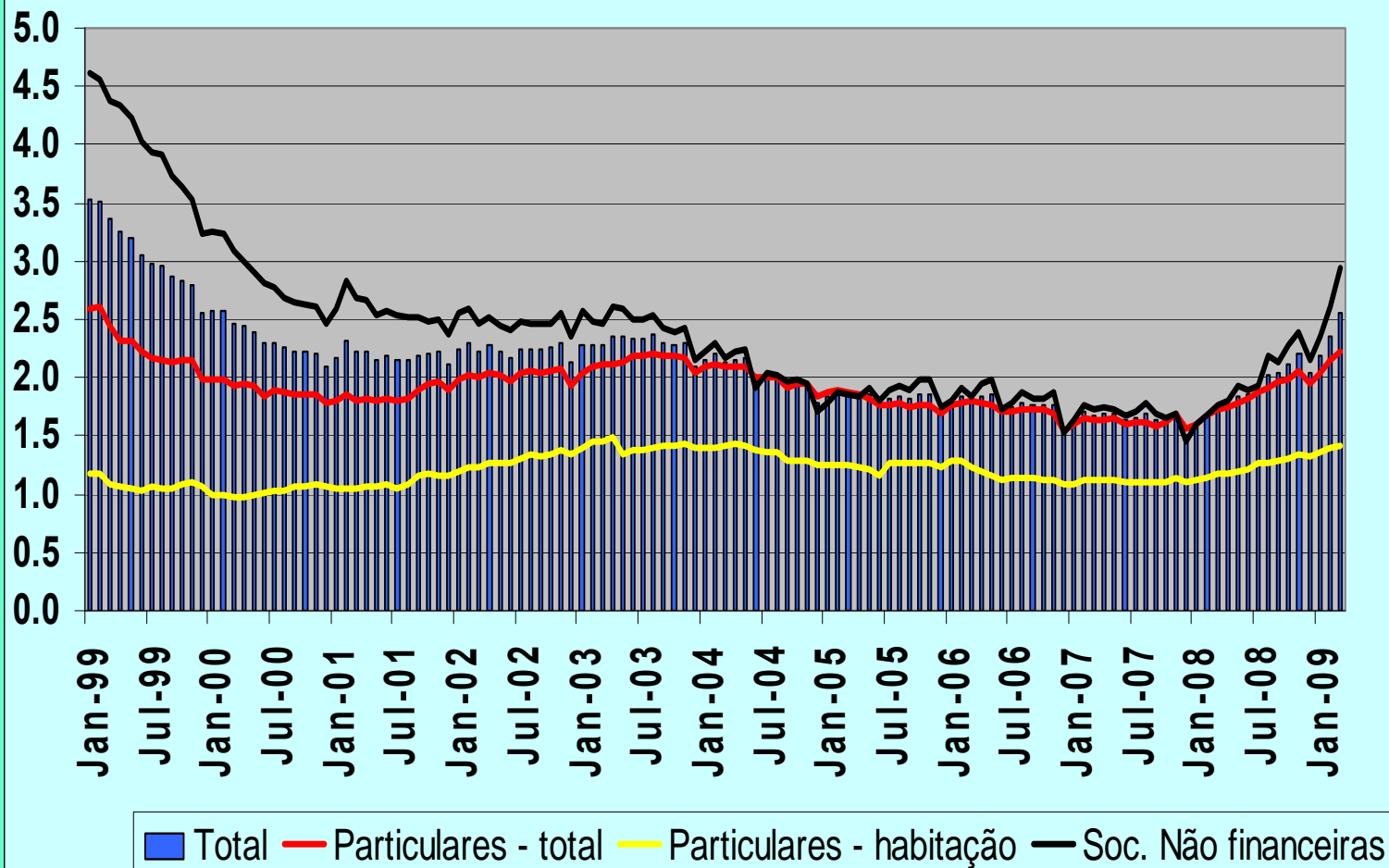
**Os Bancos portugueses já emitiram mais obrigações este ano do que em todo o ano anterior e algumas emissões sem garantia do Estado.**

# RÁCIO DE COBERTURA DOS PASSIVOS INTERBANCÁRIOS POR ACTIVOS DE ELEVADA LIQUIDEZ



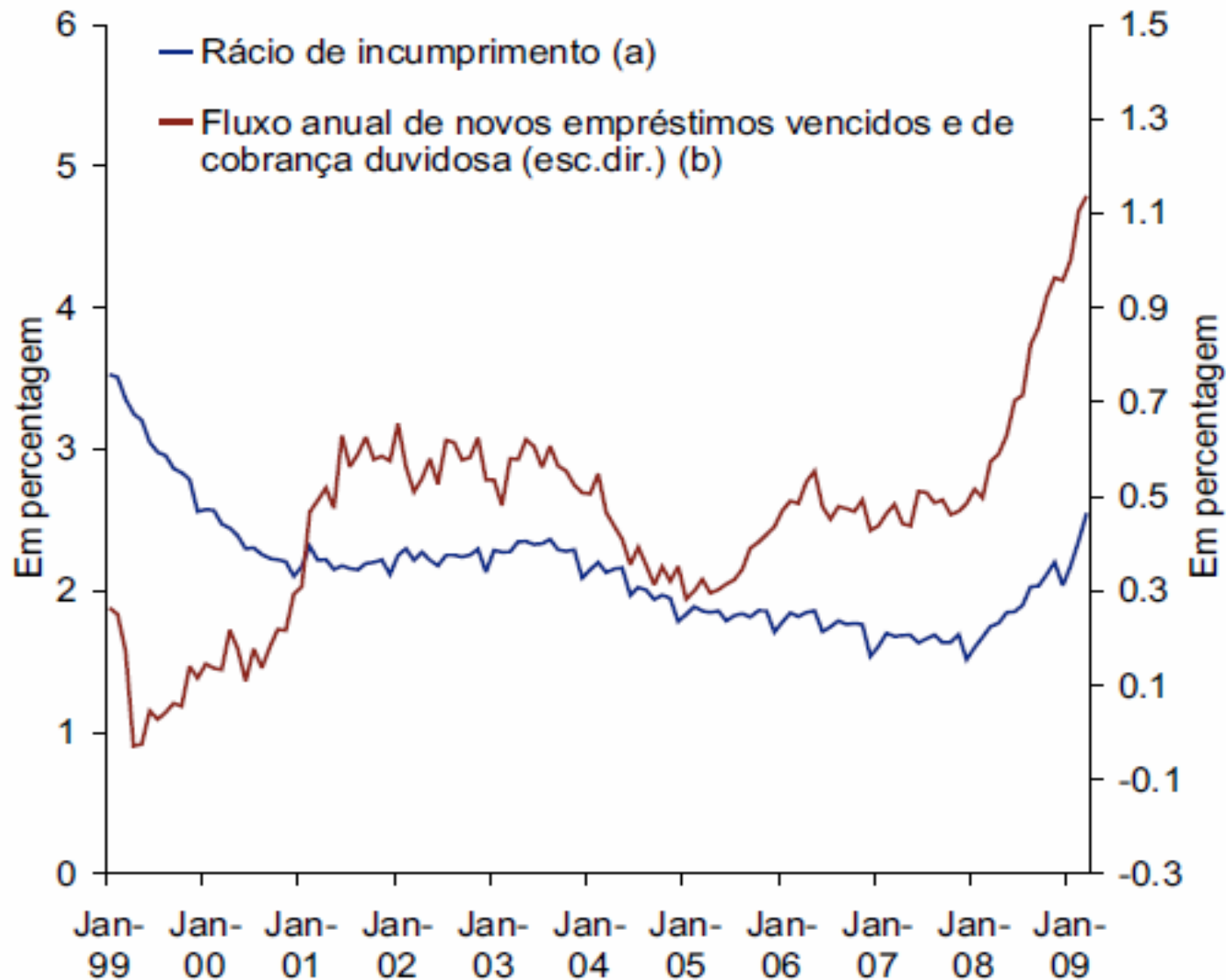
Acima de 100% nos Bancos Domésticos sujeitos a Supervisão Pelo BP

## Rácios de incumprimento no crédito a clientes residentes (%)



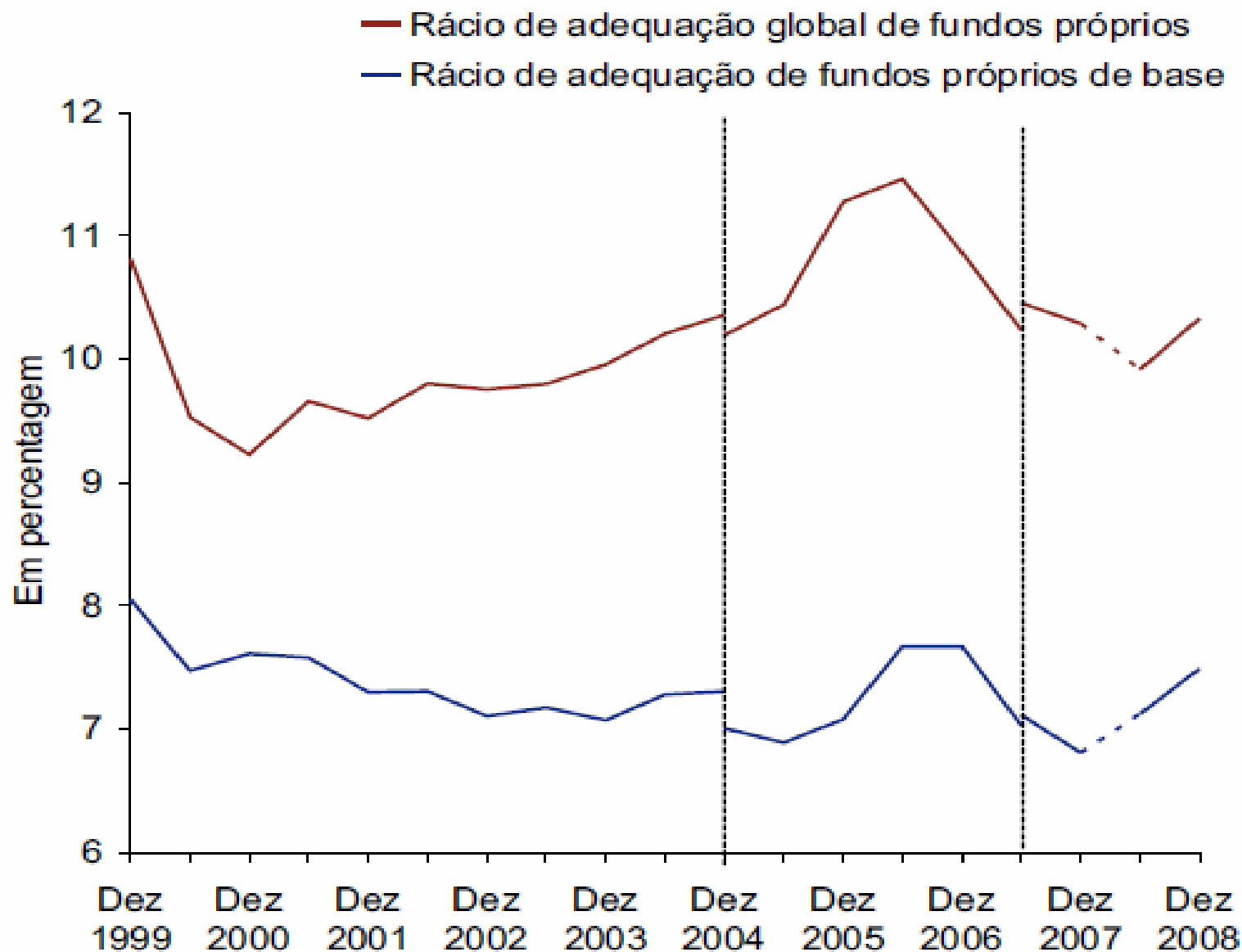
Aumento do incumprimento mas com níveis abaixo de 99, embora a crescer mais rapidamente que na recessão de 2003

# INCUMPRIMENTO NO CRÉDITO AO SECTOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO RESIDENTE



O aumento do custo do crédito mal-parado, reflecte-se na rapidez do aumento do fluxo anual de novos créditos em incumprimento.

# RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS

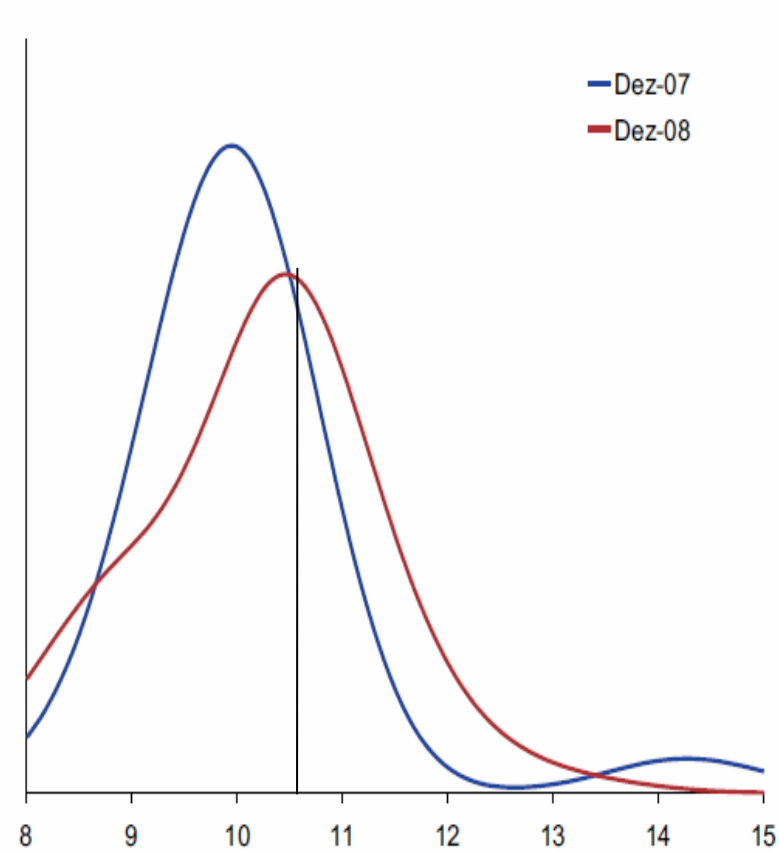


Ligeira  
melhoria  
do rácio de  
Capital, com  
o Tier 1  
acima de 7%

## RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos próprios / (Requisitos totais \* 12.5)

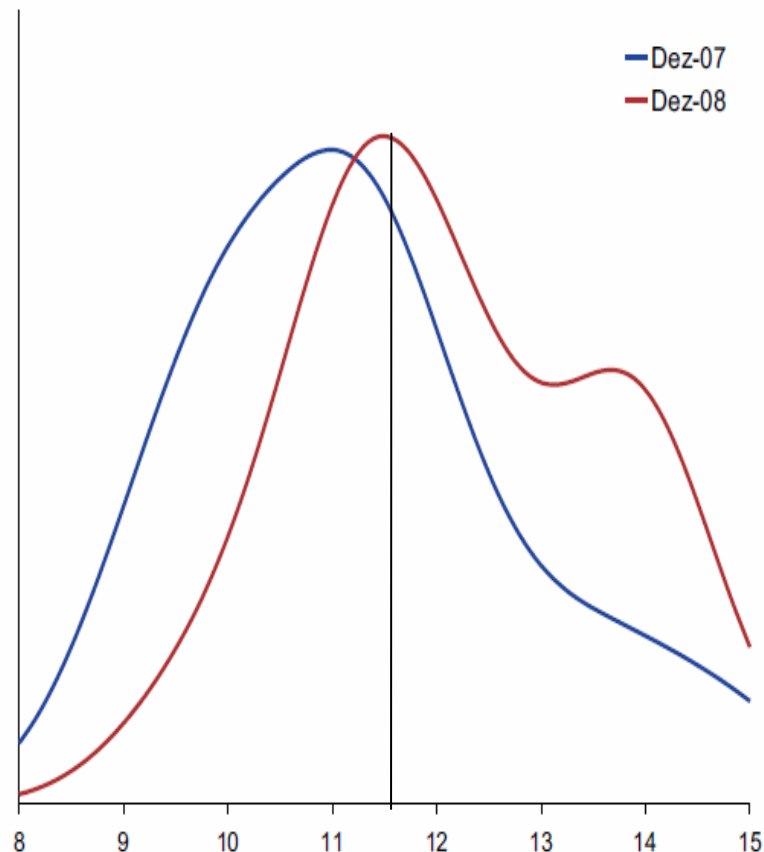
Distribuição empírica



Fonte: Banco de Portugal.

## RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS DE UM PAINEL DE BANCOS EUROPEUS

Distribuição empírica

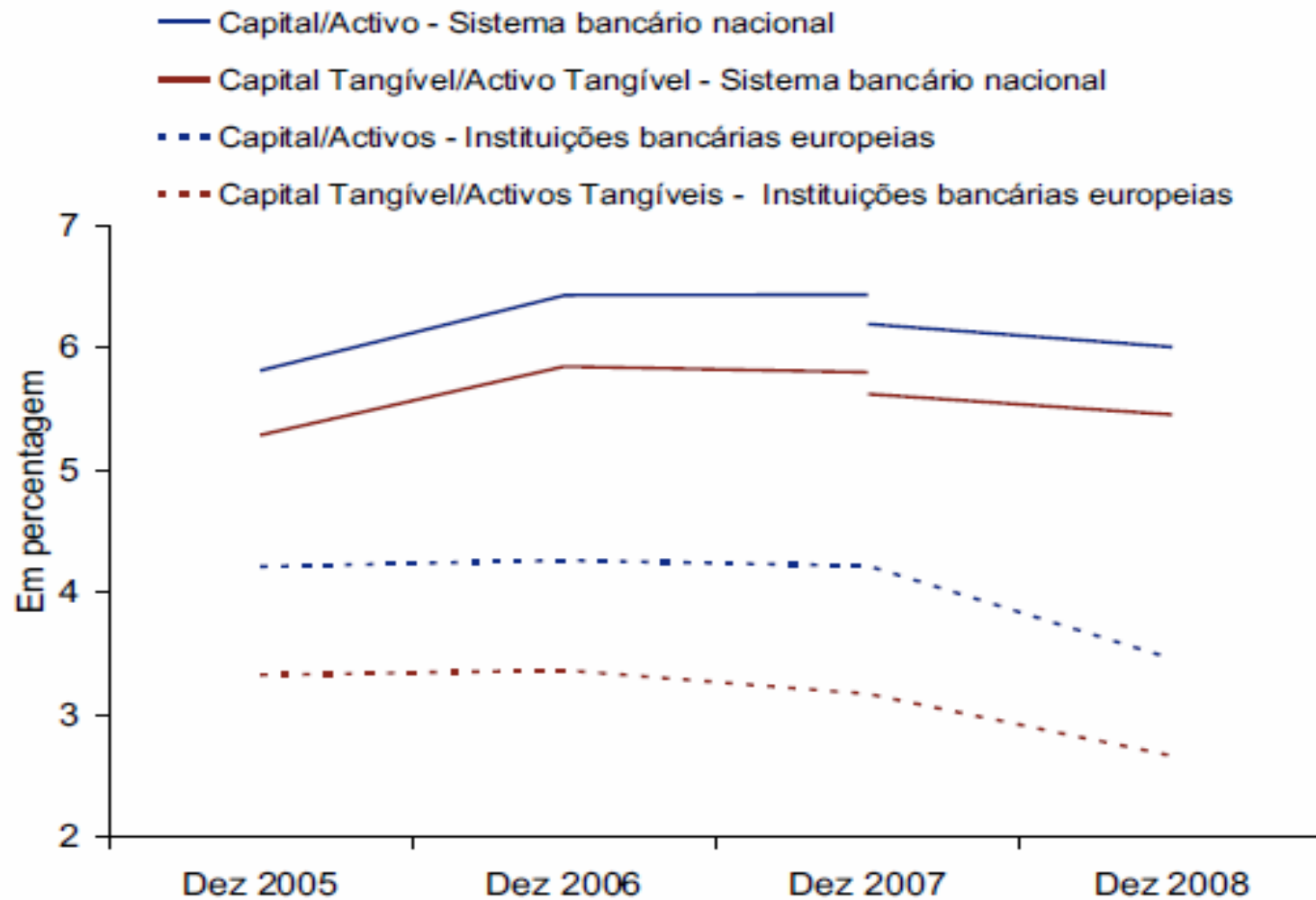


Fonte: Bureau Van Dijk (Bankscope).

Melhoria em  
2008, com  
nível pouco  
inferior à  
média europeia

(média de 55  
Bancos de 14  
Países)

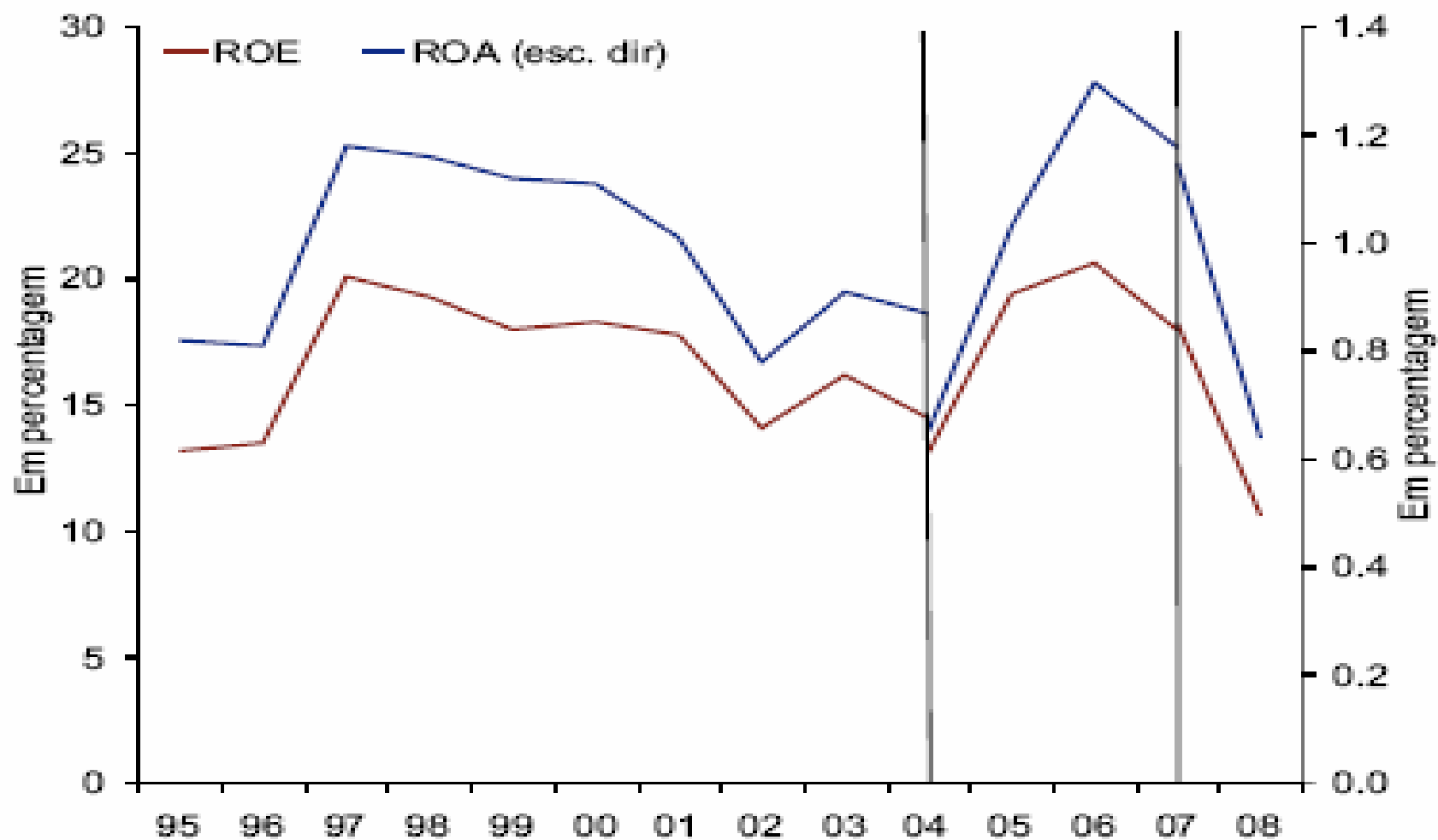
# RÁCIO ENTRE CAPITAL E ACTIVO



**Os bancos Portugueses têm muito melhor relação de alavancagem (leverage) do que a média Europeia**

**(média de 53 Bancos de 14 Países)**

# RENDIBILIDADE DO ACTIVO (ROA) E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (ROE)

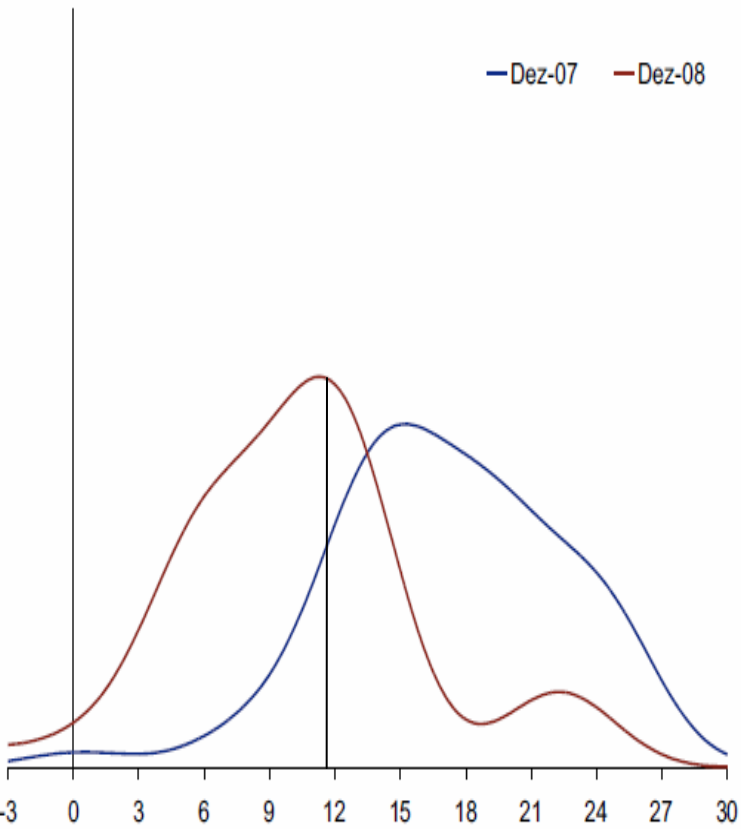


# RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

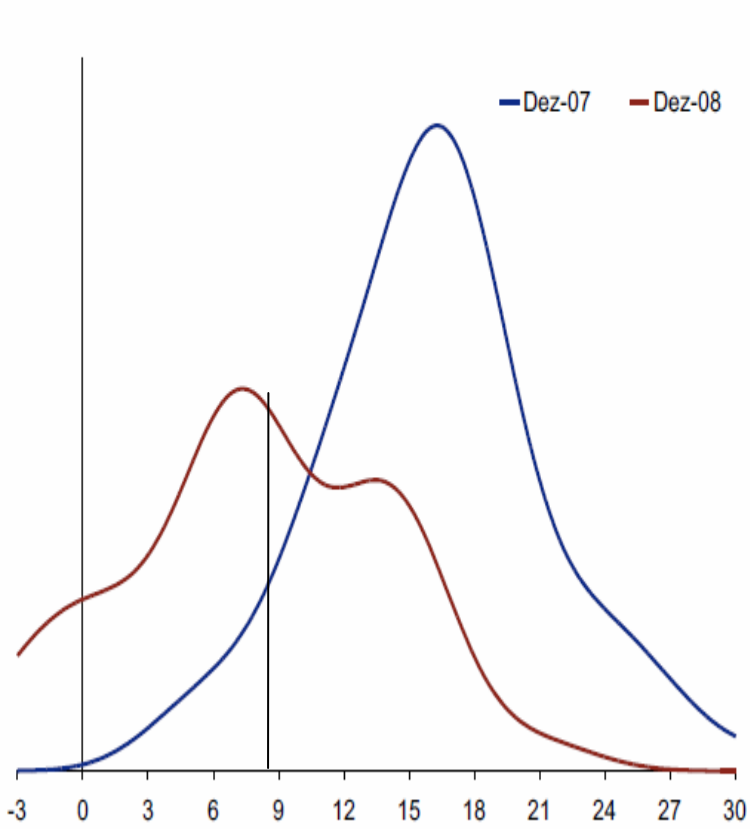
Distribuição empírica

# RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE UM PAINEL DE BANCOS EUROPEUS

Distribuição empírica



Fonte: Banco de Portugal.



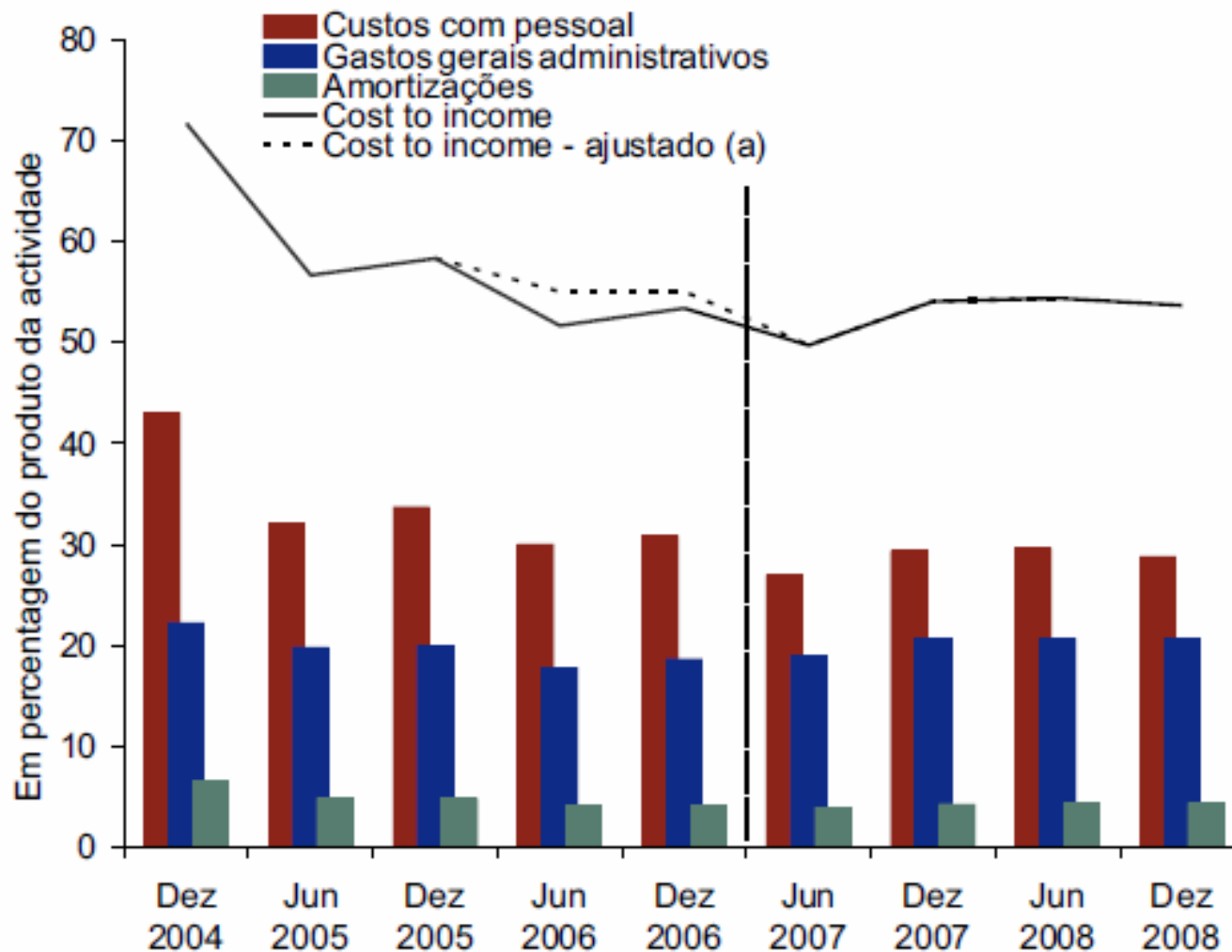
Fonte: Bureau Van Dijk (Bankscope).

Baixa do ROE de 2007 para 2008. Porém, com melhor distribuição que na média Europeia

(média de 70 Bancos de 14 Países)

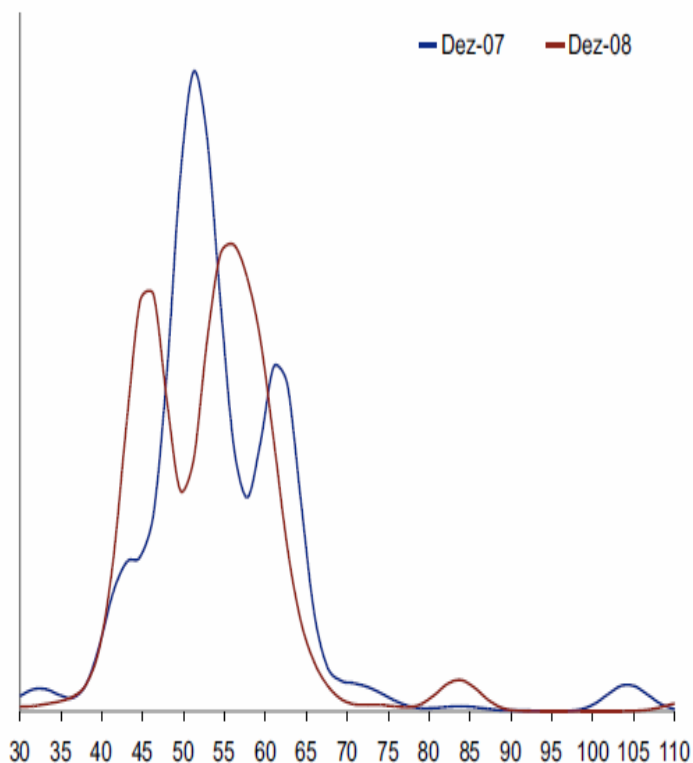
# RÁCIO COST TO INCOME

## Decomposição por tipo de custo



## RÁCIO COST TO INCOME

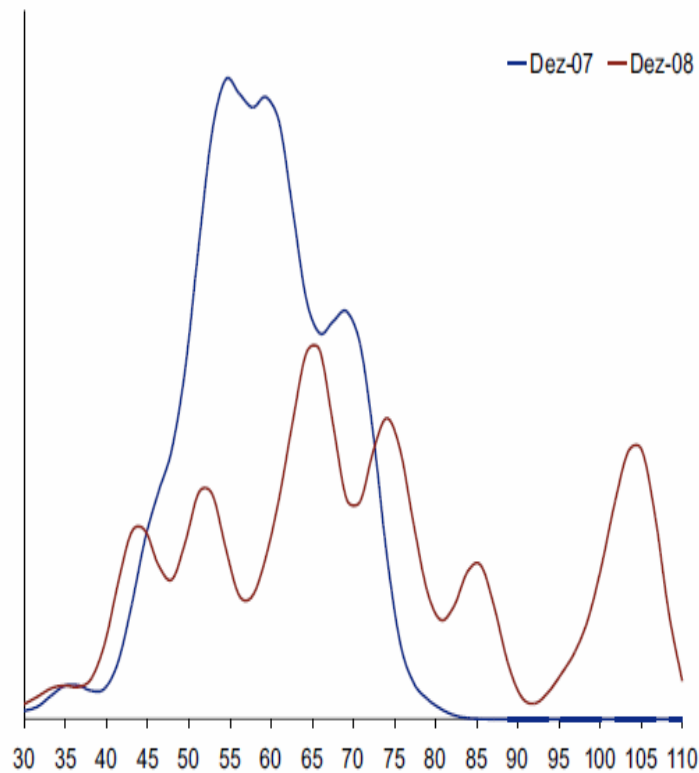
Distribuição empírica



Fonte: Banco de Portugal.

## RÁCIO COST TO INCOME DE UM PAINEL DE BANCOS EUROPEUS

Distribuição empírica

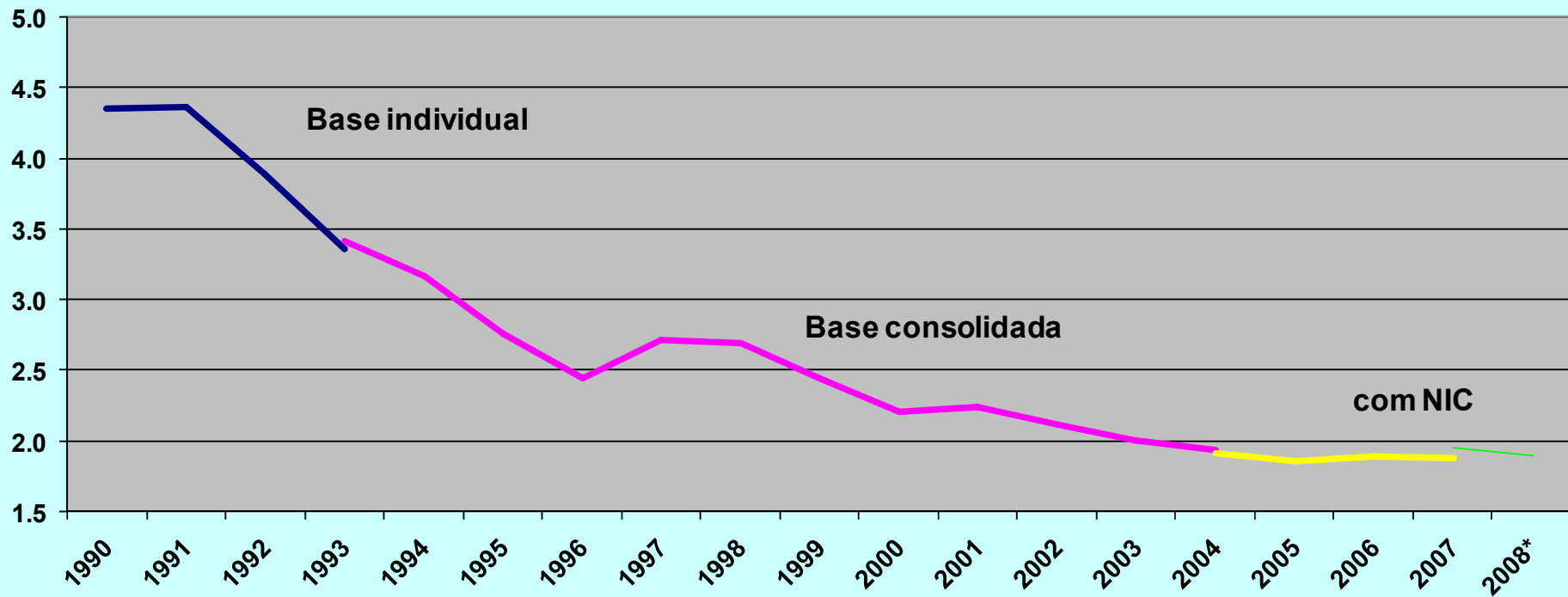


Fonte: Bureau Van Dijk (Bankscope).

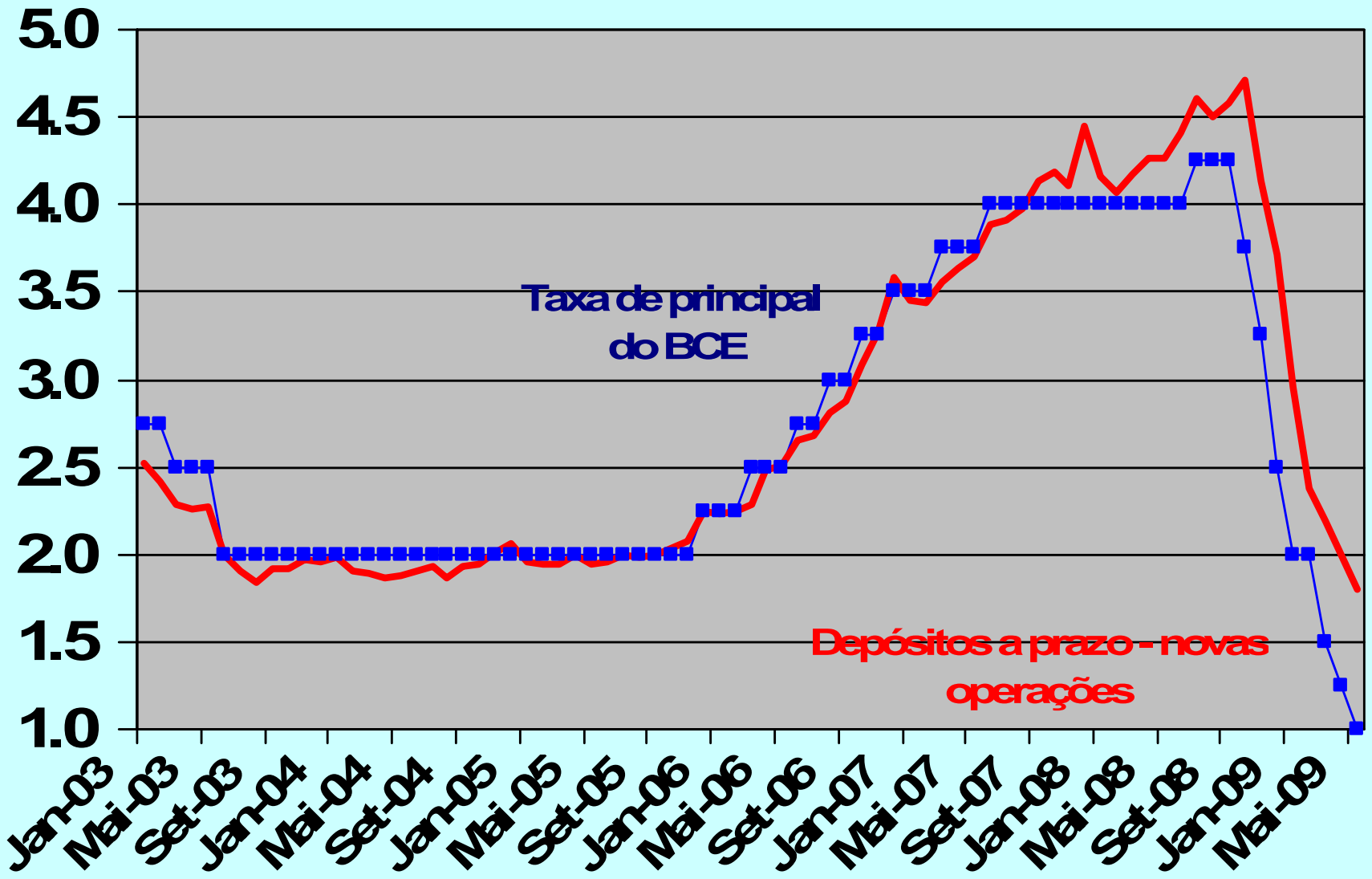
Estabilização do  
rácio de eficiência  
em 2008, com  
melhor distribuição  
do que a média  
europeia

(média de 67  
bancos de 14  
países)

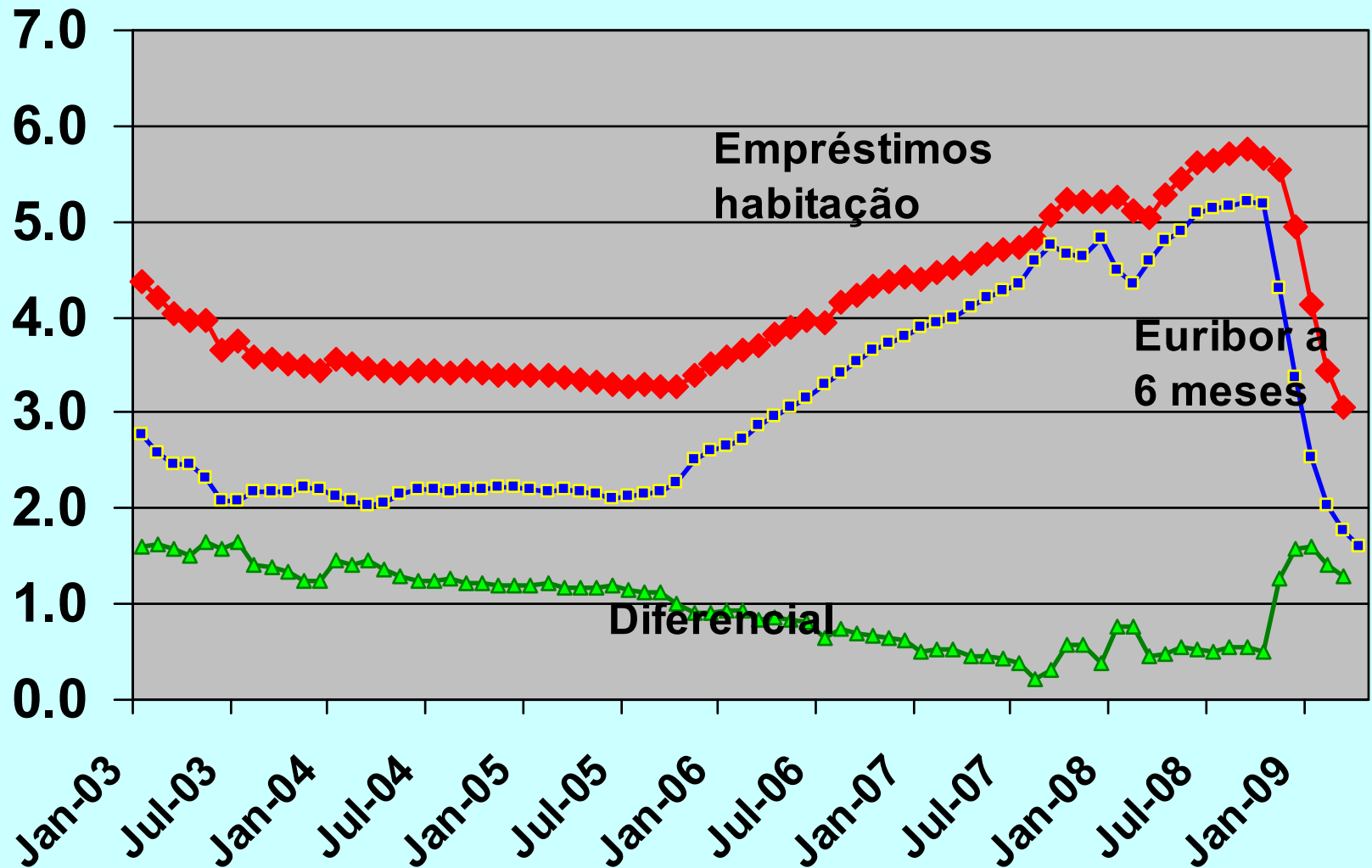
# Margem financeira (em % do Activo)



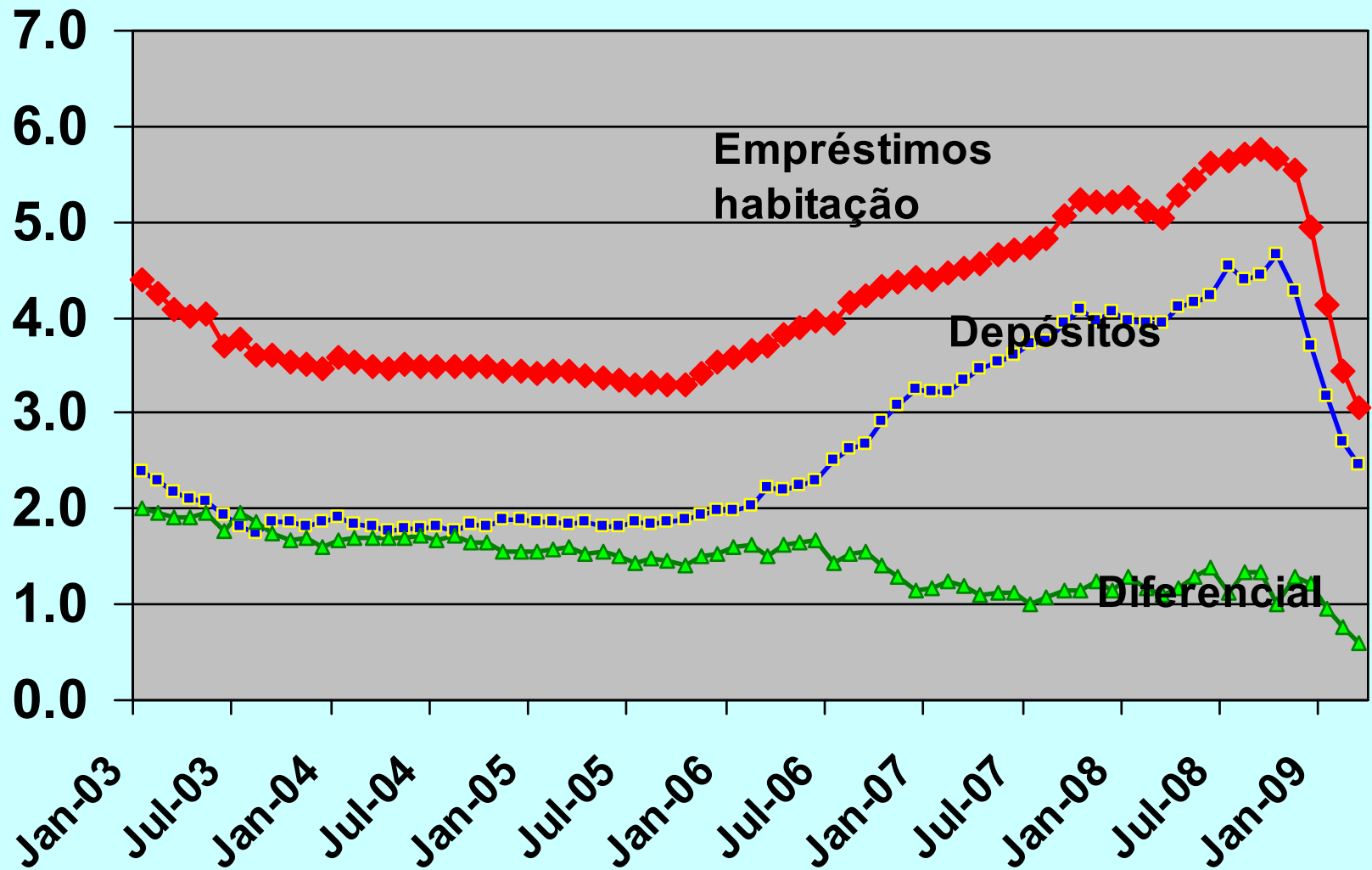
# Taxas de juro de Depósitos e taxa principal do BCE



# Taxas de juro de novas operações

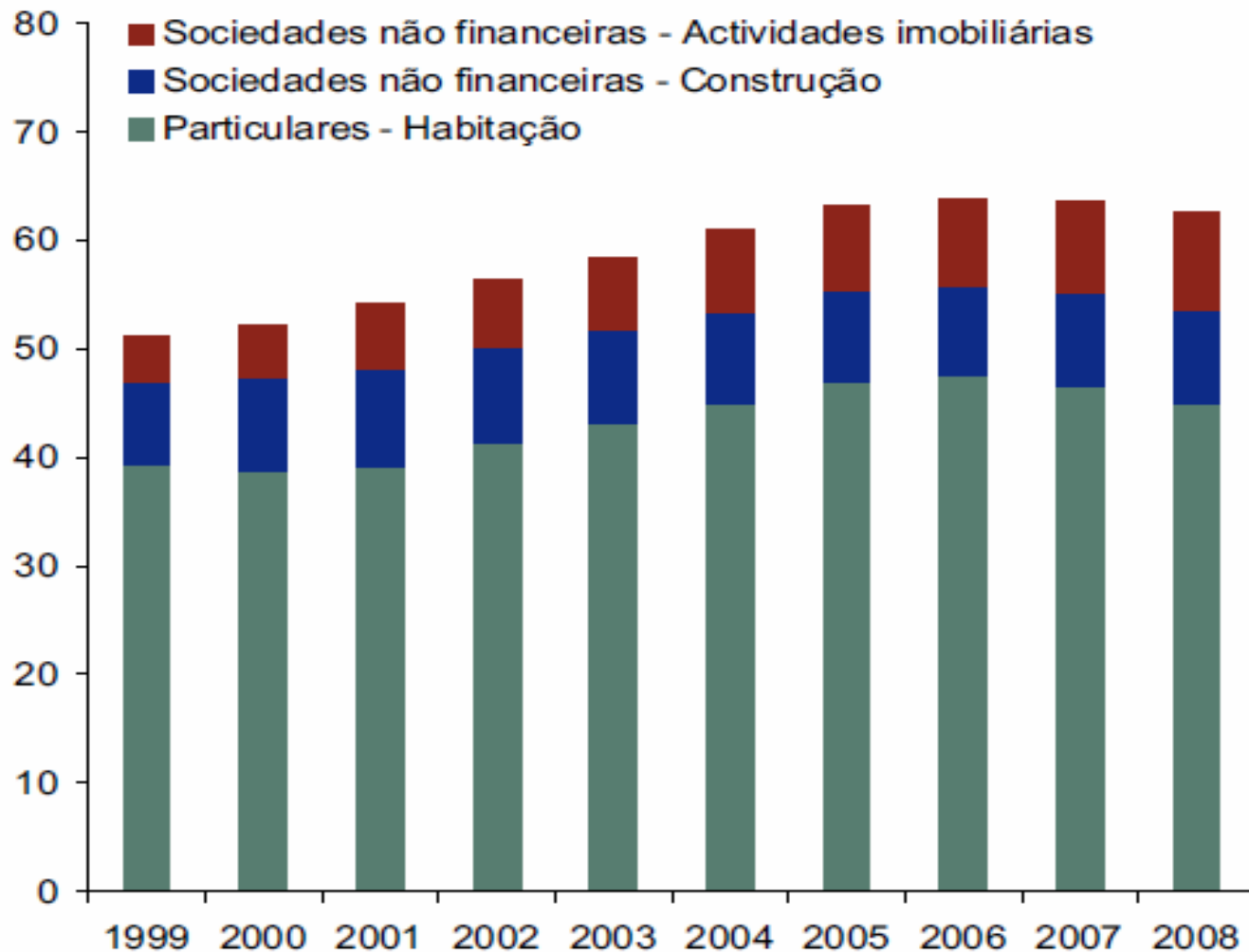


# Taxas de juro de novas operações



# EXPOSIÇÃO DO SECTOR BANCÁRIO AO SECTOR IMOBILIÁRIO

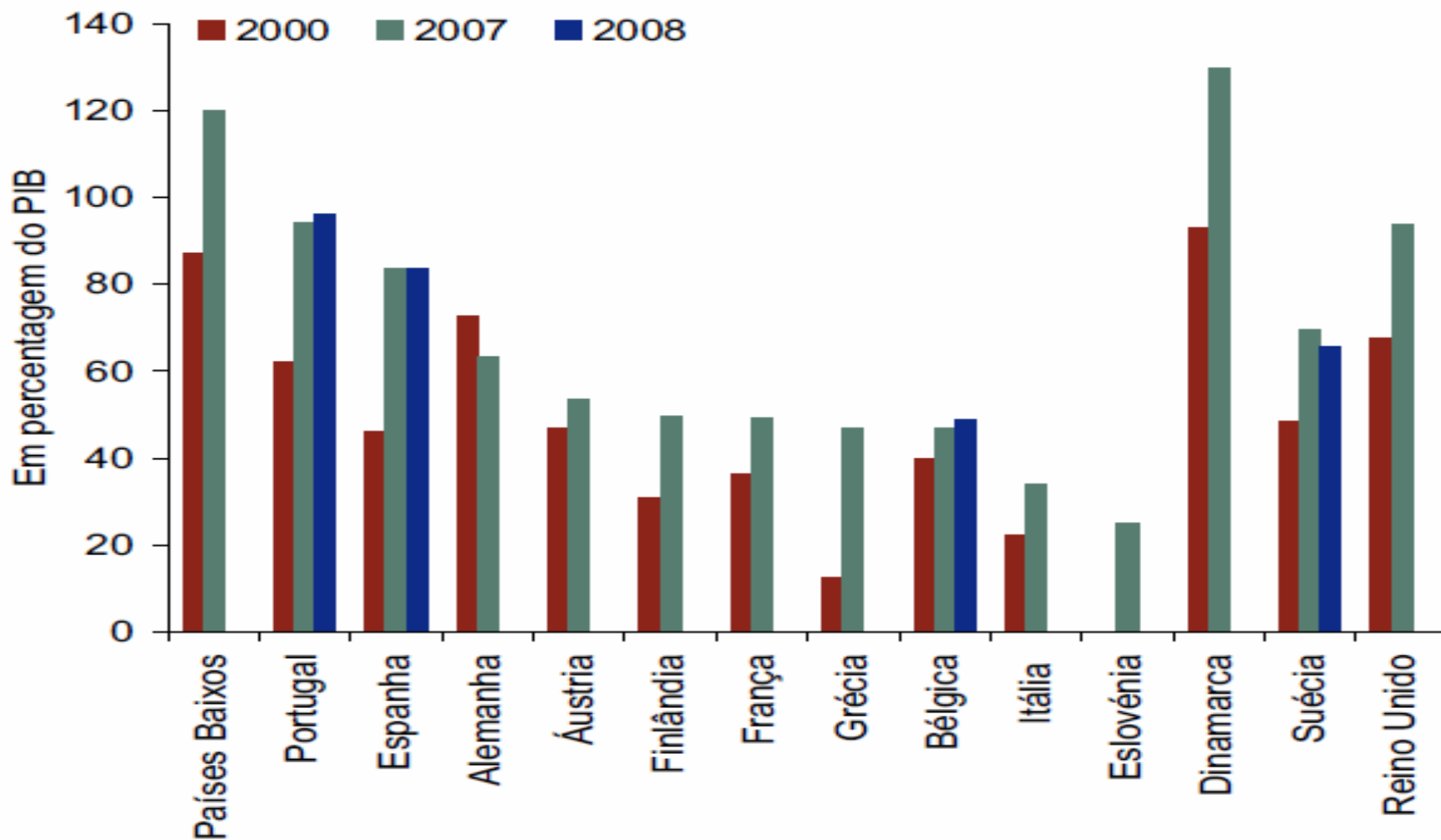
Em percentagem da carteira de empréstimos ao sector privado não financeiro



Factores de Risco:

A forte concentração do crédito no sector imobiliário e da construção

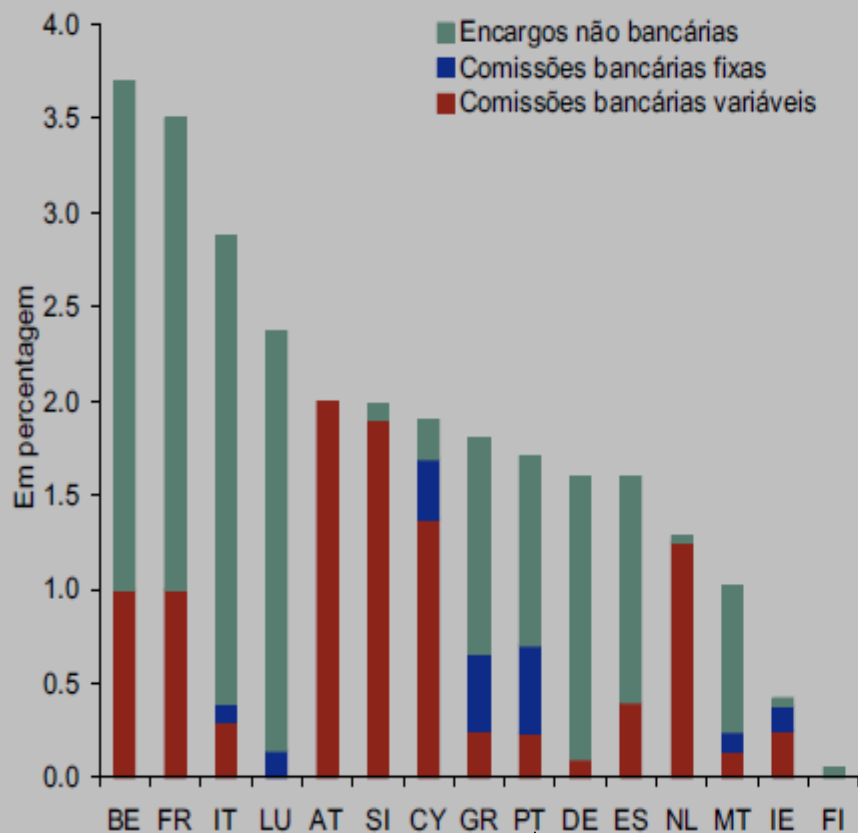
# DÍVIDA FINANCEIRA DOS PARTICULARES



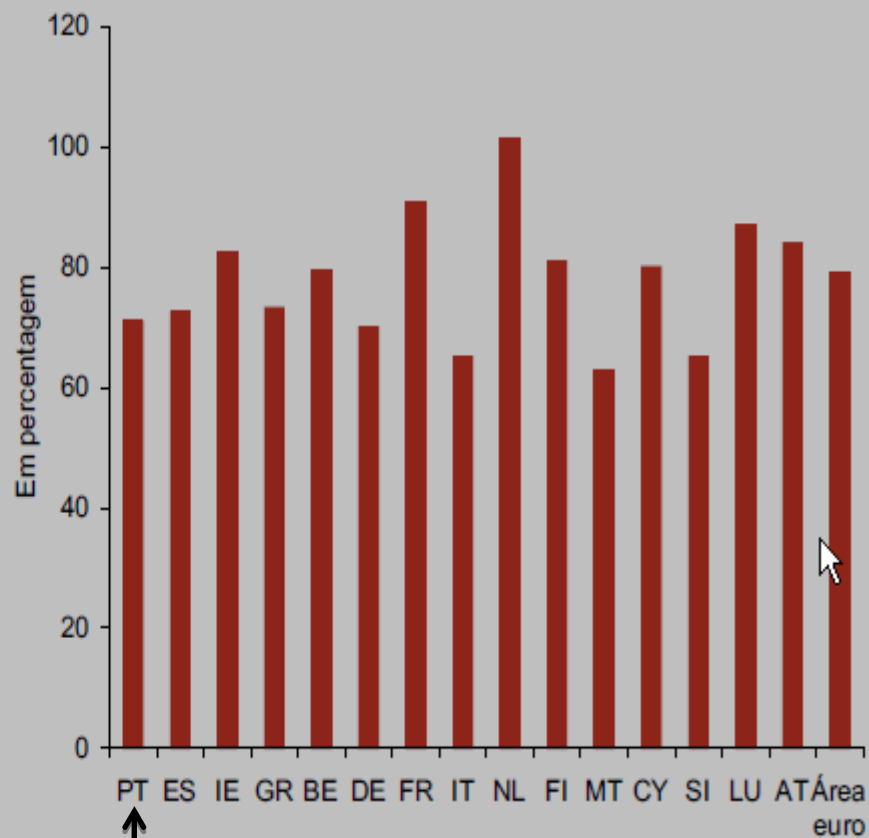
Fontes: Eurostat e Banco de Portugal.

## ENCARGOS RELACIONADOS COM AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO

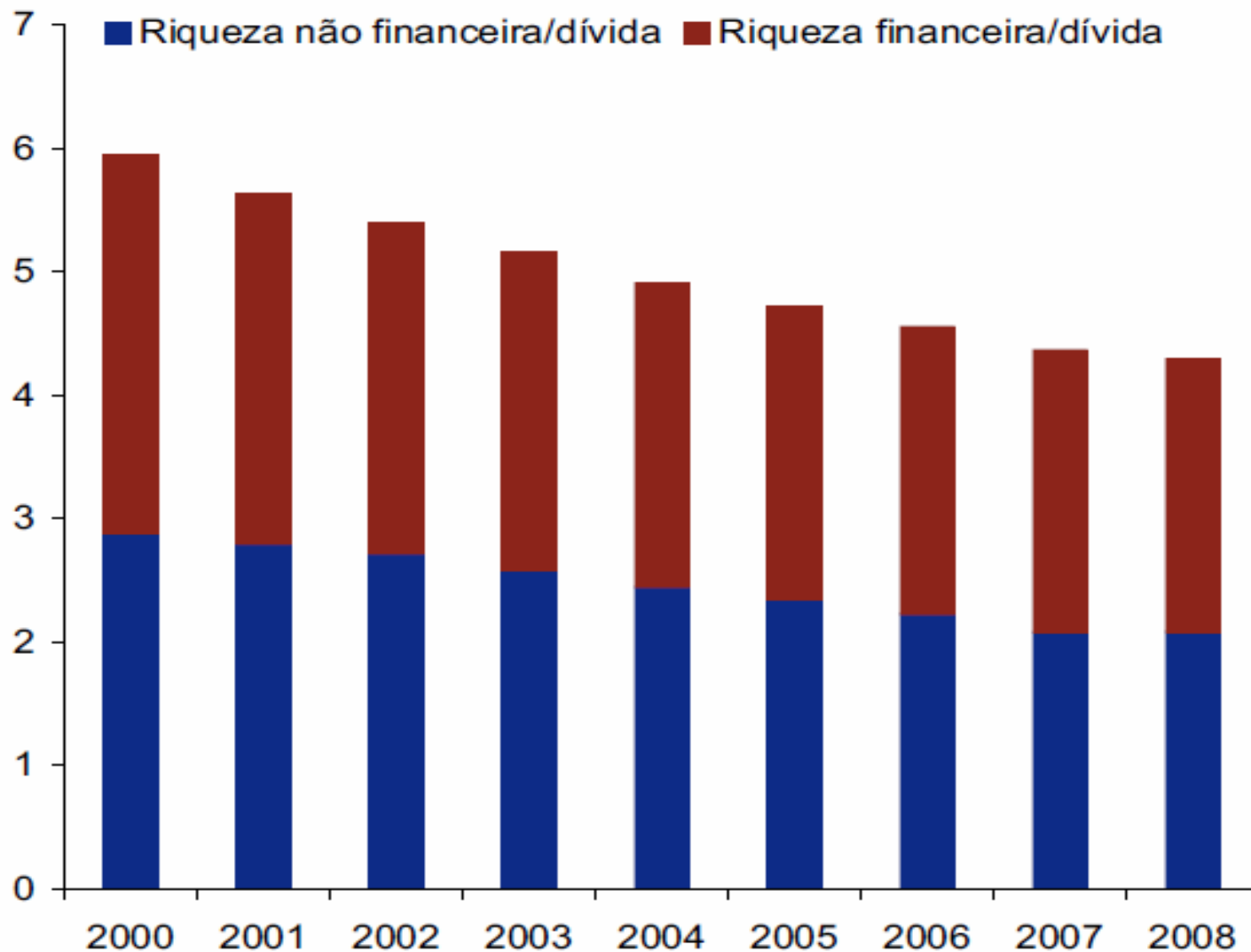
Em percentagem do montante típico de um empréstimo para aquisição de habitação



## RÁCIO *LOAN-TO-VALUE* APLICADO A UM EMPRÉSTIMO TÍPICO PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO CONCEDIDO EM 2007



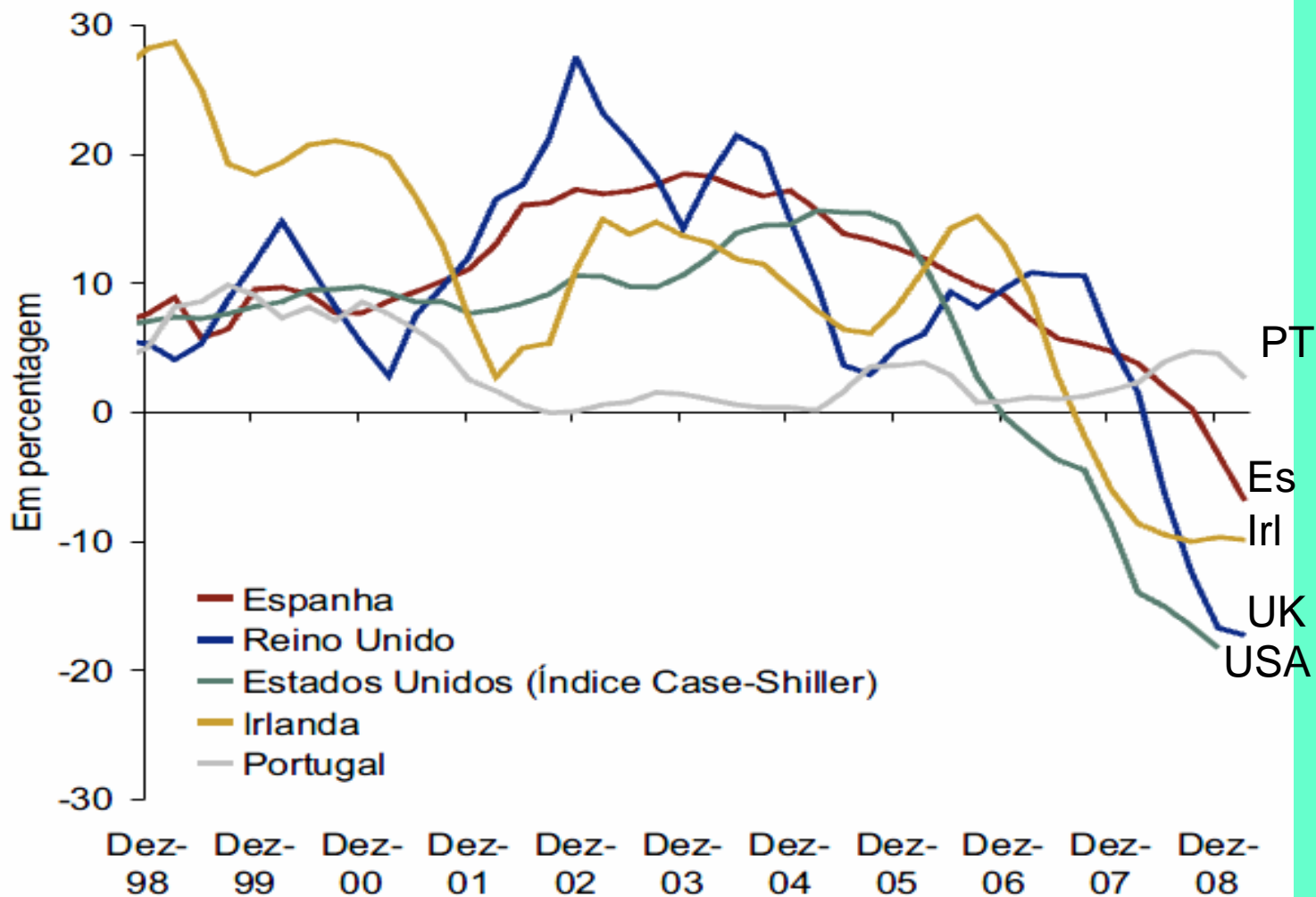
# RÁCIO ENTRE RIQUEZA E DÍVIDA



Embora em diminuição, o rácio total da riqueza das famílias em relação à respectiva dívida continua superior a 4. Aliás, quer a riqueza financeira quer a riqueza não-financeira, são por si só mais de 200% da dívida total. A situação é, pois, de solvência significativa

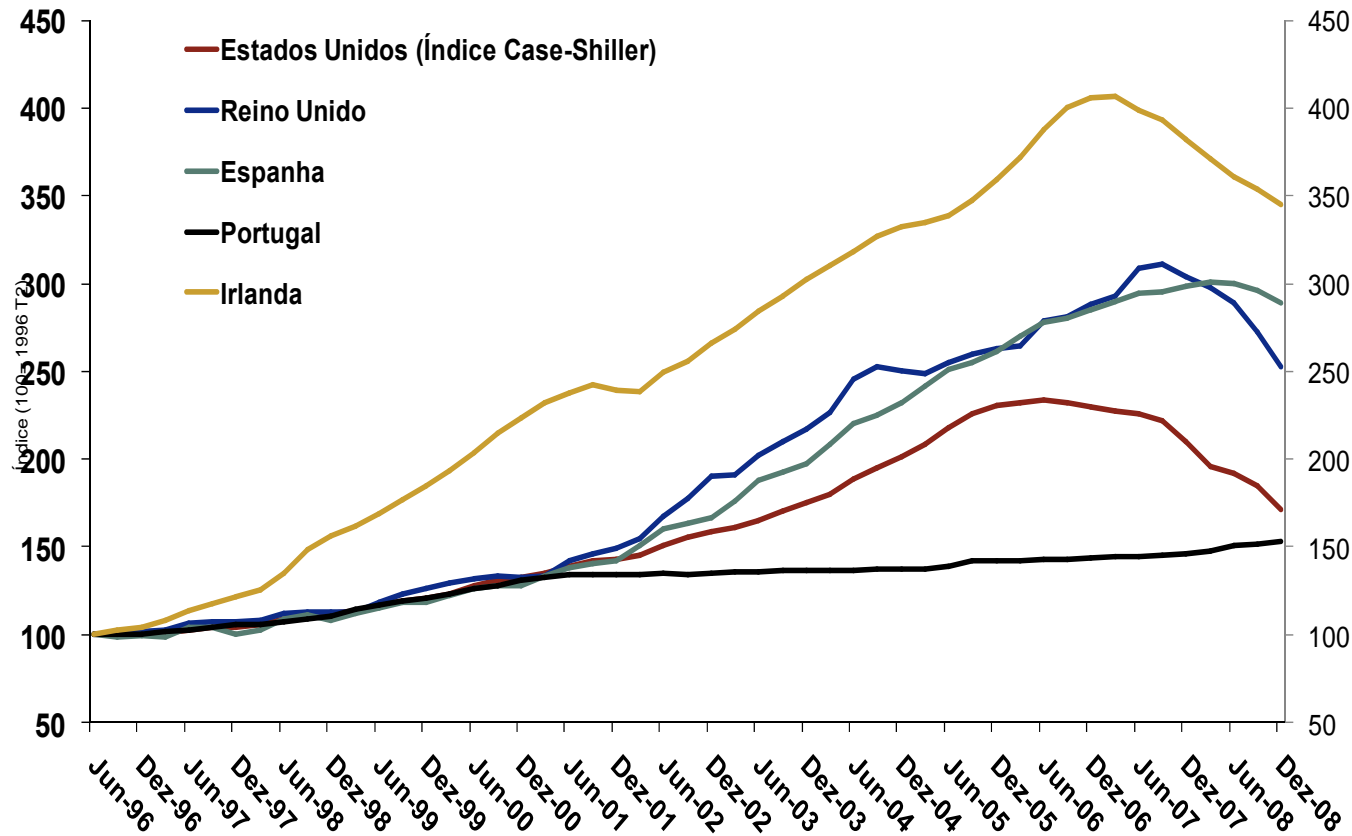
# PREÇOS DE HABITAÇÃO

## Taxa de variação homóloga



**Portugal não teve boom de preços da habitação, nem descida posterior .**

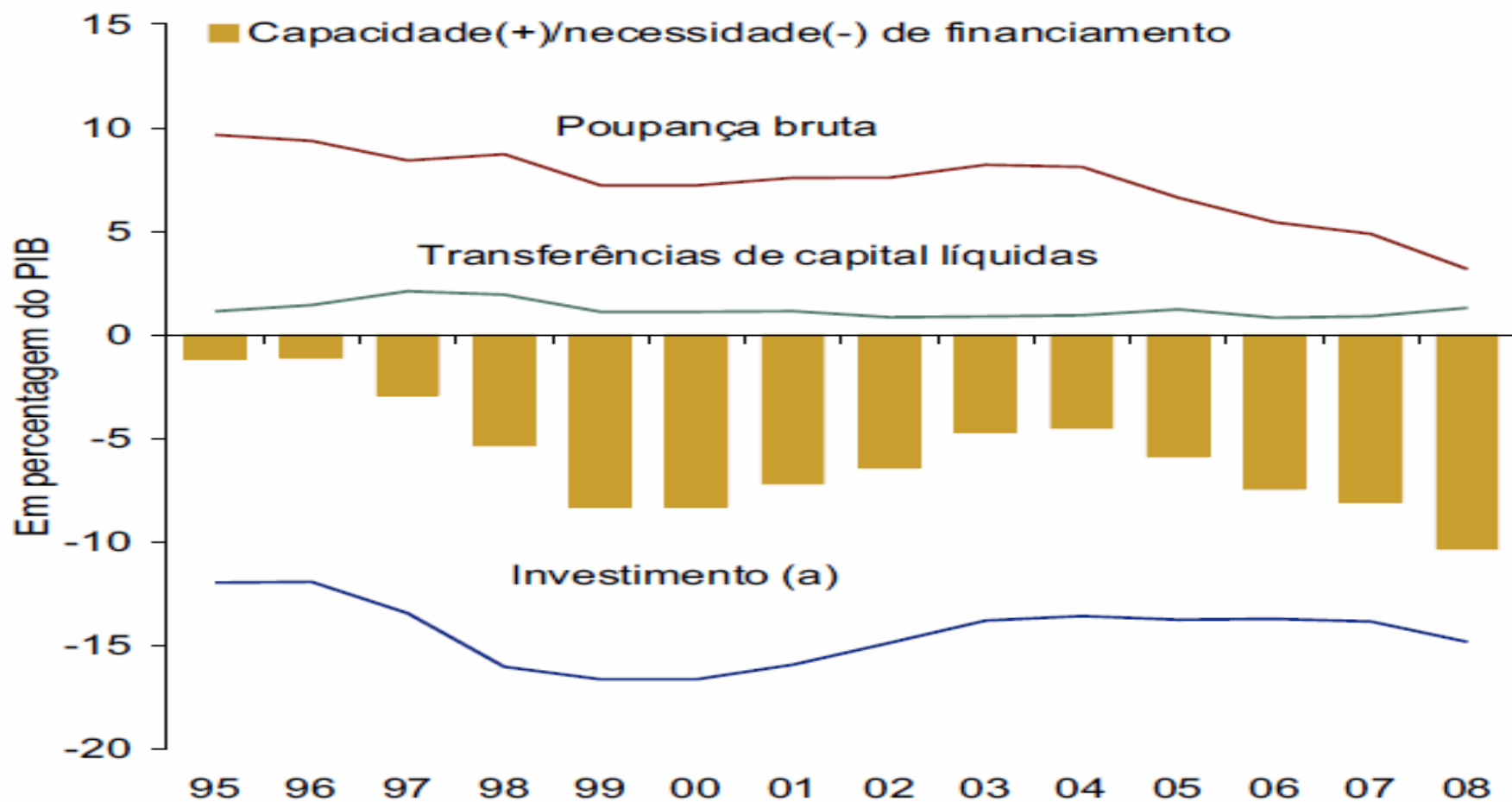
## Índice de preços de habitação



Fontes: Thomson Reuters e Newsletter Confidencial Imobiliário.

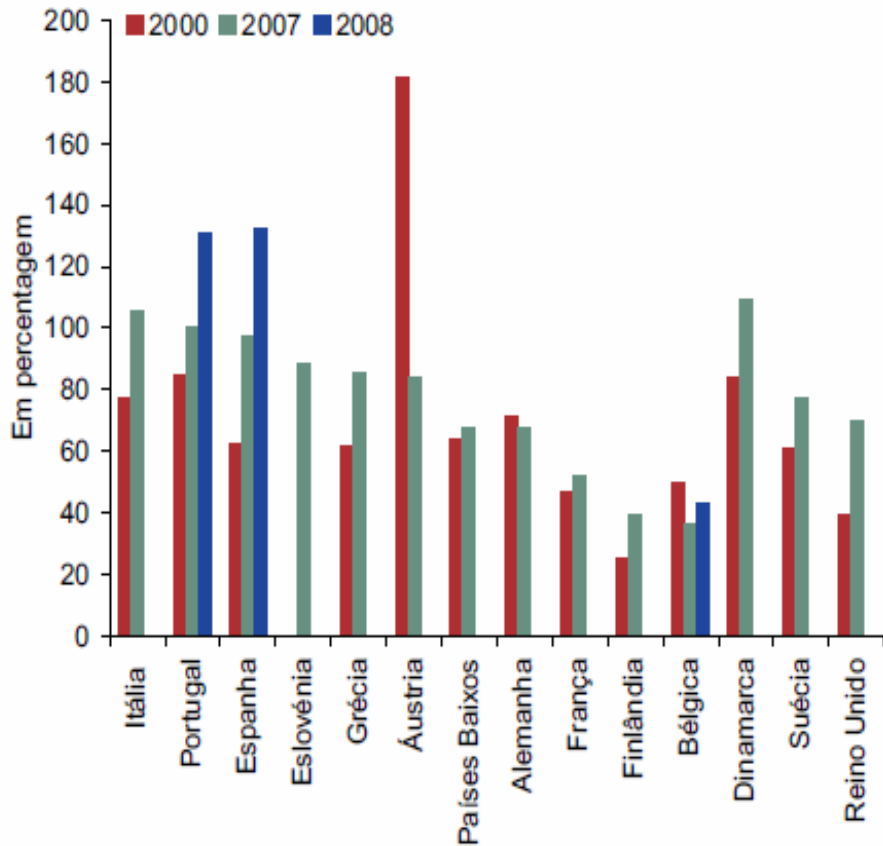
**Desde 96,  
Portugal foi  
dos países  
com menor  
subida dos  
preços da  
habitação**

# NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS

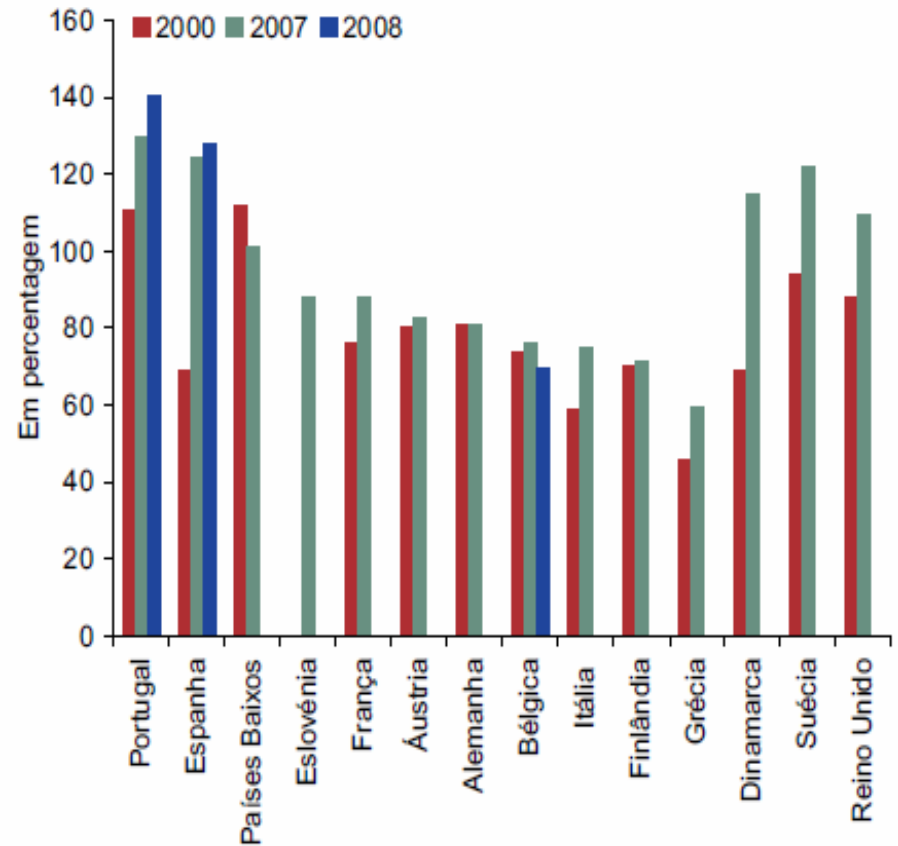


Fontes: INE e Banco de Portugal.

## RÁCIO DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS <sup>(a)</sup>

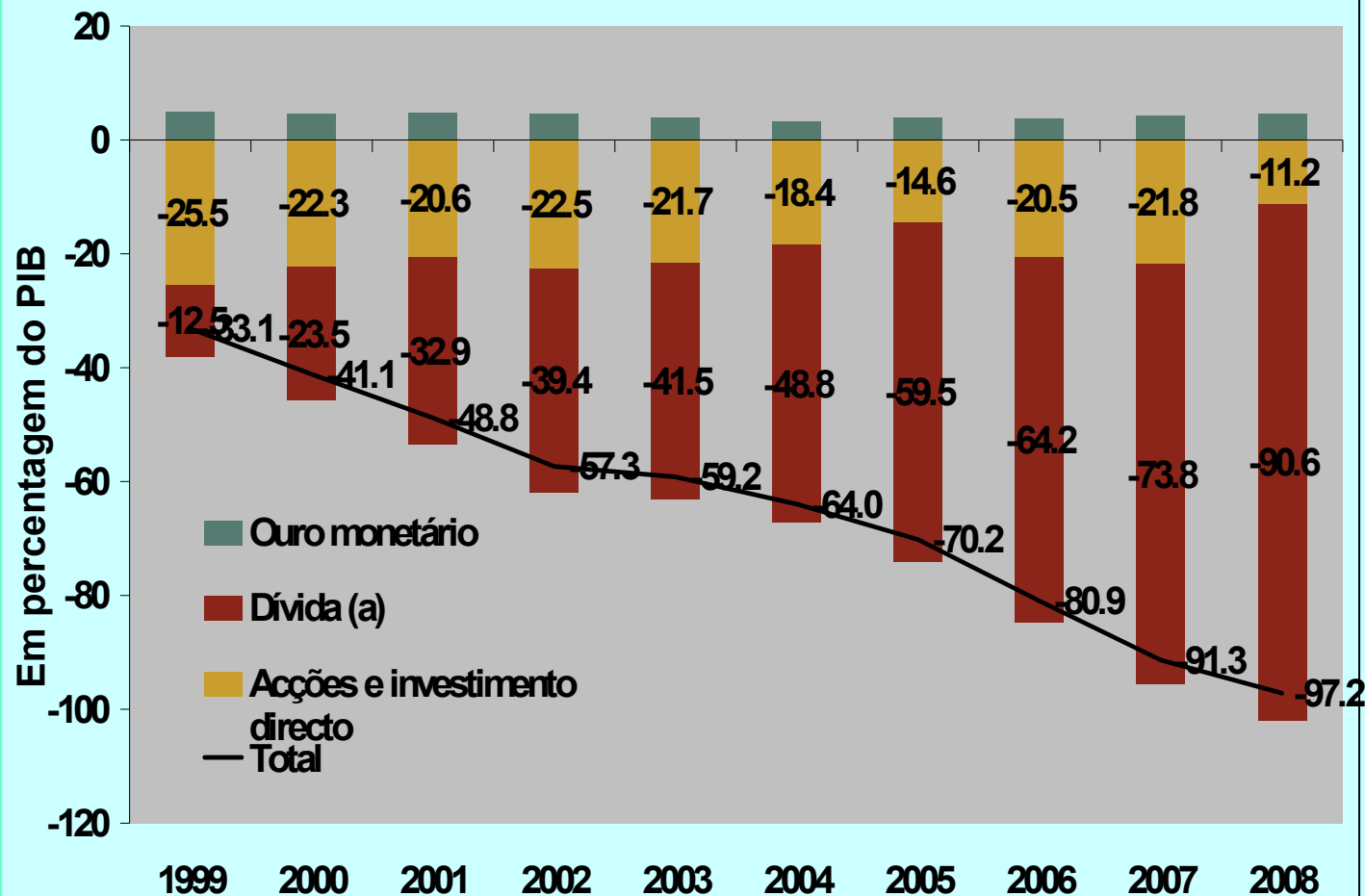


## RÁCIO DA DÍVIDA TOTAL NO PIB <sup>(a)</sup>



**Riscos do elevado endividamento das empresas não-financeiras**

## Posição de Investimento Internacional



### Risco Macro:

Apesar do «endividamento» do conjunto da economia não poder continuar a aumentar sempre ao mesmo ritmo, é de sublinhar que o «endividamento» em termos monetários é «interno» (em euros) e avaliado na perspectiva da solvabilidade microeconómica dos agentes que o contraem.

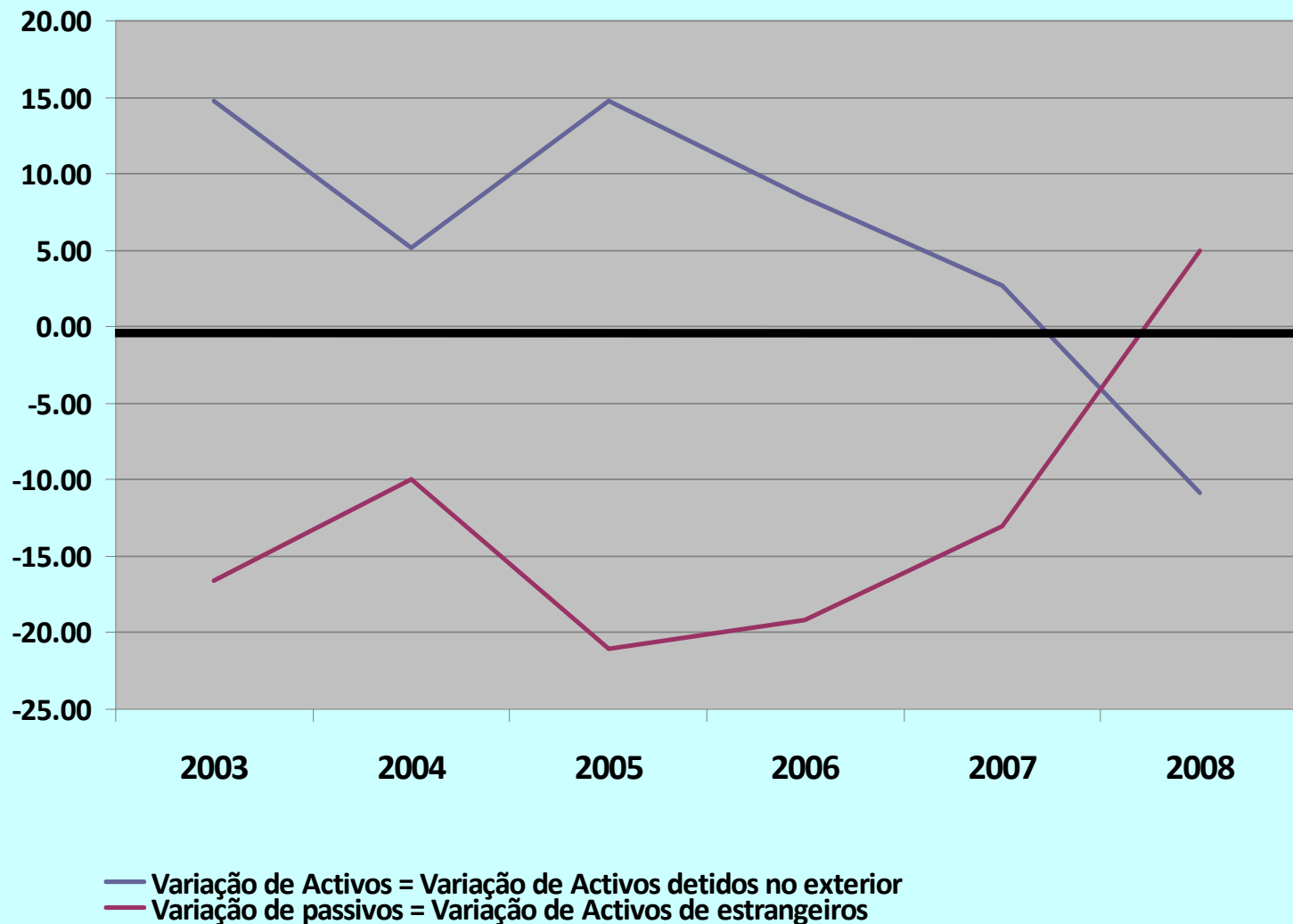
Nota: Nos 90.6% dos instrumentos de dívida estão incluídos 14.3 % de unidades de participação em diversos tipos de fundos mobiliários que nas estatísticas do FMI são tratadas como participações de capital. Nesse caso, a dívida passa a 76.3% e as partes de capital e IDE sobe a 25.5%.

## Posição de Investimento Internacional por sectores (em % do PIB)

	2006	2007	2008
Autoridades monetárias	9.9	10.4	2.9
Administrações Públicas	-43.3	-44.3	-49.3
Outras Instituições Monetárias (IC's)	-50.7	-57.6	-47.6
Instituições Financeiras não Monetárias	19.7	17.0	5.4
Sociedades não Financeiras	-29.5	-30.4	-20.4
Particulares	13.0	13.7	11.8
Total	-80.95	-91.29	-97.2

O que é mais relevante é a manutenção da capacidade creditícia dos vários agentes económicos. A restrição orçamental e a situação de balanço de cada um, juntamente com o filtro da gestão do risco de crédito pelos mercados, conduzirá a prazo a uma contenção da progressão da parte de dívida da PII. Note-se que em 2008, só o Estado aumentou a PII negativa. Os outros agentes ou reduziram a sua posição negativa ou reduziram activos no exterior.

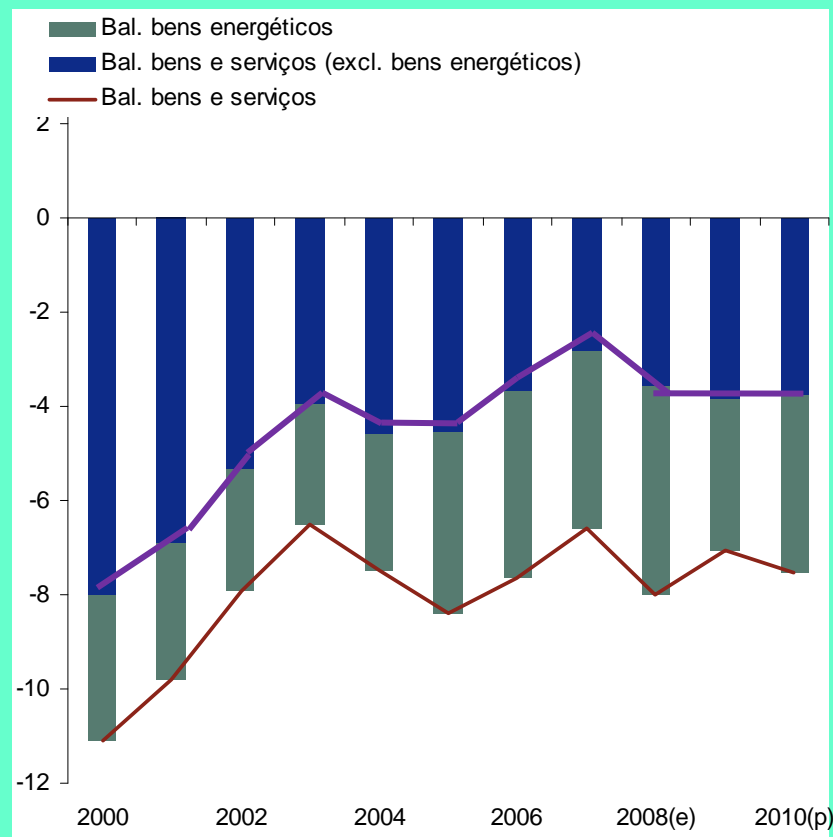
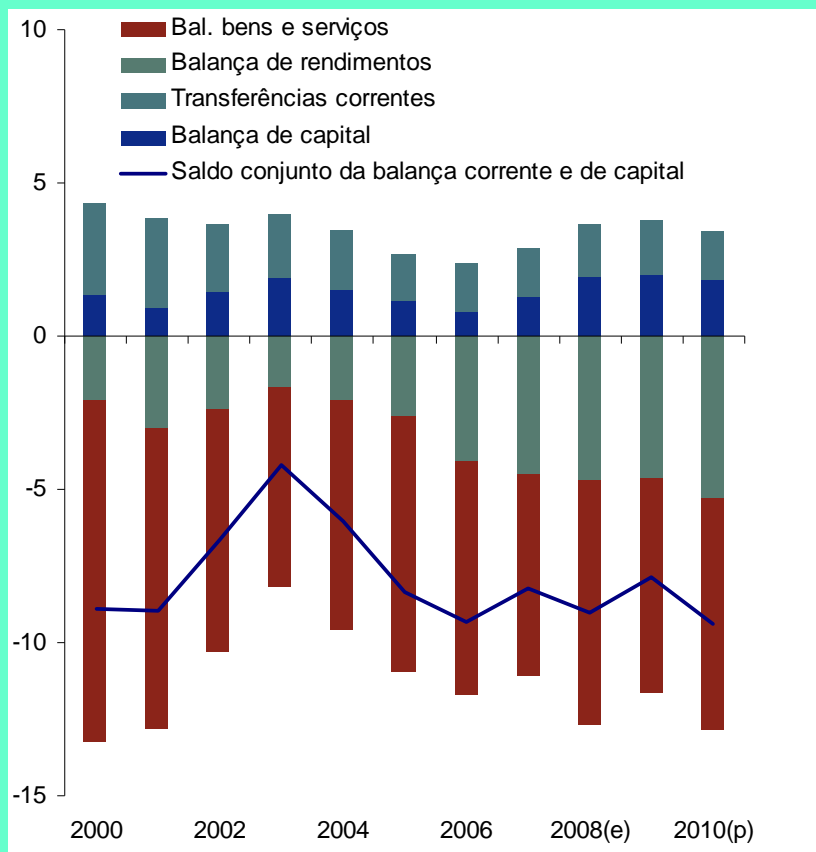
## Varição de Activos e Passivos da Posição de Investimento Internacional (em % do PIB)



A inversão dos fluxos brutos da PII revela que o financiamento do défice exterior em 2008 foi assegurado em boa parte por venda de activos no exterior, tendo mesmo sido reduzida a posição bruta negativa em instrumentos de dívida e de capital.

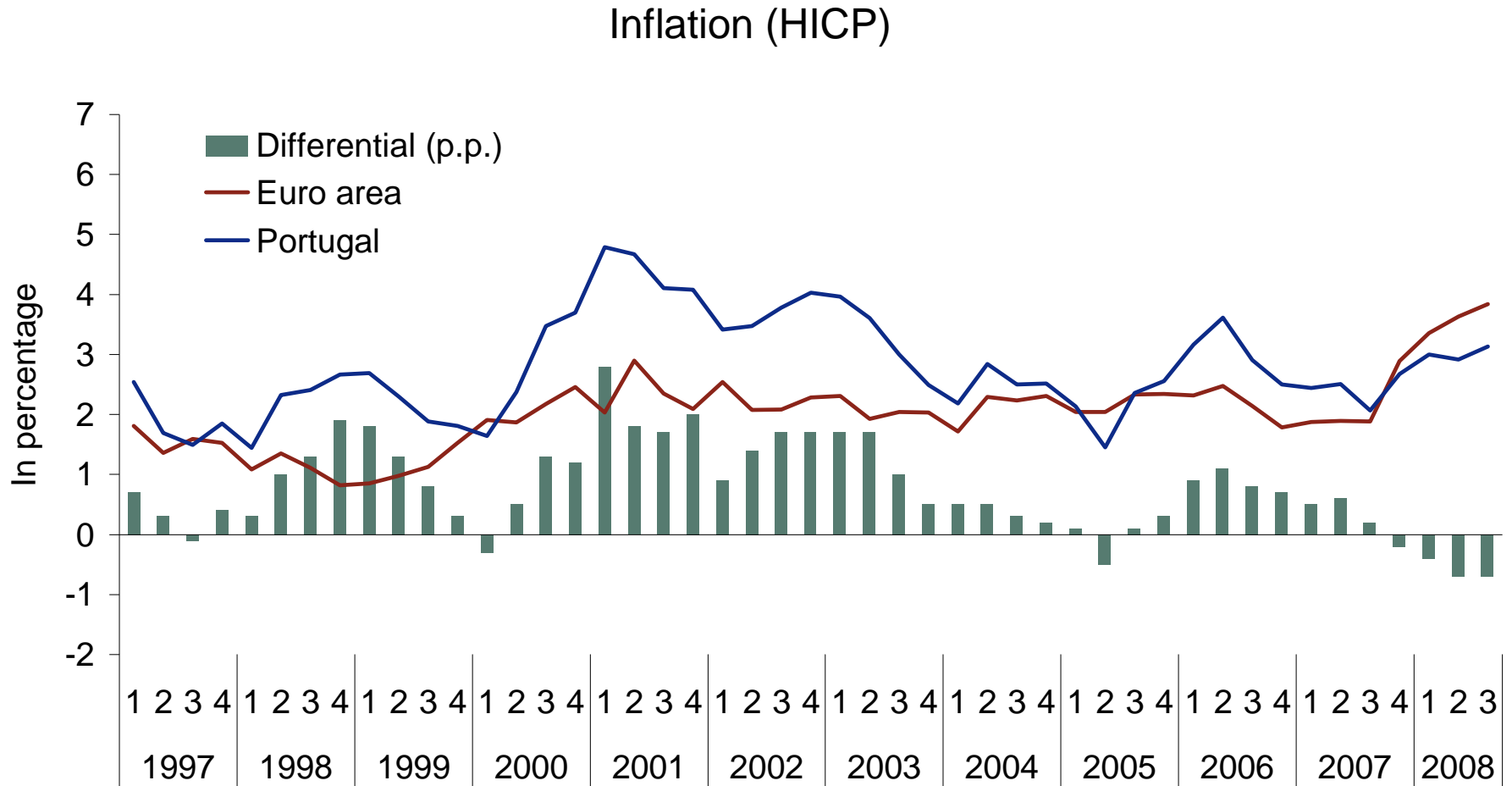
# Balança corrente e de capital

- As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa deverão flutuar em torno de 8% do PIB no período 2009-2010.
- O défice da balança comercial deverá reduzir-se em 2009 e aumentar em 2010, reflectindo essencialmente o impacto da evolução do preço do petróleo sobre os termos de troca.



# COMPETITIVIDADE

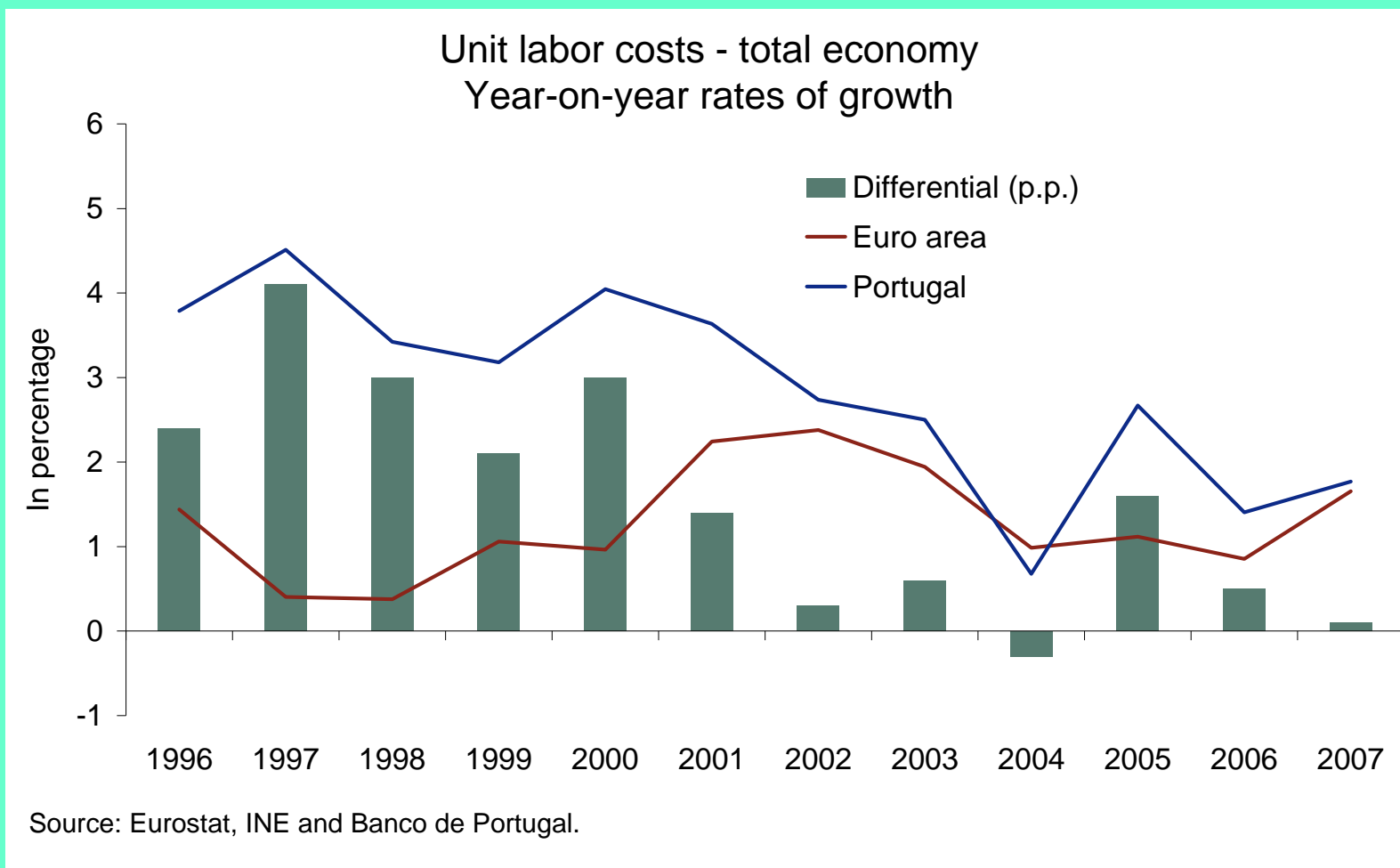
- Convergência da inflação. Desde Setembro de 2007 a inflação é mais baixa em Portugal do que na média da área do euro.



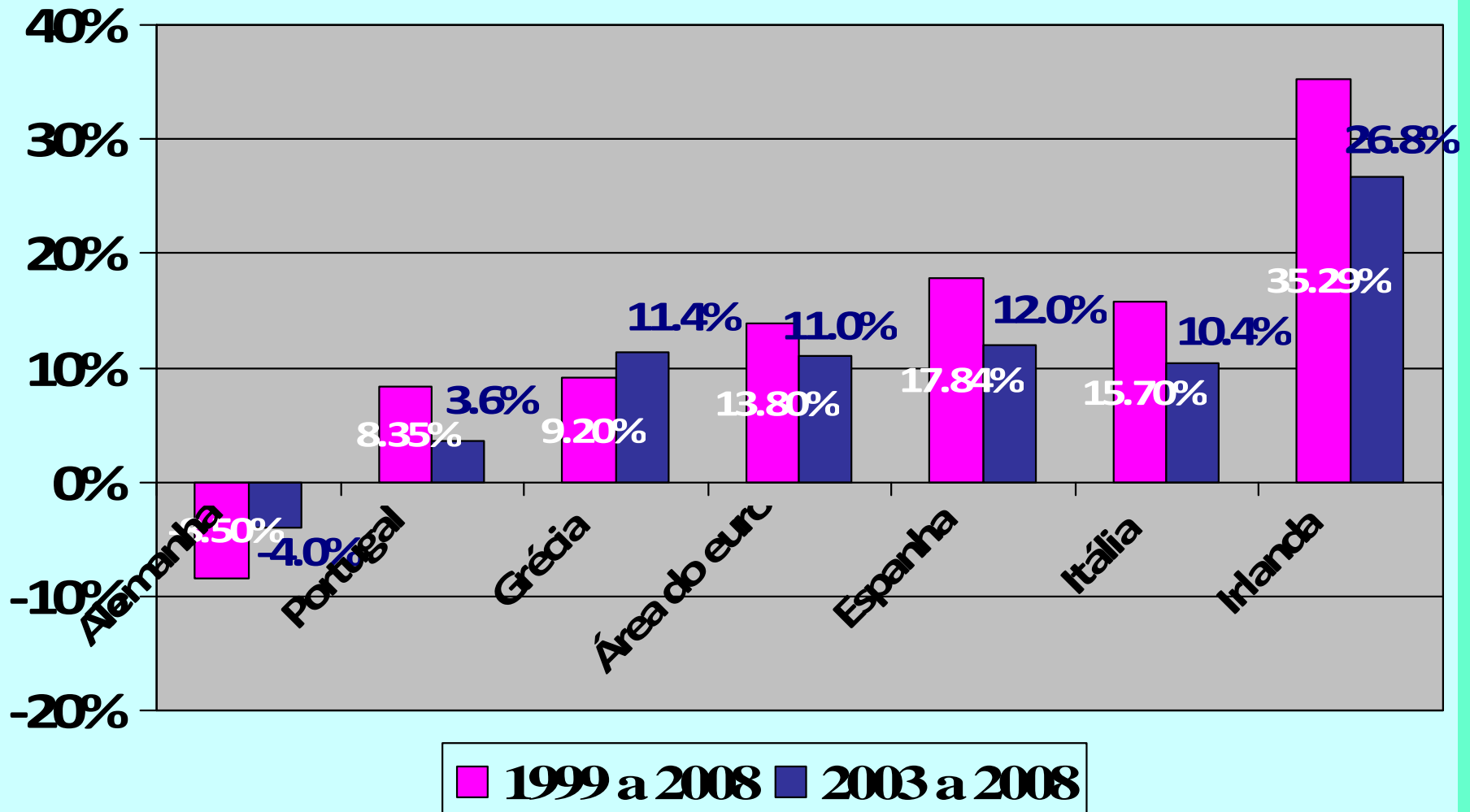
Source: Eurostat.

# COMPETITIVIDADE

- O crescimento dos custos unitários do trabalho aproximou-se mais da evolução na área do euro desde 2002



## Crescimento da taxa de câmbio efectiva real (custos unitários de trabalho relativos)

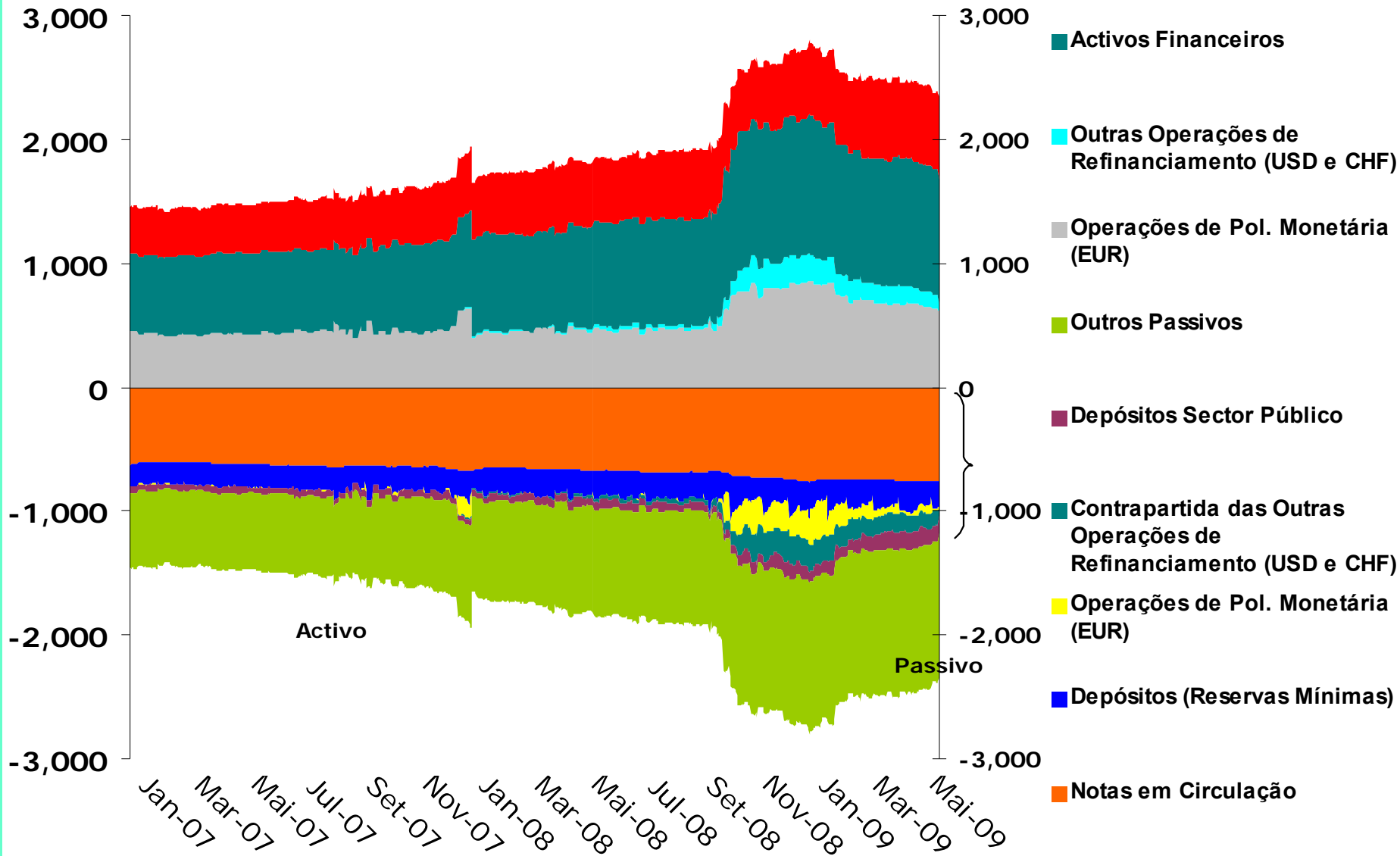


A apreciação acumulada da taxa de câmbio efectiva em termos reais foi inferior à da área do euro de 1999 a 2008, nomeadamente devido à moderação do respectivo aumento a partir de 2002 (3,6% contra 11%).

Fonte: BCE e B. de P.

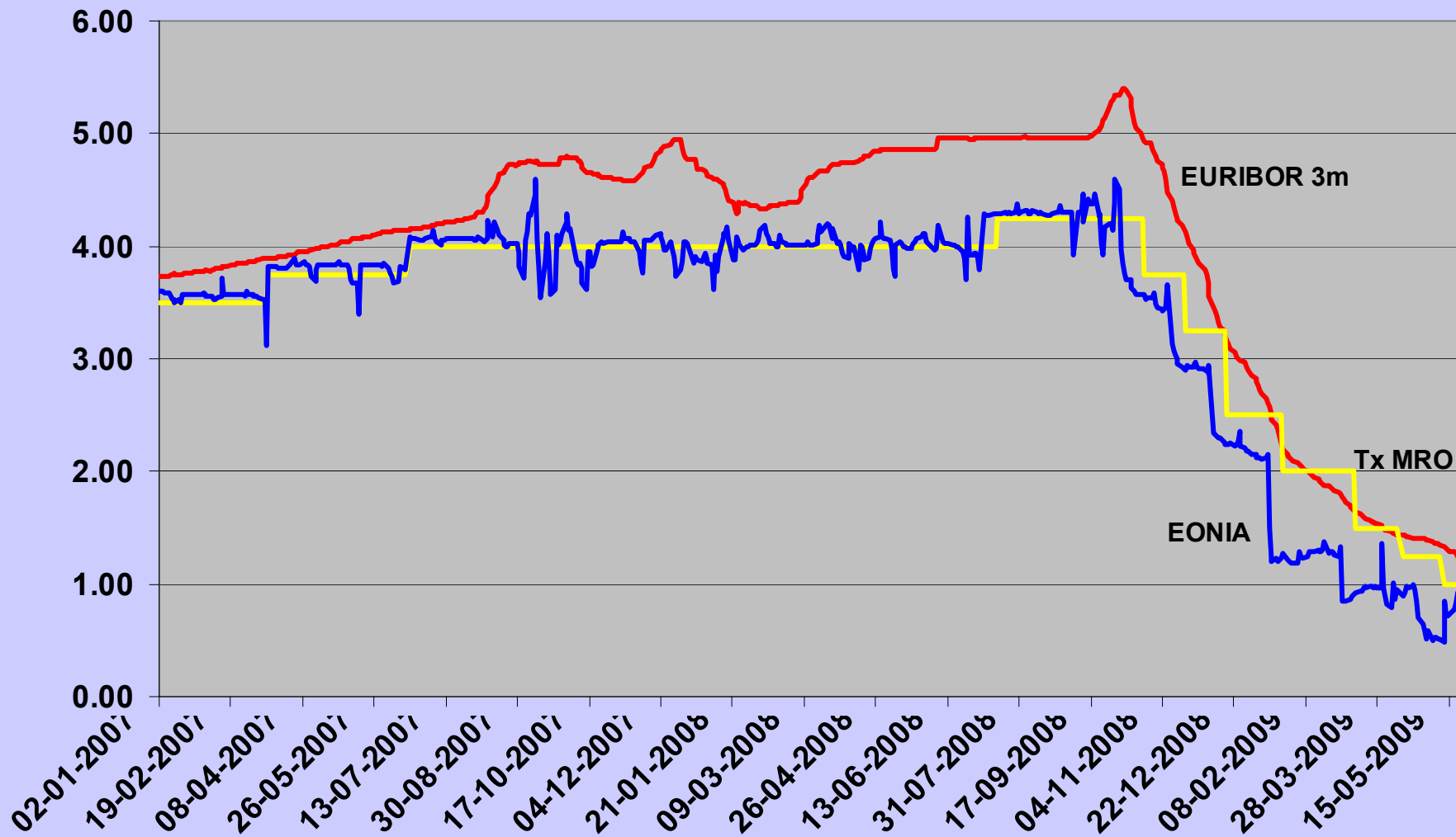
# Balanço do Eurosistema

(Mil milhões de euros)



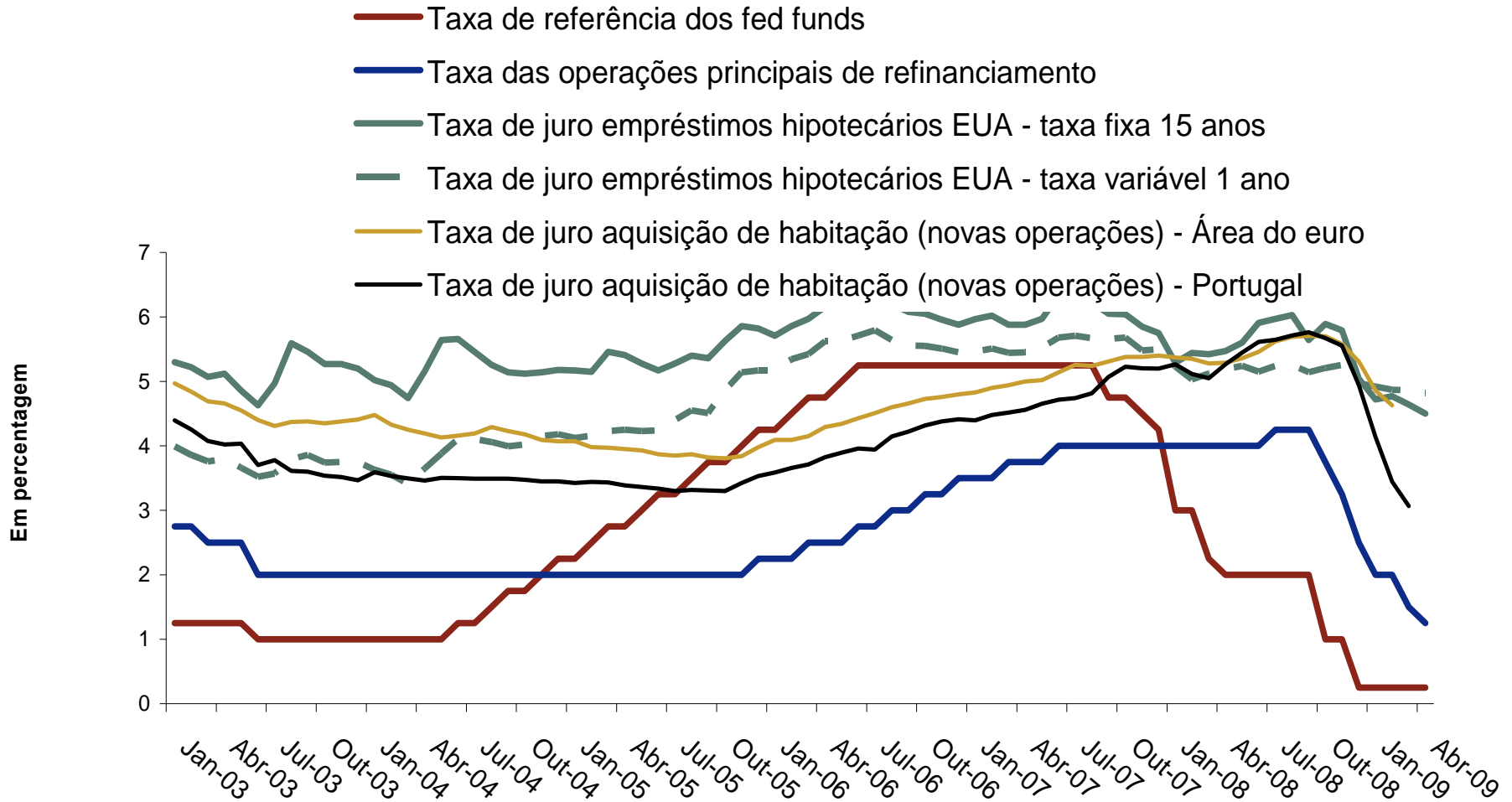
## Medidas de Política Monetária

## Euribor, EONIA e Taxa de política monetária



Medidas de Política Monetária

## Taxas de juro nos EUA e na área do euro

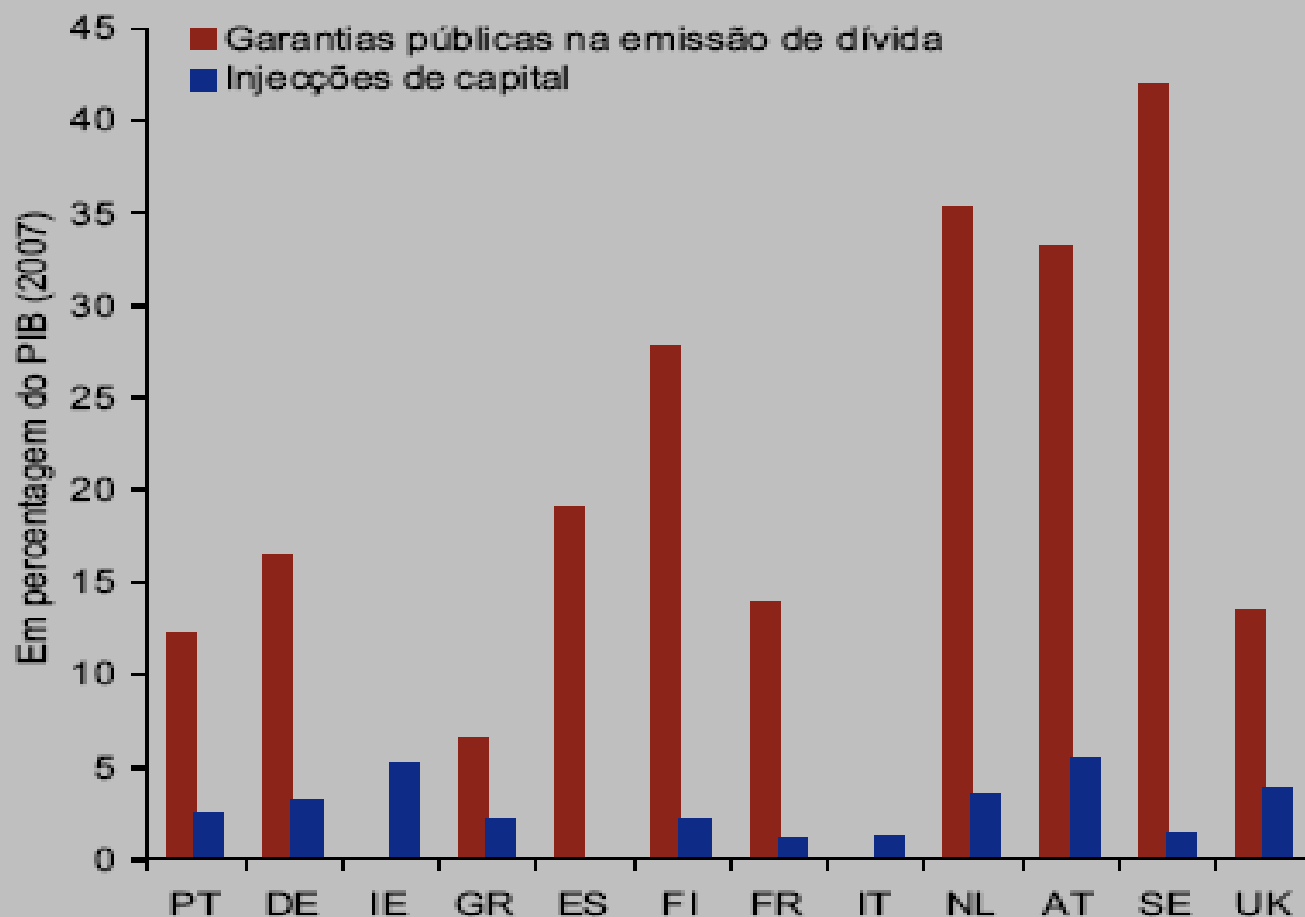


Medidas de Política Monetária

## Programas de intervenção pública para o sector bancário

	Participação no capital	Garantias do Estado	Outros	Total	Em % do PIB
<b>EUA</b>	<b>252</b>	<b>1000</b>	<b>252</b>	<b>1509</b>	<b>15.2%</b>
<b>Reino Unido</b>	<b>52.5</b>	<b>262.5</b>		<b>315</b>	<b>21.4%</b>
<b>Alemanha</b>	<b>80</b>	<b>400</b>	(bad bank)	<b>480</b>	<b>20.0%</b>
<b>Áustria</b>	<b>15</b>	<b>85</b>		<b>100</b>	<b>37.0%</b>
<b>Bélgica</b>	<b>17.4</b>			<b>17.4</b>	<b>5.2%</b>
<b>Espanha</b>		<b>200</b>	<b>50</b>	<b>250</b>	<b>23.8%</b>
<b>Portugal</b>	<b>4</b>	<b>20</b>		<b>24</b>	<b>14.7%</b>
<b>Grécia</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>28</b>	<b>12.3%</b>
<b>Itália</b>	<b>12</b>		<b>40</b>	<b>52</b>	<b>3.4%</b>
<b>Irlanda</b>	<b>10</b>	<b>400</b>		<b>410</b>	<b>215%</b>
<b>França</b>	<b>24</b>	<b>320</b>		<b>344</b>	<b>18.0%</b>

## MEDIDAS ANUNCIADAS POR ALGUNS PAÍSES EUROPEUS



Fontes: BCE, Bloomberg, CEBS, Comissão Europeia, Eurostat, FMI, Ministérios das Finanças nacionais e Thomson Reuters.

Notas: A informação obtida tem por base as fontes referidas, podendo não ser exaustiva. No caso da Irlanda, foram garantidos todos os passivos do sistema bancário.

Portugal não é dos países que mais utilizaram medidas públicas para intervenção no sector bancário.

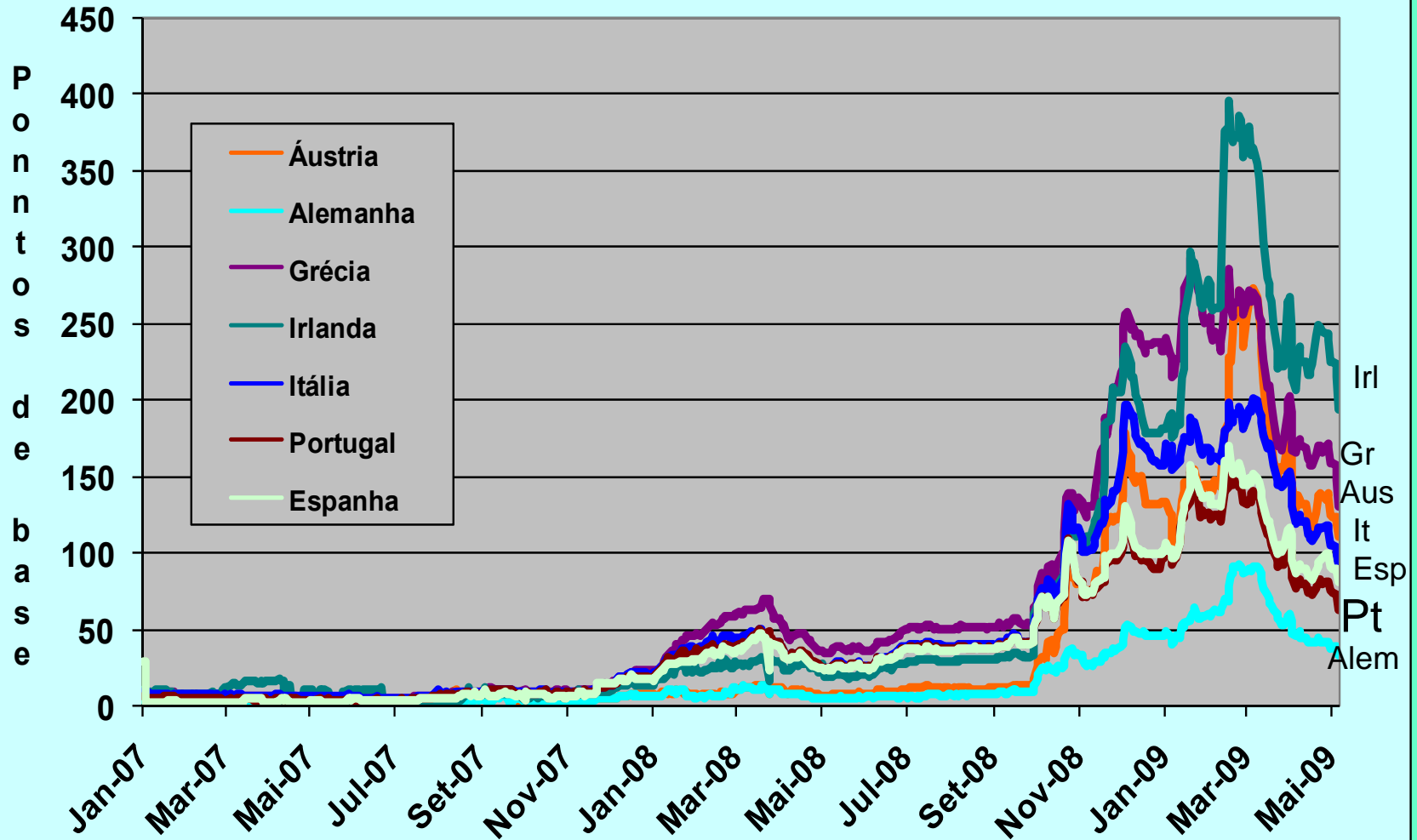
O gráfico não inclui as medidas mais recentes aprovadas pela Alemanha e pela Irlanda, nomeadamente com a compra de activos tóxicos dos bancos (no caso irlandês, cerca de 50 mil milhões de euros que acrescem à dívida pública)

## Dívida Pública e taxas de rentabilidade de OT a 10 anos

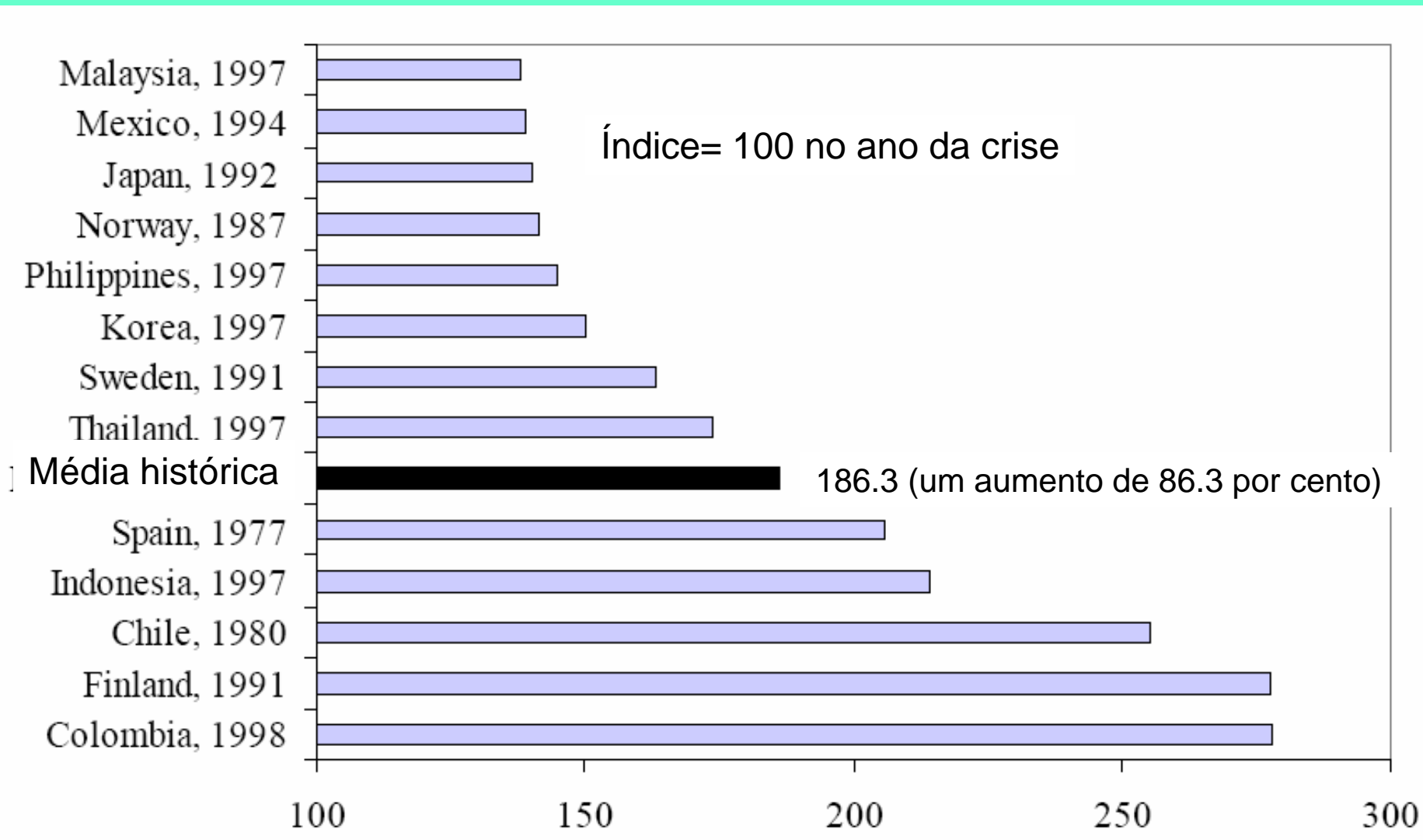
	Rácio da Dívida em Dez- 08	Nível em Dez-07	Diferencial em pontos de base em relação à Alemanha	Nível em 25-5-2009	Diferencial em pontos de base em relação à Alemanha
<b>Alemanha</b>	<b>64.3</b>	<b>4.32</b>	<b>0</b>	<b>3.60</b>	<b>0</b>
<b>França</b>	<b>65.4</b>	<b>4.42</b>	<b>10</b>	<b>3.93</b>	<b>33</b>
<b>Holanda</b>	<b>48.2</b>	<b>4.41</b>	<b>9</b>	<b>3.99</b>	<b>39</b>
<b>Áustria</b>	<b>57.4</b>	<b>4.42</b>	<b>10</b>	<b>4.20</b>	<b>60</b>
<b>Bélgica</b>	<b>86.5</b>	<b>4.47</b>	<b>15</b>	<b>4.16</b>	<b>56</b>
<b>Espanha</b>	<b>37.5</b>	<b>4.4</b>	<b>8</b>	<b>4.29</b>	<b>69</b>
<b>Portugal</b>	<b>66.3</b>	<b>4.52</b>	<b>20</b>	<b>4.33</b>	<b>73</b>
<b>Grécia</b>	<b>93.4</b>	<b>4.63</b>	<b>31</b>	<b>5.36</b>	<b>176</b>
<b>Itália</b>	<b>104.1</b>	<b>4.63</b>	<b>31</b>	<b>4.49</b>	<b>89</b>
<b>Irlanda</b>	<b>31.6</b>	<b>4.5</b>	<b>18</b>	<b>5.38</b>	<b>178</b>



# Prémio de CDS soberanos (5 anos senior)



## Aumento cumulativo da dívida pública em termos reais nos 3 anos subsequentes a uma crise bancária



<b>Variação da despesa pública em % do PIB</b>	<b>Com PENSÕES Δ em % de 2007 a 2060</b>	<b>TOTAL Δ em % de 2007 a 2060 (a)</b>
Grécia	12.4	15.9
Espanha	6.7	9
Irlanda	6.1	8.9
Bélgica	4.8	6.9
Países Baixos	4	9.4
Finlândia	3.3	6.3
<b>Média área do euro</b>	<b>2.8</b>	<b>5.2</b>
Reino Unido	2.7	5.1
<b>Média EU-27</b>	<b>2.4</b>	<b>4.7</b>
Alemanha	2.3	4.8
<b>Portugal</b>	<b>2.1</b>	<b>3.4</b>
França	1	2.7
Áustria	0.9	3.1
Dinamarca	0.1	2.6
Suécia	-0.1	2.6
Itália	-0.4	1.6

**Risco Macro:**

**A reforma significativa da Segurança Social contribuiu para colocar Portugal no grupo de países com condições de sustentabilidade a prazo das Finanças Públicas**

**Fonte: Comissão Europeia : «2009 Report on Ageing» (a) Além das pensões, inclui despesas com saúde, subsídios de desemprego e educação**

- **Risco Macroeconómico.**
- **I- Vantagens relativas:**
  - Participação na área do euro
  - Nível da dívida pública abaixo da área do euro
  - Reforma da segurança social e a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas
  - Sistema bancário sem activos tóxicos
  - Ausência de uma bolha dos preços do imobiliário
  - Fraca exposição ao risco dos países do Centro e Leste da Europa e dos países emergentes em geral.
- **II- Vulnerabilidades:**
  - Pequena economia aberta, periférica e mais volátil
  - Forte endividamento dos agentes económicos
  - Estrutura produtiva com fraca intensidade tecnológica (embora em progressão)
  - Insuficiente qualificação dos factores, incluindo a iniciativa empresarial

# Credit default swap spreads de bancos portugueses (5 anos senior)



# FITCH's Banking Systemic Risk Report (Oct 2008)

	Indicador Macro-prudencial			
Categorias de Risco Bancário	1	2	3	Nº de Países
<b>A</b>				<b>0</b>
<b>B</b>	Austria, Germany, Hong Kong Japan....	<b>UK US Hol Spain Swiss.</b> <u>Portugal</u> , France, Finland, Greece, Sweden, Denmark Norway ...(in a total of 19 countries)	<b>Australia</b> Canada Korea, Ireland, S. Africa	<b>33</b>
<b>C</b>	Israel Malasia ...	Brasil, Latvia Malta Cyprus Slovenia. Poland...		<b>12</b>
<b>D</b>	China Hungary Philippines	<b>Belgium</b> ,Bulgaria India Venezuela Ukraine Latvia Lithuania <b>Luxembourg</b> ...	Russia <b>Turkey</b> <b>Romania</b>	<b>29</b>
<b>E</b>	Argentina Bolivia ...	Bielarus	<b>Iceland</b>	<b>12</b>
<b>Nº de Países</b>	<b>29</b>	<b>40</b>	<b>17</b>	<b>86</b>

Source: FITCH « Bank Systemic Risk Report», October 2008

Nota: A vermelho, os países que baixaram de categoria desde 2007

- **«C. Regulatory Environment: The Bank Of Portugal Exercises Adequate Regulation And Prudential Supervision**
- **Standard & Poor's view of the Portuguese regulatory body has improved over time. As a member of the EU, Portugal has brought its basic regulatory framework broadly into line with those of other member states ...**
- **Also enhanced in recent years is banking supervision, which covers the whole financial system (página 13) ....**
- **Crisis management (página 14)**
- **A framework, which empowers the Bank of Portugal with approval of the treasury ministry to tackle a crisis situation before default occurs, facilitates the resolution of banking crises. ...**
- **During 2008, two small banks--Banco Português de Negócios (BPN) and Banco Privado Portugues (BPP), both not rated--encountered difficulties and the state acted to safeguard retail deposits. BPN, with a domestic market share of 2% and deposits of about €4.5 billion, suffered a liquidity crisis apparently caused by allegedly illegal actions of previous management, and, in the absence of a buyer, was finally nationalized and is now under the management of CGD. BPP, a wealth management bank, suffered a liquidity shortage and was rescued through a liquidity facility provided by a consortium of the major domestic banks backed by government funds.**
- **Unlike in other European countries such as Spain and France, in Portugal no leading player has been under financial stress in recent history.»**
- **Standard & Poor's «Bank Industry Risk Analysis: Banks In Portugal Face Weak Economic Prospects», February 2009**

# Índice

## A CRISE INTERNACIONAL E A REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO SISTEMA BANCÁRIO :

1. Agravamento da crise e recessão mundial
2. Desempenho do sistema bancário nacional
3. Respostas da regulação e da supervisão prudencial
4. Supervisão comportamental

# MEDIDAS ADOPTADAS EM 2007-2008

## PROJECTOS ESTRUTURANTES

- ❑ Desenvolvimento e implementação de uma nova metodologia de supervisão - **Modelo de Avaliação de Riscos (MAR)** - destinada a facilitar a avaliação comparativa do perfil de risco de cada instituição e grupo financeiro e a permitir uma maior eficiência na alocação dos recursos de supervisão às instituições e áreas de maior risco.
- ❑ Reforço das exigências no domínio dos **sistemas de controlo interno** que as instituições devem implementar, incluindo a atribuição explícita de responsabilidades acrescidas aos órgãos de administração quanto à aprovação, implementação e adequação de tais sistemas.

# MEDIDAS ADOPTADAS EM 2007-2008

## PROJECTOS ESTRUTURANTES

- ❑ Atribuição (Janeiro de 2008) ao Banco de Portugal de funções no domínio da **supervisão comportamental**, tendo em vista a protecção eficaz dos interesses dos clientes de serviços bancários (de retalho), fundamento último das regras de conduta que regem a actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras.
- ❑ Desenvolvimento de **mecanismos de gestão de crises**, destinados a conter os efeitos de uma eventual situação de perturbação e a minimizar os seus impactos ao nível da estabilidade financeira e da actividade económica. Criação do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF)

# MEDIDAS ADOPTADAS EM 2007-2008

## INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA ACTUAL CRISE

Medidas de reforço da actividade de supervisão

- ❑ **Reforço dos procedimentos de acompanhamento da liquidez das instituições**, através da realização de reuniões periódicas com as principais instituições e a implementação de um novo reporte, com uma frequência de envio mensal ou, nalguns casos, quinzenal e diária, com informação mais detalhada sobre a situação de liquidez e explicitando as fontes e necessidades de financiamento previstas para os próximos 12 meses.
  
- ❑ **Acompanhamento dos níveis de solvabilidade das instituições**, através da emissão de uma recomendação no sentido de as instituições, em função do respectivo perfil de risco ou da qualidade do capital regulamentar, reforçarem os seus rácios Tier 1, para um valor não inferior a 8%, até 30 de Setembro de 2009, e **passagem de trimestral para mensal da periodicidade do reporte sobre o rácio de solvabilidade**.
  
- ❑ **Reforço da transparência para o mercado**, determinando a adopção das recomendações do FSB (anterior FSF) e do CEBS no que se refere à divulgação da informação sobre os impactos da crise e a valorização de activos.

# INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA ACTUAL CRISE

- O Banco de Portugal adoptou as seguintes medidas, de natureza anti-cíclica:
  - 1) **Neutralização dos ganhos e perdas não realizados (com excepção das perdas por imparidade) em instrumentos de dívida classificados em activos disponíveis para venda, para efeitos do cálculo de fundos próprios.** Esta medida foi concretizada através da publicação do Aviso n.º 6/2008, de 17 de Outubro.
  - 2) **Dilatação por mais três anos do prazo previsto para diferimento do reconhecimento em fundos próprios dos impactos de transição associados a benefícios pós-emprego.** Esta medida foi concretizada através da publicação do Aviso n.º 7/2008, de 17 de Outubro.
  - 3) **Eliminação do filtro prudencial associado aos impostos diferidos activos, permitindo a sua inclusão integral no cálculo dos fundos próprios.** Esta medida foi concretizada através da publicação do Aviso n.º 9/2008, de 3 de Novembro, que veio alterar o Aviso n.º 12/92.
  - 4) **Diferimento do reconhecimento prudencial das perdas actuariais relativas ao exercício de 2008.** Esta medida, concretizada através da publicação do Aviso n.º 11/2008, de 14 de Janeiro de 2009, que veio alterar o Aviso n.º 12/92, veio permitir que a dedução daquelas perdas aos fundos próprios de base possa ser diferida por um prazo de quatro anos, até ao final de 2012.
  - 5) **Revisão do limite aceite para reconhecimento de acções preferenciais com vencimento indeterminado e sem incentivos à remição, de 20 para 35%.**

# **Lições da crise e as novas iniciativas de regulação: uma visão geral**

- Redefinição do perímetro regulado das instituições financeiras passando a incluir o chamado «sistema bancário sombra».**
- Redução do carácter pró-cíclico da regulação contabilística e de capital. Introdução de uma medida de limitação do leverage absoluto.**
- Novas regras, indicadores e orientações sobre gestão da liquidez pelos bancos.**
- Reorganização do mercado de derivados, em particular de CDS's que deveriam ser limitados a uma verdadeira função de cobertura de risco de incumprimento.**
- Proibição (ou aprovação prévia) de estruturas mais complexas de titularização e obrigação dos originadores guardarem nos seus balanços um parte dos títulos de securitização.**
- Monitorização das agências de rating, impondo a resolução de conflitos de interesse e eliminando o seu papel no sistema oficial de regulação do capital.**
- Melhorar as instituições europeias de regulação e supervisão e resolver os problemas de gestão de eventuais crises de instituições transnacionais.**
- Melhorar a regulação sobre a gestão interna do risco nas instituições e a realização regular de stress tests**
- Regras gerais sobre incentivos e remuneração de quadros nas instituições financeiras.**

# ILAÇÕES EXTRAÍDAS DA CRISE

## AO NÍVEL DO ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA ACTIVIDADE DE SUPERVISÃO

Recomendações formuladas pelo relatório de Larosière

- ❑ Criação do **European Systemic Risk Council**, responsável pela supervisão macro-prudencial a nível europeu. Constituído em torno do Sistema Europeu de Bancos Centrais
- ❑ Criação de um “**European System of Financial Supervision**”, sobretudo com competências de regulamentação micro-prudencial e de coordenação dos colégios de supervisores. Passagem dos Comitês de nível 2 (CEBS, CESR e CEIOPS) a Autoridades Europeias nos respectivos domínios

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

APROVADAS PELO PARLAMENTO EUROPEU EM 06-MAI-09 (CRD1)

- Harmonização a nível europeu da possibilidade de inclusão de **instrumentos de capital híbridos** como elemento positivo dos fundos próprios de base das instituições de crédito, embora dentro de determinados limites. Devem verificar as seguintes condições: (i) permanência: perpétuos ou maturidade > 30 anos, só podendo ser reembolsados por iniciativa do emitente e após autorização da autoridade de supervisão; (ii) capacidade de absorção de prejuízos; (iii) cancelamento do pagamento de juros (não podem ser cumulativos); e (iv) subordinação.
- Revisão dos limites e isenções para os **grandes riscos**: definição de um único limite de 25% dos fundos próprios para os grandes riscos; sujeição das exposições interbancárias a um limite de 25% dos fundos próprios ou a um limiar alternativo de 150 milhões de euros; redução das possibilidades de isenção aos limites.

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

APROVADAS PELO PARLAMENTO EUROPEU EM 06-MAI-09 (CRD1)

- ❑ **Intercâmbio de informação e cooperação:** reforçados os direitos de informação das autoridades de supervisão dos países de acolhimento sobre sucursais relevantes e reforçado o quadro legal que rege a transmissão de informação aos ministros das finanças e bancos centrais.
- ❑ Reforçado o papel dos **colégios de supervisores** para facilitar as tarefas de supervisão de grupos bancários transfronteiriços, da autoridade de supervisão consolidante e dos supervisores dos países de acolhimento (filiais e sucursais significativas). Os aspectos centrais da supervisão passam a estar sujeitos a uma decisão conjunta.
- ❑ **Titularização:** Imposta a retenção, pelas entidades cedentes e os patrocinadores, de uma parte substancial do risco (não inferior a 5%), de modo a reduzir os conflitos de interesses do modelo “originar para distribuir”.

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

APROVADAS PELO PARLAMENTO EUROPEU EM 06-MAI-09 (CRD1)

- ❑ **Risco de liquidez:** Definidos princípios mínimos de **gestão de liquidez** que as instituições devem respeitar.
- ❑ **Convergência:** imposta a aplicação de um **reporte uniforme de informação prudencial** (abrangendo, não só a estrutura e conteúdo da informação, mas também os respectivos prazos e períodos de reporte) pelas autoridades de supervisão até 31 de Dezembro de 2012.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

Esperadas antes do final do ano: pontos em apreciação.(CRD2)

- ❑ Reforço dos requisitos de fundos próprios exigidos para a **carteira de negociação**, bem como das exigências de divulgação de informação sobre esta carteira, em linha com as propostas do Comité de Basileia.
- ❑ Reforço dos requisitos de fundos próprios para posições de **titularização**, bem como as exigências sobre as práticas de gestão de risco e de divulgação de informação sobre este tipo de posições.
- ❑ Definição de princípios mínimos sobre políticas adequadas de **compensação remuneratória** e possibilidade das autoridades de supervisão imporem requisitos de capital adicionais em caso de incumprimento dos princípios.

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À CRD

Esperadas antes do final do ano: pontos em apreciação.(CRD2)

- ❑ **Definição de medidas complementares (supplementary measures) aos requisitos de fundos próprios previstos na CRD, baseadas em métricas simples, visando evitar a existência de níveis excessivos de **alavancagem**.**
- ❑ **Formação de “**buffers**” de **capital** durante conjunturas favoráveis para utilizar em períodos adversos, através da constituição de reservas ou de provisões dinâmicas, de modo a **reduzir a pró-ciclicidade** inerente a Basileia 2.**
- ❑ **Liquidez:** imposição de “**buffers**” de liquidez para sobrevivência em cenários de stress (“**survival period**”).
- ❑ **Remoção das discricionariedades nacionais cuja necessidade não seja demonstrada, com vista a aumentar a **convergência da regulamentação prudencial a nível europeu**. (single rule-book)**

## OUTRAS MEDIDAS A ADOPTAR EM 2009-2010

- Revisão (já em consulta ao sector) do **reporte de liquidez** instituído pela Instrução n.º 1/2000, com vista a assegurar a existência de informação detalhada e actualizada sobre a situação de liquidez dos bancos e sobre a sua capacidade de financiamento no curto e médio prazos.
- Alteração do **provisionamento do risco-país** (já foi consultado o sector)
- Regulamentação das obrigações das instituições supervisionadas pelo Banco de Portugal em matéria de **prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo**, actualizando as disposições do Aviso n.º 11/2005 e a Instrução n.º 26/2005, na sequência da publicação da Lei n.º 25/2008.

## OUTRAS MEDIDAS A ADOPTAR EM 2009-2010

- ❑ Alteração da Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2007, sobre testes de esforço, com o objectivo de acomodar as recomendações emitidas pelo Comité de Basileia, sobre a matéria, bem como de adequar a realização de análises ao nível do sistema bancário e de facilitar a segmentação das instituições abrangidas.
- ❑ Transposição da Directiva 2007/64, relativa **aos serviços de pagamento no mercado interno**.
- ❑ Transposição da Directiva 2007/44/CE, relativa à avaliação prudencial das aquisições e dos aumentos de participações em entidades do sector financeiro (“**Directiva das Fusões e Aquisições**”).
- ❑ Alteração de vários Avisos e Instruções sobre matérias de **supervisão comportamental**: crédito à habitação, crédito ao consumo e taxas de juro máximas, contas de depósito, divulgação de preçários etc.. Projectos já sujeitos a consulta pública.

# Índice

## A CRISE INTERNACIONAL E A REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO SISTEMA BANCÁRIO :

1. Agravamento da crise e recessão mundial
2. Desempenho do sistema bancário nacional
3. Respostas da regulação e da supervisão prudencial
4. **Supervisão comportamental**

## ➤ Índice

## ➤ Regulação dos mercados financeiros a retalho

### Principais actividades e iniciativas:

- ✓ Publicidade
- ✓ Preçários
- ✓ Crédito à habitação
- ✓ Produtos de poupança
- ✓ Crédito ao consumo
- ✓ Inquérito à literacia financeira

## ➤ Análise de reclamações

## ➤ Portal do Cliente Bancário

## ➤ Relatórios de Supervisão

## □ FISCALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE PUBLICIDADE

- ✓ Publicação do Aviso n.º 10/2008 e Relatório da Consulta Pública a 22 de Dezembro
- ✓ Analisadas 675 campanhas\* em 2008 (**1.022 em 2009\*\***)
  - TV, rádio, imprensa escrita, Internet, cartazes (*outdoors, mopis*, balcão), *mailings*
  - Informação recebida via – *data vendor*, BPnet, reclamações,...
- ✓ Emitidas 53 determinações específicas\* em 2008 (**66 em 2009\*\***):
  - 5 suspensões\* em 2008 (**3 em 2009\*\***)
  - 48 alterações\* em 2008 (**63 em 2009\*\***)
- ✓ Principais matérias das campanhas alteradas:
  - Crédito ao consumo – 57%\* (73% em 2009\*\*)
  - Contas de depósito – 30%\* (15% em 2009\*\*)
  - Crédito à habitação – 13%\* (5% em 2009\*\*)
- ✓ Analisadas 7 campanhas\* de depósitos indexados e duais (16 em 2009\*\*)

## ❑ PREÇÁRIOS

- O cliente bancário conhece as condições dos produtos e serviços
  - O Banco de Portugal fiscaliza práticas e cumprimento de normas
- 
- ✓ Realizadas 288 inspecções\* (57 *on-site* 231 *off-site*)  
[em 2009\*\*: 76 inspecções (6 *on-site* 70 *off-site*)]
  - ✓ Emitidas 35 recomendações e determinações específicas\*  
[em 2009\*\*: 68 recomendações e determinações]
  - ✓ Objectivos da revisão do Aviso 1/95 (Consulta Pública nº 1/2009):
    - Informação mais transparente e completa
    - Inclusão num único documento de fácil acesso nos balcões e na Internet
    - Em base comparável

## ❑ O NOVO MODELO DE PREÇÁRIO

- ✓ Composto pelo Folheto de Comissões e Folheto de Taxas de Juros
  - Folheto de Comissões:
    - Todas as comissões pelo seu valor máximo
    - Também no Portal do Cliente Bancário
- ✓ Proibição de cobrança de comissões não previstas no Preçário ou de valor superior
- ✓ Obrigação de envio prévio do Folheto de Comissões ao Banco de Portugal sempre que as instituições o pretendam alterar
- ✓ Distinção entre comissões e despesas

## ❑ DEVERES DE INFORMAÇÃO NO CRÉDITO À HABITAÇÃO

✓ **Novo Aviso** (Consulta pública n.º 2/2009)

✓ **Reforço da informação a ser prestada nas 4 etapas:**

- **Simulação** - entrega da Ficha de Informação Normalizada (FIN)
- **Aprovação** - FIN e minuta do contrato
- **Celebração do contrato** - contrato de acordo com a FIN
- **Vigência do contrato** - envio regular de extractos

✓ **89 inspecções\*** (56 on-site/33 off-site) [em 2009\*\* : 25 inspecções (5 on-site/20 off-site)]

✓ **3.347 reclamações\*** (22%) [em 2009\*\* : 1.485 reclamações]

✓ **Emitidas 97 recomendações e determinações específicas\*** [em 2009\*\* : 44]

## ❑ DEVERES DE INFORMAÇÃO NO CRÉDITO À HABITAÇÃO

- ✓ Alterações à Ficha de Informação Normalizada (FIN):
  - Parte I – o crédito: taxa de juro, TAE, reembolso, garantias, seguros, comissões e despesas, promoções,...
  - Parte II – o plano financeiro e cenários de subida de 1% e 2% da taxa de juro
  - Parte III – o plano financeiro do empréstimo-padrão
  
- ✓ A importância do **empréstimo-padrão** – reembolso em prestações constantes para mostrar custos e riscos de outras modalidades, por ex. carência ou diferimento de capital
  
- ✓ Distinção entre **comissões e despesas**

## □ PRODUTOS DE POUPANÇA

- Mais variados, mais complexos e com níveis acrescidos de risco
- Necessidade de rever o enquadramento regulamentar
- ✓ Em 2008 foram realizadas 15 inspecções\* [em 2009\*\*: 7 inspecções]
- ✓ Em 2008 foram emitidas 10 recomendações e determinações específicas\* [em 2009\*\*: 5 recomendações e determinações específicas]
- ✓ Em 2008 foram recebidas 3.347 reclamações\* sobre contas de depósito e produtos de poupança (23%) em 2008 [em 2009\*\*: 1.540 reclamações]

## □ DEVERES DE INFORMAÇÃO NOS DEPÓSITOS SIMPLES

- ✓ **Novo Aviso (Consulta Pública n.º 3/2008)**
- ✓ **Estabelecimento de deveres de informação em três fases:**
  - **Antes da constituição do depósito – entrega de uma Ficha de Informação Normalizada (FIN)**
  - **Na sua constituição – contrato de acordo com a FIN e entrega de cópia do contrato de depósito devidamente assinado**
  - **Durante a vigência do depósito – envio regular de extractos com conteúdo definido e periodicidade mínima**

## □ **DEVERES DE INFORMAÇÃO NOS DEPÓSITOS INDEXADOS E DUAIS**

- ✓ **Novo Aviso (Consulta Pública n.º 4/2009)**
- ✓ **Estabelecimento de deveres de informação em três fases:**
  - **Antes da constituição do depósito – entrega do Prospecto Informativo previamente aprovado pelo Banco de Portugal**
  - **Na sua constituição – contrato de acordo com o Prospecto Informativo e entrega de cópia do contrato de depósito devidamente assinado**
  - **Durante a vigência do depósito – envio regular de extractos com conteúdo definido e periodicidade mínima**

## ❑ CARACTERÍSTICAS DOS DEPÓSITOS

### ✓ Novo Aviso (Consulta Pública n.º 5/2009)

- Com garantia de capital no vencimento e em caso de mobilização antecipada, se permitida
- Restrição da utilização da designação «depósito» à garantia de capital
- Definição de prazos para a disponibilização do reembolso do capital aplicado e para o pagamento dos juros do depósito

### ✓ **Entendimento entre o Banco de Portugal e a CMVM**

Relativo à supervisão de produtos financeiros complexos –  
*divulgado a 12 de Março de 2009*

## □ CRÉDITO AO CONSUMO

- **Aprovado o diploma legal que transpõe a Directiva relativa a contratos de Crédito aos Consumidores**

- ✓ **Principais aspectos decorrentes da transposição da directiva (*harmonização máxima*)**

- **Comissão máxima de reembolso antecipado**

- taxa fixa = 0,25% < ou = 1 ano e 0,5% > 1 ano

- taxa variável = 0%

- **Entrega de Ficha de Informação Normalizada antes do contrato**

- **Obrigação do credor avaliar a solvabilidade do consumidor**

- **Regulação da actividade dos mediadores de crédito**

- ✓ **Aspectos de iniciativa legislativa nacional**

- **Regime de taxas máximas para diferentes tipos de crédito**

## ❑ CRÉDITO AO CONSUMO

- Determinação de taxas máximas no crédito ao consumo pelo Banco de Portugal, a partir das TAEG médias praticadas em cada tipo de crédito

### EM DESENVOLVIMENTO:

- Caracterização dos segmentos do mercado para identificação dos tipos de crédito
- Questionário às instituições sobre características dos produtos comercializados

### EM PREPARAÇÃO:

- Sistema de reporte de dados pelas instituições
- Fiscalização do cálculo das TAEG (regulamentação de parâmetros e inspecção da metodologia aplicada pelas instituições)

- ✓ 23 inspecções\* (22 on-site/1 off-site) [em 2009\*\*: 35 inspecções (7 on-site/28 off-site)]
- ✓ 3.324 reclamações\* (23%) [em 2009\*\*: 1.022 reclamações]
- ✓ Emitidas 14 recomendações e determinações específicas\* [em 2009\*\*: 59]

## □ REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO À LITERACIA FINANCEIRA

### ✓ Em curso...

✓ 2.000 entrevistas

✓ questionário de 70 perguntas

✓ estratificação da amostra:

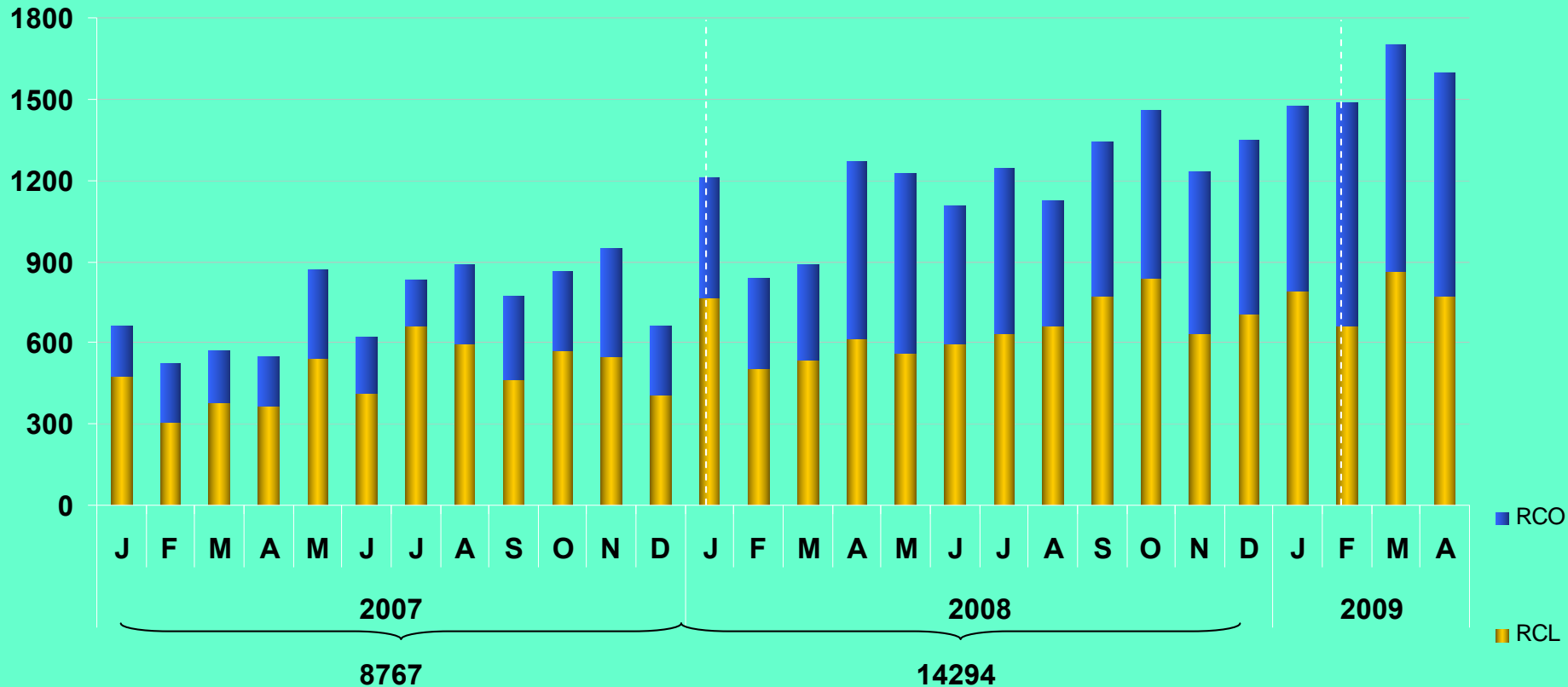
- género
- idade
- grandes regiões
- nível de escolaridade
- situação laboral

### ✓ Etapas subsequentes...

- Análise dos resultados
- Identificação de áreas de actuação regulamentar e de novos conteúdos de educação financeira no Portal do Cliente Bancário

# NÚMERO DE RECLAMAÇÕES

## Livro de Reclamações (RCL) e directamente ao Banco de Portugal (RCO)



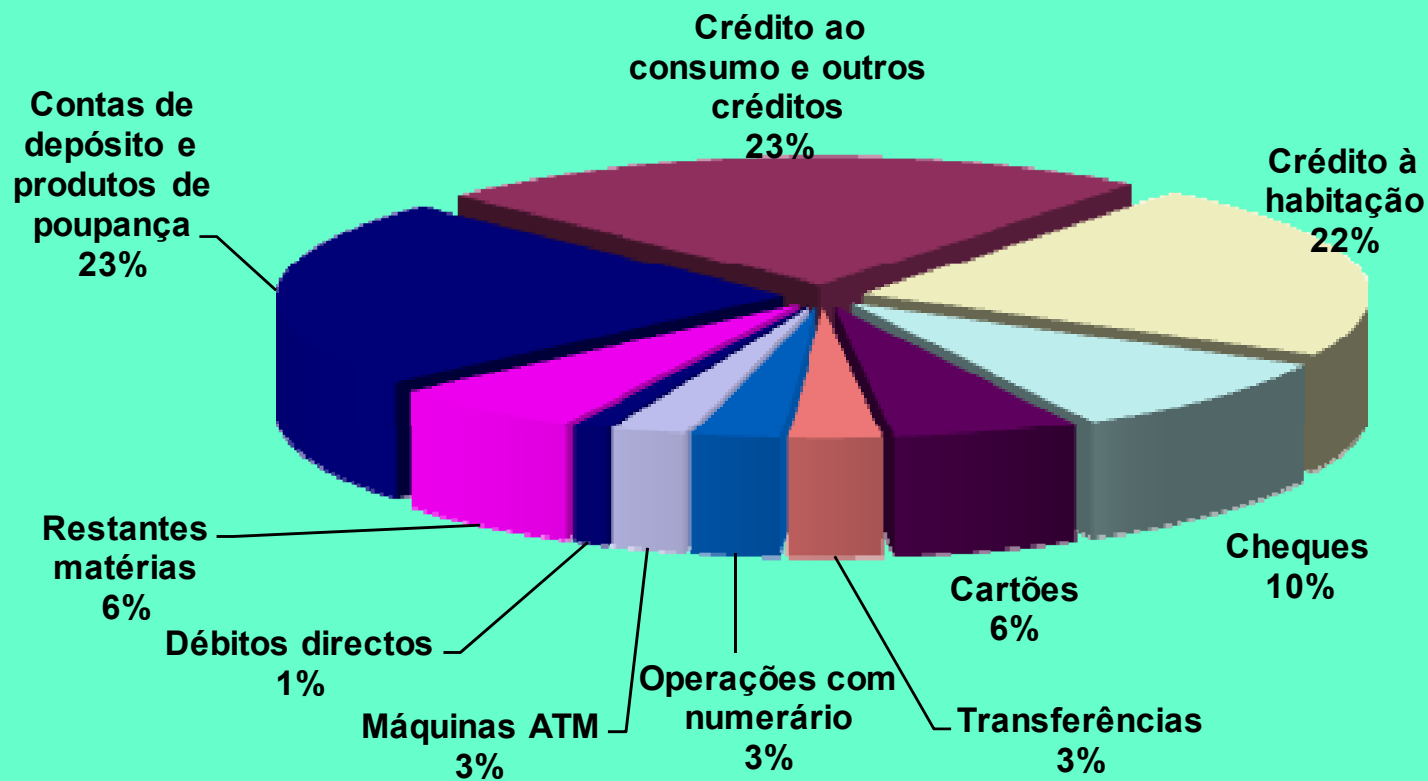
- ✓ Em 2008 – aumento de 63% no número de reclamações e do peso das RCO de 35% para 45% do total

# RECLAMAÇÕES directamente ao Banco de Portugal Através do formulário no Portal do Cliente Bancário (PCB-RCO) e outros meios



✓ Aumento do número de reclamações recebidas pelo PCB

## RECLAMAÇÕES POR MATÉRIA RECLAMADA – 2008



Assuntos de reclamação	Unidade de referência	Nº de reclamações por unidade de referência	
		2007	2008
Contas de depósito e produtos de poupança	100 mil contas de DO	8	14
Crédito à habitação	100 mil contratos	131	183
Crédito ao consumo	100 mil contratos	7	12
Cheques	1 milhão de cheques	7	11
Cartões	1 milhão de cartões	24	40
Operações com numerário	10 milhões de operações	4,5	10,1
Máquinas ATM	1000 máquinas ATM	23,8	19,8
Débitos directos	10 milhões de débitos directos	8,8	16,4

## NÚMERO DE RECLAMAÇÕES POR 1000 CONTAS DE DEPÓSITO À ORDEM

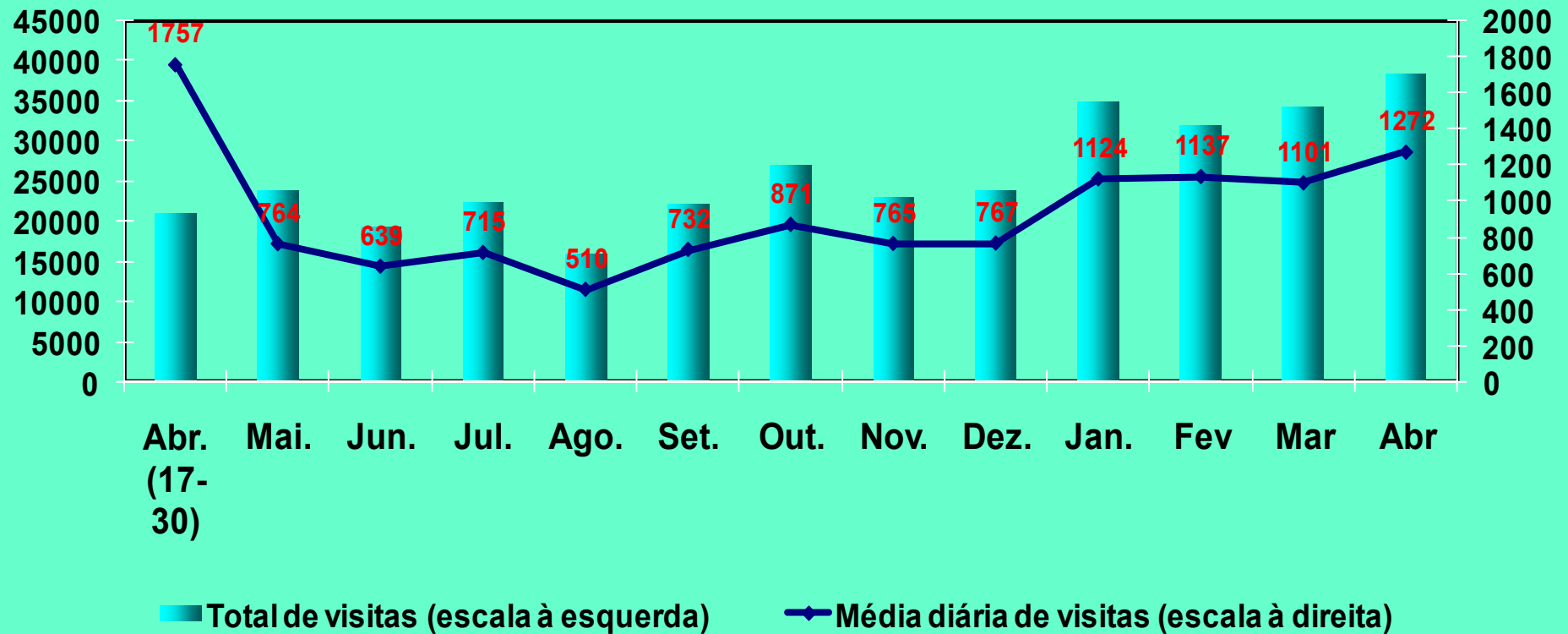
Sigla	Instituição de crédito	2008
DBANK	DEUTSCHE BANK (PORTUGAL), SA	2,24
BAPOP	BANCO POPULAR PORTUGAL, SA	0,57
BBEST	BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, SA	0,56
BARCL	BARCLAYS BANK, PLC	0,54
BINVG	BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, SA	0,46
BBVA	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA	0,28
BPN	BPN - BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, SA	0,23
BSTOT	BANCO SANTANDER TOTTA, SA	0,23
BCP	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA	0,19
BBPI	BANCO BPI, SA	0,18
CEMG	CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	0,16
<b>Média do sistema</b>		<b>0,14</b>

**14 reclamações por  
100 mil contas de DO**

- Instituições com mais do que 1 reclamação por trimestre

## PCB – VISITAS AO PCB (lançado a 17 de Abril 2008)

2008 – 720/dia  
1º Trim 2009 – 1.120/dia



## **PCB – PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS RECENTEMENTE INTRODUZIDOS**

- ✓ **Novos simuladores de crédito à habitação e crédito ao consumo (com carência e diferimento de capital)**
- ✓ **Guia de utilização dos simuladores**
- ✓ **Divulgação da média mensal da Euribor**
- ✓ **Consulta on-line de reclamações**
- ✓ **(Novo):**
- ✓ **RELATÓRIO DE SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL –  
Passagem a publicação semestral**

# CONCLUSÕES

- Num contexto de forte crise financeira internacional e recessão económica, o sector bancário nacional revelou capacidade de resistência e adaptação.
- O acompanhamento pelo Banco de Portugal, os incentivos e as alterações regulamentares contribuíram para a resolução pelas Instituições de Crédito dos seus problemas de liquidez e solvabilidade. Os programas públicos de garantias e apoio a recapitalização constituem uma importante rede de segurança para a estabilidade financeira.
- A crise financeira revelou a necessidade de reforçar a regulação do sector financeiro em geral, abrangendo todas as instituições e limitando os seus excessos. A crise mostrou que a solidez da moeda, a integridade do sistema de pagamentos e a estabilidade financeira são bens públicos que os mercados financeiros não resolvem sozinhos com eficiência.
- A natureza da crise está a provocar profundas alterações de paradigma, com alterações na globalização financeira, ajustamento a uma trajectória de crescimento inferior, alterações na fronteiras entre o Estado e o mercado e alterações geopolíticas (G20, G2 ...).
- Continuam por resolver problemas de recuperação de bancos em vários países, a reorganização dos mercados de derivados de crédito e da titularização, bem como a importante questão dos desequilíbrios económicos globais (balanças de pagamentos).